UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO

FELIPE AUGUSTO DE MELO E TORRES

**A CONDUTA DE OMISSÃO DE SOCORRO DE ANIMAIS
DOMÉSTICOS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE: UMA
PROPOSTA DE TIPO PENAL**

SANTOS-SP

2020

FELIPE AUGUSTO DE MELO E TORRES

**A CONDUTA DE OMISSÃO DE SOCORRO DE ANIMAIS
DOMÉSTICOS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE: UMA
PROPOSTA DE TIPO PENAL**

Dissertação apresentada à coordenação do mestrado em Direito Ambiental da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) como parte do requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Wallace Paiva Martins Júnior

SANTOS-SP

2020

[Dados Internacionais de Catalogação]
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos

- T693c Torres, Felipe Augusto de Melo e
A Conduta de Omissão de Socorro de Animais Domésticos
em Estado de Vulnerabilidade: Uma Proposta de Tipo
Penal / Felipe Augusto de Melo e Torres ; orientador
Wallace Paiva Martins Júnior. -- 2020.
112 f.; 30 cm
- Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de
Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em
Direito Ambiental, 2020
Inclui bibliografia
1. Animais domésticos. 2. Crime contra o meio ambiente
I. Martins Júnior, Wallace Paiva. II. Título.

CDU: Ed. 1997 -- 34(043.3)

FELIPE AUGUSTO DE MELO E TORRES

**A CONDUTA DE OMISSÃO DE SOCORRO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS EM
ESTADO DE VULNERABILIDADE: UMA PROPOSTA DE TIPO PENAL**

Dissertação apresentada à coordenação do mestrado em Direito da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) como parte do requisito para a obtenção do título de Mestre.

Santos/SP, 31 de agosto de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wallace Paiva Martins Júnior
Orientador

Profa. Dra. Renata Soares Bonavides
Membro

Prof. Dr. Sylvio Alarcon Estrada Junior
Membro

Para nós parece inacreditável que os filósofos gregos tivessem investigado tão profundamente o bem e o mal e, mesmo assim, não tivessem notado a imoralidade da escravidão. Talvez daqui a 3.000 anos parecerá igualmente inacreditável que não tenhamos notado a imoralidade da nossa própria tirania sobre os animais.

Brigid Brophy

AGRADECIMENTOS

Com a finalização de cada pesquisa é normal se utilizar desse espaço para reconhecer a ajuda das pessoas que tiveram alguma participação nessa etapa da vida acadêmica. Porém, não entendo como um momento apenas protocolar. Não alcançamos nossos objetivos sozinhos. Algumas vezes sequer conseguimos visualiza-los sem a ajuda ou opinião de alguém.

Desde o início de minha atuação no magistério, minha mãe, Marizé, sempre incentivou para que eu cursasse o mestrado. Quando surgiu a oportunidade do curso na Universidade Católica de Santos ela não hesitou. O incentivo foi imediato. Infelizmente, ela não está aqui para que possamos compartilhar esse momento. Espero que ela, de alguma forma, esteja feliz com a finalização dessa etapa.

Minha família, com minhas irmãs, Carol e Larissa, sempre presentes, mesmo que distantes fisicamente. Em cada dificuldade, aumenta a nossa união. Meu pai, Antônio de Pádua, exemplo de homem e de profissional. Tento ser para meu filho, Renan, o pai que ele é para mim. Sem a educação fornecida por ele e por minha mãe não teria alcançado qualquer objetivo.

Minha esposa, Juliana, que me acompanha desde o início de minha vida profissional, ajudou a escolher o tema desta pesquisa. Realmente, não alcançamos nossos objetivos sozinhos. Meu filho, Renan, que me fez crescer como pessoa, pois só penso em ser um bom exemplo para ele, conduzindo-o para o melhor caminho, assim como fui guiado.

Representando todos os professores da Instituição, agradeço ao meu orientador, Professor Wallace Paiva Martins Júnior pela presteza, atenção, preocupação e dedicação para com esta pesquisa. Enfim, a todos que, de alguma forma, participaram deste momento.

RESUMO

No presente trabalho analisamos a conduta de omissão de socorro de animais domésticos em estado de vulnerabilidade, examinando a viabilidade jurídica de proposta de criação de novo tipo penal a ser incluído na Lei Federal nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais. Para tanto, será realizado um estudo acerca da natureza jurídica dos animais, passando pelo direito natural e a legislação pátria, bem como da Declaração Universal dos Direitos dos Animais. Além disso, existe um enfoque no tema dos delitos comissivos e omissivos, fazendo a abordagem histórica sobre a conduta humana. O exame completo do crime de omissão de socorro existente no Código Penal se mostra imprescindível, ante a evidente vinculação com a conduta de omissão de socorro de animais domésticos. São abordados, também, fundamentos existentes na própria Lei de Crimes Ambientais para a criação do delito, demonstrando a existência de outros crimes omissivos, assim como fazendo a diferenciação com o delito de maus-tratos e a análise de projetos de lei em tramitação nas Casas Legislativas Federais. Por fim, alcançando o objetivo geral do estudo, há a propositura de inclusão de nova infração penal na citada legislação especial, com a definição das elementares do crime, bem jurídico protegido, sujeitos, elemento subjetivo, forma de consumação e pena, para quem se omitir de socorrer animal doméstico em estado de vulnerabilidade, ausente o risco pessoal. Quanto aos aspectos metodológicos, foi realizada uma pesquisa com a utilização do método hipotético dedutivo, com técnica de pesquisa qualitativa documental em fontes primárias e secundárias, bem como bibliográfica.

Palavras-chave: Lei de Crimes Ambientais; Omissão de Socorro; Animais Domésticos.

ABSTRACT

In this paper, we analyzed the failure to provide assistance to domestic animals in a vulnerable state, examining the legal feasibility of proposing the creation of a new penal type to be included in Federal Law No. 9,605 / 98 - Environmental Crimes Law. To this end, a study will be carried out on the legal nature of animals, going through natural law and national legislation, as well as the Universal Declaration of Animal Rights. In addition, there is a focus on the issue of commissive and omissive crimes, making the historical approach to human conduct. The complete examination of the crime of omission of help existing in the Penal Code is essential, given the evident link with the conduct of omission of help from domestic animals. Also addressed are foundations existing in the Environmental Crimes Law itself for the creation of the crime, demonstrating the existence of other omissive crimes, as well as making the differentiation with the crime of mistreatment and the analysis of bills in progress in the Houses Federal Legislatives. Finally, reaching the general objective of the study, there is a proposal to include a new criminal offense in the aforementioned special legislation, with the definition of the elementary elements of crime, protected legal property, subjects, subjective element, form of consummation and penalty, for those who omit to help domestic animals in a state of vulnerability, in the absence of personal risk. As for the methodological aspects, a research will be carried out using the hypothetical deductive method, with qualitative documentary research technique in primary and secondary sources, as well as bibliographic.

Keywords: Environmental Crimes Law; Omission of Relief; Domestic animal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 NATUREZA JURÍDICA DOS ANIMAIS	13
1.1 DIREITO NATURAL.....	14
1.2 DIREITO POSITIVO NACIONAL.....	19
1.2.1 A Constituição Federal de 1988	26
1.2.2 A Lei de Crimes Ambientais	31
1.3 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS ANIMAIS	36
2 CRIMES COMISSIVOS E OMISSIVOS.....	42
2.1 DA CONDUTA HUMANA.....	43
2.2 DA CONDUTA OMISSIVA.....	50
3 O CRIME DE OMISSÃO DE SOCORRO DISPOSTO NO CÓDIGO PENAL	53
3.1 ELEMENTARES DO CRIME.....	54
3.2 ESTADO DE VULNERABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO	59
3.3 ELEMENTO SUBJETIVO	62
3.4 FORMAS DE CONSUMAÇÃO.....	65
3.5 DISPOSIÇÕES GERAIS.....	67
4 FUNDAMENTAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DO NOVO DELITO.....	70
4.1 OS DELITOS OMISSIVOS DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	70
4.2 O CRIME DE MAUS-TRATOS.....	77
4.3 OS PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO NAS CASAS LEGISLATIVAS FEDERAIS.....	81
5 PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO NOVO DELITO.....	88
5.1 BEM JURÍDICO PROTEGIDO.....	89
5.2 ANIMAIS DOMÉSTICOS OU DOMESTICADOS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE.....	92
5.3 REDAÇÃO DO NOVO TIPO PENAL.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102

REFERÊNCIAS.....	106
-------------------------	------------

INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - Lei de Crimes Ambientais estabelece sanções penais e administrativas decorrentes de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, penalizando cidadãos e empresas que tiverem algum comportamento que venha a ter a capacidade de prejudicar o bem jurídico protegido.

Da análise acurada da legislação citada, visualiza-se a possibilidade de melhorar a proteção ao meio ambiente, especificamente a proteção ao animal, analisando a conduta de omissão de socorro a animal doméstico, em estado de vulnerabilidade.

É sabido que a Lei de Crimes Ambientais pune a conduta de maus-tratos, abuso, ferimentos e mutilações a animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Essa punição pode advir de uma conduta comissiva do agente, que age no sentido de alcançar o resultado ou de uma conduta omissiva imprópria para aquelas pessoas enquadradas na posição de garantidores do bem jurídico protegido, situação em que a omissão será punida da mesma forma que a ação.

Entretanto, o intuito do estudo em comento é investigar a possibilidade de punição para o agente que se omitir em socorrer animal doméstico em situação de vulnerabilidade, na espécie de conduta omissiva própria. Pela legislação atual, não há crime para a prática da conduta de se omitir em socorrer o animal, sem qualquer risco pessoal.

Em verdade, com a evolução da forma de pensar a proteção ao animal, setores da sociedade não estão mais acolhendo condutas anteriormente aceitáveis. A consciência de que os animais são seres sencientes é primordial para a proteção penal dos animais e a consequente verificação da responsabilidade das pessoas pela omissão em situações de sofrimento.

Para tanto, será necessário estudar a natureza jurídica dos animais, verificando a atual legislação brasileira e suas possíveis alterações com os Projetos

de Lei em tramitação atualmente, bem como a norma internacional que trata do tema.

Será imprescindível, também, fazer um estudo comparativo entre o crime de omissão de socorro existente no Código Penal Brasileiro e a conduta de deixar de socorrer animal doméstico em estado de vulnerabilidade. Por fim, após a análise de fundamentos para a punição dessa omissão, o estudo visará a propositura de um novo tipo penal a ser acrescentado na Lei de Crimes Ambientais.

Para a realização do presente estudo será utilizado o método hipotético-dedutivo, pois objetiva analisar os reflexos da conduta de omissão de socorro a animal doméstico em situação de vulnerabilidade, com técnica de pesquisa qualitativa documental em fontes primárias e secundárias, bem como bibliográfica.

Então, no primeiro capítulo iremos abordar o tema da natureza jurídica dos animais, por meio da análise do direito natural, demonstrando a necessidade de serem considerados sujeitos de direito, reconhecendo a característica de seres sencientes. Trataremos a proteção aos animais contida na Constituição Federal de 1988, fazendo uma interligação com a disposição da legislação brasileira infraconstitucional sobre o direito dos animais e quais as alterações que podem ser feitas, discutindo os projetos de lei em tramitação nas Casas Legislativas Federais. Por fim, far-se-á um estudo da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, documento da Organização das Nações Unidas para a Educação – UNESCO.

Já o segundo capítulo será utilizado para o estudo da conduta humana e dos crimes comissivos e omissivos. A diferenciação aprofundada das formas de comportamento do agente, bem como o modo de tratamento da legislação penal brasileira para a pessoa na situação de garantidora será essencial para visualizar a importância da criação do novo crime.

O terceiro capítulo constituirá na análise completa do crime de omissão de socorro disposto no artigo 135 do Código Penal Brasileiro, explicando os elementos objetivos do tipo, o estado de vulnerabilidade do sujeito passivo, o elemento subjetivo do crime, forma de consumação e outras informações relevantes sobre o tipo penal em questão.

Importante ressaltar que o estudo será produzido fazendo, sempre que possível, uma vinculação com a omissão de socorro ao animal doméstico, tendo em vista que servirá de base para a definição das elementares do delito que será proposto no final da dissertação.

No quarto capítulo, se irá produzir o esboço de alguns dispositivos que fundamentam, dão sustentáculo, ao surgimento da punição para a conduta omissiva já citada. Determinados delitos da Lei de Crimes Ambientais punem a conduta omissiva, como disposto no artigo 54, ao tratar do crime de causar poluição, e o do artigo 68 da mesma lei, em que dispõe sobre a conduta omissiva de deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental.

O estudo específico do delito de maus-tratos, contido no artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais será importante para que se possa diferenciar quando ocorrerá a caracterização deste crime já existente e quando a conduta será enquadrada no novo tipo penal de omissão de socorro de animal doméstico.

Além disso, esse capítulo também deve ser utilizado para discorrer acerca dos projetos de lei que tramitam atualmente nas Casas Legislativas Federais, discutindo o tema da omissão de socorro a animal doméstico, mesmo que de forma indireta.

Por fim, o quinto capítulo irá arrazoar sobre da proposta de novo tipo penal a ser incluído na Lei de Crimes Ambientais. Será feito um estudo sobre o bem jurídico tutelado, além de especificar os tipos de animais protegidos, quando eles estariam no estado de vulnerabilidade, bem como a situação na qual o agente estaria obrigado a agir, definindo, desta forma, a redação completa do crime, com as elementares do crime de omissão de socorro de animal doméstico e a respectiva pena.

1 NATUREZA JURÍDICA DOS ANIMAIS

A análise visando uma nova infração penal a ser incluída na Lei Federal nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais para o agente que deixar de socorrer animal doméstico em estado de vulnerabilidade caminha, naturalmente, pelo estudo da natureza jurídica dos animais.

O direito ambiental vem passando por evoluções em nossa sociedade, havendo a ampliação dos vários ramos de estudo, com as pessoas percebendo a necessidade de aprofundamento do debate sobre o meio ambiente. Neste diapasão, temos o direito animal como uma ramificação do direito ambiental de extrema importância.

A preocupação da sociedade com os animais vem aumentando gradativamente e é possível perceber a repercussão negativa na sociedade civil com condutas de crueldade contra animais. Além disso, como lembra Silva (2013, p. 11695) estudantes e ativistas de proteção aos animais, por meio de associações e organizações não governamentais, têm tido significativo papel em moldar o comportamento social pelo não consentimento de determinadas condutas anteriormente aceitas.

A Constituição Federal de 1988 utilizou o Capítulo VI para tratar da proteção ao meio ambiente. O *caput* do artigo 225 afirma que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo.

Abordando de forma específica o direito dos animais, o inciso VII, do § 1º, do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, afirma que incumbe ao Poder Público proteger a fauna, proibindo as práticas que submetam os animais à crueldade.

Com efeito, o foco dessa proteção sempre foi, historicamente, nos seres humanos, em uma visão antropocêntrica, colocando o meio ambiente e, naturalmente, os animais, como um meio para se alcançar o bem-estar dos primeiros.

Neste capítulo, iremos abordar a forma como a sociedade visualizava a proteção aos animais, analisando o direito natural e sua evolução filosófica. Estudaremos também o direito positivo nacional, passando pelas primeiras normas que trataram do tema, pela Constituição Federal de 1988, bem como pela atual legislação infraconstitucional e suas possíveis alterações em tramitação nas casas legislativas federais.

Por fim, discorreremos sobre o direito positivo internacional, analisando as principais normas que tratam da proteção aos animais, permitindo que, ao fim, tenhamos uma posição sobre a natureza jurídica dos animais no Brasil.

1.1 DIREITO NATURAL

O direito natural ou o jusnaturalismo vem sendo estudado desde a antiguidade na busca pelo entendimento da ideia de justiça, de moral, ética e dignidade, universais ao homem. A natureza é um tema que não foi ignorado pelos estudiosos. Nesse contexto de análise filosófica social, vários pensadores, cada um em seu tempo, abordaram a temática ambiental e, mais especificamente, o direito dos animais.

Historicamente, os animais não humanos passaram a ampliar a sua importância para a sociedade com a passagem dos homens de caçadores-coletores para a domesticação de plantas e animais e a consequente produção intensiva de alimentos em várias partes do globo. Lourenço (2008, p. 43/44) lembra que o registro de domesticação mais antigo de que se tem notícia é o do cachorro, com sua transição do lobo datada de, aproximadamente, doze mil anos. Informa ainda que o primeiro animal a ser domesticado e explorado economicamente foi a ovelha, seguindo da domesticação de cabras, gado, cavalo e tantos outros animais que trouxeram mudanças culturais e econômicas.

Nesse período de evolução do ser humano, Ferreira (2014, p. 52) ensina que, com a derrocada da fase do teocentrismo para o antropocentrismo, as correntes filosóficas foram utilizadas para justificar o afastamento dos animais não

humanos de quaisquer considerações éticas, morais ou jurídicas do ser humano, com a utilização do humanismo absoluto.

Lourenço (2008, p. 39) ao agitar sobre esse período de afastamento do animal humano com o animal não humano, afirma:

Nesse jogo de diferenças que produzem diferenças a todo instante, o homem foi afirmando sua identidade em relação ao ambiente, diferenciando-se e colocando-se como entidade autônoma e superior em relação a ele, fazendo com que o mundo dos homens e o mundo das coisas se tornassem realidades ontologicamente distintas.

Dos filósofos da era moderna, Immanuel Kant é um dos mais lembrados quando se trata deste tema. Isto porque o seu estudo da dignidade e da razão moral foi restrito ao homem. Ferreira (2014, p. 68) aponta que o filósofo se recusava a tecer considerações morais que incluíssem animais não humanos, pois estes seriam destituídos do atributo da moral. Para Kant, eles não possuem autoconsciência e existem, tão somente, para servir ao homem.

Porém, outros filósofos, inclusive, anteriores a Kant também trataram acerca dos animais não humanos e a sua impossibilidade de reconhecimento de direitos. Ferreira (2014, p. 57/59) indica que Aristóteles entendia o animal não humano como um escravo na sociedade, tendo como única finalidade servir ao homem. Francis Bacon, considerado o fundador da ciência moderna, defendeu que os animais não humanos foram feitos para uso humano, tendo em vista que eram irracionais.

Apesar dessa corrente de pensamento preponderante, existiam, entretanto, aqueles que refutavam a ideia clássica de que os animais não humanos não possuíam direitos. Lourenço (2008, p. 346), em seu estudo sobre o tema, cita o utilitarista Francis Hutcheson, em 1755, na obra *A System of Moral Philosophy*, que teria proporcionado uma das primeiras manifestações formais sobre a importância da dor como critério para valoração moral.

Continuando no mesmo contexto da informação acima, o autor menciona, também, o teólogo Humphry Primatt que em 1776 publicou a obra *Uma Dissertação sobre o Dever de Compaixão e o Pecado da Crueldade contra Animais Brutos*, elegendo a capacidade de sofrer como o parâmetro para a consideração moral.

Levai (2006, p. 175) lembra que o filósofo David Hume afirmava que seria bastante evidente que os animais são dotados de pensamento e razão, assim como os homens.

Ainda em sua obra, Lourenço (2008, p. 255) alude um texto do filósofo Jeremy Bentham, datado de 1780, contradizendo a filosofia moral de Kant, que, pela sua importância, decidimos expor integralmente.

Talvez chegue o dia em que o restante da criação animal venha a adquirir os direitos aos quais jamais poderiam ter sido privados, a não ser pela mão da tirania. Os franceses já descobriram que o escuro da pele não é motivo para que um ser humano seja irremediavelmente abandonado aos caprichos de um torturador. É possível que algum dia se reconheça que o número de pernas, a vilosidade da pele ou a terminação do osso sacro são razões igualmente insuficientes para se abandonar um ser senciente ao mesmo destino. O que mais deveria traçar a linha intransponível? Mas, para lá de toda comparação possível, um cavalo ou um cão adultos são muito mais racionais, além de bem mais sociáveis e comunicativos do que um bebê de um dia, uma semana, ou até mesmo um mês. Supondo, porém, que as coisas não fossem assim, que importância teria tal fato? A questão não é 'Eles são capazes de raciocinar?', nem 'São Capazes de falar?', mas, sim, 'Eles são capazes de sofrer?'.

Neste pensamento, verifica-se o afastamento da procura pelo raciocínio ou questões linguísticas do animal e a inclusão da busca pela demonstração da capacidade de experimentar dor e prazer para o estudo da moral. Assim, como advogam Sarlet e Fensterseifer (2017, p. 62), deve haver uma reformulação do conceito kantiano de dignidade, ampliando-o para contemplar o seu reconhecimento para além da vida humana.

Nesse tema da relação entre o animal humano e não humano, a doutrina estuda as correntes da ética ambiental, dividindo o antropocentrismo em radical e moderado. Enquanto que as expansões éticas são divididas em sensocentrismo, biocentrismo e ecocentrismo.

O antropocentrismo radical é aquele que afasta, por completo, os animais não humanos do conceito de moral, dignidade, sempre utilizando como fundamento a ausência de raciocínio, classificando-os como coisas. Neto (2017, p. 66) ao analisar a tutela penal de animais lembra que o antropocentrismo radical na dogmática jurídico-penal visualiza a proteção, por meio do direito penal, do homem como único destinatário.

Já o antropocentrismo moderado, como ensina Medeiros (2013, p. 35), mantém o foco pelo bem-estar humano, todavia não impede o interesse e a promoção do bem-estar dos não humanos, quando vistos de uma forma que tenha o homem como finalidade. Mesmo admitindo que somente os animais humanos sejam moralmente relevantes, permite a proteção dos não humanos tendo em vista fazerem parte de um todo, estando a proteger, ao final, aqueles que realmente importam, ou seja, os humanos.

Indo na contramão do pensamento antropocentrismo, o expansionismo ético é uma contribuição de correntes filosóficas vinculadas ao meio ambiente. Em seu estudo, Medeiros (2013, p. 35/36) explica que na primeira subdivisão do expansionismo ético está o sensocentrismo. Para essa corrente, os animais não humanos com estados de consciência subjetivos, com capacidade de experimentar dor ou prazer devem ser considerados como sujeito de direitos. Então, são considerados seres sencientes aqueles que possuem sistema nervoso sofisticado o suficiente para possibilitar a experiência dolorosa, como os mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes.

Nessa vertente, a segunda corrente é o biocentrismo. Ela vai além do sensocentrismo, pois entende que todos os seres vivos são moralmente consideráveis e não só os animais sencientes. O biocentrismo abarca os animais humanos, não humanos, as plantas, os organismos unicelulares e, em uma visão mais ampla, inclusive os vírus e bactérias.

A terceira corrente é o ecocentrismo. Como continua explicando Medeiros (2013, p. 37), esse pensamento abrange, além daqueles dispostos no sensocentrismo e biocentrismo, o ecossistema como um todo, associando propriedades sistêmicas, autorregulação, harmonia, diversidade das partes, estabilidade e integridade. Então, para os defensores desta corrente, faz parte do conjunto da ética de consideração, a totalidade dos ecossistemas terrestres.

Para o foco de nosso estudo, que tem como objetivo a inclusão de um novo tipo penal na Lei de Crimes Ambientais para punir o agente que deixar de socorrer animal doméstico em estado de vulnerabilidade, a importância do expansionismo ético ambiental do sensocentrismo é patente. O reconhecimento desses animais como seres sencientes, ou seja, com capacidade de sentirem dor ou

prazer é o ponto vestibular para que a sociedade entenda a importância da proteção penal aos animais domésticos, nessas situações de grave perigo ou sofrimento.

Então deve ser afastado o pensamento antropocentrista para reconhecer que os animais domésticos são detentores de dignidade e moral. Segundo Júnior (2012, p. 15), o fato de os animais não humanos não possuírem a habilidade de conceitualização para lidar com os princípios e usá-los para tomar suas decisões não impede o reconhecimento da moral. Isto em razão da existência dos conceitos de agente moral e paciente moral, definidos pelo filósofo Tom Regan.

Oliveira (2004, p. 287), em seu estudo sobre a teoria dos direitos dos animais humanos e não humanos de Tom Regan, explica que os agentes morais são aqueles que possuem a capacidade de deliberar sobre seus atos e, por isso, têm deveres em relação a todos os sujeitos de uma vida, não apenas em relação a outros agentes morais. Já os pacientes morais possuem a capacidade de sofrimento e de prazer, apesar de não possuírem a habilidade para determinarem seus atos de acordo com os princípios de dignidade.

Então, de acordo com essa visão, o agente moral é o humano adulto, por ter a capacidade de definição de princípios e de basear seus atos de acordo com eles. Além disso, em razão dessa capacidade, possuem responsabilidade para com os pacientes morais, bem como todo o ambiente em que vive, devendo, ainda, ser responsabilizado pelos seus atos.

Os pacientes morais são os bebês, crianças pequenas, adultos mentalmente enfermos e os animais, ou seja, os animais humanos ou não humanos que não possuem a mesma capacidade dos agentes morais, mas são seres sencientes. Retirar os animais não humanos desse rol seria regredir ao pensamento antropocentrismo, pelo simples fato de escolher pensar que os humanos são superiores, em razão da inteligência ou autonomia. Critérios esses que terminam por excluir não só os animais não humanos, mas outros humanos também.

Por outro lado, não há dúvidas acerca da capacidade dos animais de sentirem dor ou prazer. Essa afirmação ultrapassou o campo da análise filosófica ou da simples percepção dos humanos com seus respectivos animais domésticos e suas reações diárias de carinho, afeto, alegria, dor ou raiva. No ano de 2012,

especialistas internacionais nas áreas de neurociência cognitiva, neurofarmacologia, neurofisiologia, neuroanatomia e neurociência computacional reuniram-se para divulgar o resultado de uma pesquisa no evento que ficou conhecido como Declaração de Cambridge sobre a Consciência, tendo contado com a presença de Stephen Hawking.

Este estudo teve como objetivo reavaliar os substratos neurológicos da experiência consciente e comportamentos relacionados a ela, tanto em animais humanos como não humanos. Então, a publicação da Declaração de Cambridge (2012), obteve a seguinte conclusão:

A ausência de um neocórtex não parece impedir que um organismo experimente estados afetivos. Evidências convergentes indicam que animais não humanos têm os substratos neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos dos estados de consciência juntamente com a capacidade de exibir comportamentos intencionais. Consequentemente, o peso das evidências indica que os humanos não são os únicos a possuir os substratos neurológicos que geram a consciência. Animais não humanos, incluindo todos os mamíferos e aves, e muitas outras criaturas, incluindo os polvos, também possuem esses substratos neurológicos.

Assim, afastado o conceito de dignidade e moral kantiano, os animais não humanos, inclusos na concepção do filósofo Tom Regan de pacientes morais, reconhecidos como seres sencientes, são sujeitos de direito e, por isso, podem figurar no polo passivo de delitos, não como acessórios dos humanos, mas, sim, porque devem ser protegidos pelo que são, em razão de sua própria existência.

Com isso, feita essa análise do direito natural com vistas à natureza jurídica dos animais, passaremos a dispor, a seguir, do direito positivo nacional, abordando o histórico das normas revogadas que trataram sobre o direito dos animais no Brasil, examinando a atual legislação federal, bem como estudando a maneira que o tema foi trazido pela nossa Constituição Federal de 1988.

1.2 DIREITO POSITIVO NACIONAL

O Estado Brasileiro, desde o início do século XX, produziu normas que tratavam da proteção à fauna ou da regulamentação de atos praticados pelos humanos que tinham repercussão nos animais, porém, geralmente, com o enfoque

antropocentrista. A proteção à fauna era um meio para se alcançar um fim, que era a de garantir um maior benefício aos humanos.

Antes de tratarmos da abordagem do tema direito dos animais pela nossa Constituição, bem como da atual legislação federal, iremos fazer um apanhado histórico da legislação nacional, com as principais normas que trataram da proteção à fauna.

O Brasil possui uma legislação que visa à proteção à fauna desde o surgimento do Decreto-Lei nº 5.894/1943 que tratou da regulamentação da caça no país. Este Decreto-Lei foi revogado pela Lei Federal nº 5.197/1967 – Lei de Proteção à Fauna, tendo como principal foco a regulamentação da caça no território nacional. Em seu artigo 1º, há a informação de que os animais que compõe a fauna silvestre são de propriedade do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

Apesar do *caput* do artigo 1º introduzir uma redação que, aparentemente, proibiria a caça de animais silvestres de forma peremptória, o parágrafo primeiro da norma traz a exceção de que a permissão poderá ser fornecida pelo Poder Público Federal, se as peculiaridades regionais comportarem o exercício da caça.

Já o artigo 6º da Lei de Proteção à Fauna afirma que o Poder Público estimulará a criação e o funcionamento de clubes e sociedades amadoristas de caça. Além disso, o artigo 8º determinou que a União, em 120 dias do início da vigência da lei, publicasse a relação das espécies permitidas a serem caçadas, com atualização anual.

Nesse mesmo período, foi publicado o Decreto-Lei 221/1967 dispendo sobre a proteção e estímulo à pesca, com o nítido enfoque econômico e a pouca preocupação com a fauna enquanto animal vivo, e não apenas como recurso ambiental, como observou Medeiros (2013, p. 55). Atualmente, esta norma encontra-se completamente desidratada, em razão da vigência da Lei Federal nº 11.959/2009, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Dos 99 artigos na legislação de 1967, apenas 05 artigos encontram-se vigentes tratando de questões técnicas, como o comprimento total da embarcação pesqueira.

Com efeito, a norma que regulamenta a atividade pesqueira no Brasil é a Lei Federal nº 11.959/2009 que teve o fito de atualizar o tratamento jurídico da pesca e da aquicultura, introduzindo a ideia de um desenvolvimento sustentável dessas atividades e a otimização dos benefícios econômicos e sociais, como ensina Granziera (2015, p. 207/208). Para a autora, esta norma trouxe a importante regulamentação dos períodos de defeso, que são os momentos de paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie.

No ano de 1979, foi publicada a Lei Federal nº 6.638 que estabelecia normas para a prática didático-científica da vivissecção de animais, que é a prática de utilização de animais vivos para fins de estudo ou testes laboratoriais. Pode-se perceber certa proteção, tendo em vista a proibição, contida no artigo 3º, de realização do ato sem a supervisão de um técnico especializado e sem o emprego de anestesia. Todavia, aponta Medeiros (2013, p. 56) que a crueldade do procedimento ficou demonstrada quando a própria norma proíbe a sua prática em estabelecimento de ensino de criança ou adolescente.

Esta Lei de 1979 foi revogada pela Lei Federal nº 11.794/2008, que estabeleceu procedimentos para o uso científico de animais, regulamentando o inciso VII, do § 1º, do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, que veda a prática de crueldade contra animais. Entre os artigos 11 e 16 dessa lei estão as disposições sobre a criação e utilização de animais para ensino e pesquisa científica. Além daqueles cuidados já existentes na lei de 1979, a atual norma acrescentou algumas obrigações e vedações.

O § 4º do artigo 14 impõe a utilização do número mínimo de animais indispensável para a produção do resultado conclusivo do estudo. O § 7º proíbe a utilização de bloqueadores neuromusculares ou de relaxantes musculares em substituição a substâncias sedativas, analgésicas ou anestésicas. Foi vedada a reutilização do mesmo animal após ser alcançado o objetivo principal do projeto de pesquisa.

Na hipótese de o professor ou cientista não seguir com as determinações da Lei Federal nº 11.794/2008, fazendo experiências dolorosas ou cruéis em animal vivo, será punido pelo crime de maus-tratos, disposto no artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais, como lembra Sirvinskas (2018, p. 660).

Continuando no histórico de normas que visaram a proteção à fauna, temos a Lei Federal nº 7.173/1983 que dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos. Granziera (2015, p. 210) aponta que a lei possui um traço de proteção à fauna, em seu artigo 7º, ao impor que os estabelecimentos atendam aos requisitos mínimos de habitabilidade, sanidade e segurança de cada espécie, atendendo às necessidades ecológicas.

Importante frisar que o artigo 3º da Lei Federal nº 7.173/1983 afirma que o reconhecimento oficial do jardim zoológico não importa em transferência de propriedade por parte da União. Castro (2006, p. 195) lembra que o proprietário da área onde se localiza o zoológico não está liberado para fazer deles o que lhe aprouver, de forma que qualquer dano aos animais resultará em punição administrativa, civil e penal.

A Lei Federal nº 9.605/1998, a Lei de Crimes Ambientais, que dispõe também de sanções administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, trouxe para o nosso ordenamento jurídico grandes inovações para a proteção aos animais. Devido à sua importância e à vinculação com o objetivo principal de nosso estudo, trataremos desta norma em tópico próprio.

O Código Civil Brasileiro de 2002 manteve a visão antropocentrista incluindo os animais na seção dos bens móveis. Na verdade, a norma civil geral atual não evoluiu com relação à legislação de 1916, talvez pelo fato de o projeto de lei que iniciou a discussão do Código Civil ser do ano de 1975, apesar de ter sido aprovado apenas em 2002.

A Lei Federal nº 3.071/1916 – Código Civil, em seu artigo 47, afirmava que deveriam ser considerados bens móveis aqueles suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia. Já o artigo 593 do mesmo diploma legal, equiparava os animais às pedras e outras substâncias minerais, no conceito de coisas sem dono e sujeitas à apropriação.

Já a Lei federal nº 10.406/2002 – Código Civil atual manteve a mesma redação do artigo 47 do Código Civil antigo, agora no artigo 82. Nader (2018, p. 306) ao analisar este artigo do Código Civil afirma que a norma está dispondo dos bens

móveis por natureza, que são aqueles que podem ser transportados de um lugar para o outro, por força própria ou estranha, sem deterioração na substância.

Gonçalves (2019, p. 310) ensina que os bens móveis por natureza se dividem em semoventes e móveis propriamente ditos. Os semoventes aqueles com capacidade de movimentação própria, como os animais. Os bens móveis propriamente ditos são os que permitem remoção por força alheia, sem deterioração. O autor ainda deixa claro que tanto os semoventes, como os móveis propriamente ditos recebem o mesmo tratamento jurídico.

Mantendo essa linha de pensamento, o Código Civil possui vários dispositivos que tratam os animais como coisas. Exemplificando, o artigo 1.313 do Código Civil afirma que o proprietário do imóvel é obrigado a permitir que o vizinho, mediante aviso prévio, entre no prédio para pegar de suas coisas, inclusive animais. Outro exemplo, os artigos 1.442 e 1.444 deixam claro que os animais podem ser objeto de penhor.

Existem alguns projetos de lei que têm como objetivo a alteração do estatuto jurídico dos animais na legislação civil. O primeiro a ser citado é o Projeto de Lei nº 3.676 de 2012 da Câmara dos Deputados, do Deputado Federal Eliseu Padilha, do Rio Grande do Sul. Este projeto institui o Estatuto dos Animais. Em seu artigo 2º, há o estabelecimento de que os animais são seres sencientes, sujeitos de direitos naturais e nascem iguais perante a vida. Além disso, o Projeto elenca os direitos fundamentais dos animais, como o direito à vida, à dignidade existencial, ao abrigo e à assistência médico-veterinária.

Lourenço (2016, p. 20), ao analisar essa atividade legislativa, afirma que o projeto possui alguns problemas, pois trata dos animais de trabalho, dispondo sobre a limitação de tempo e intensidade do trabalho, bem como trata da atividade de tração animal. Para o autor, esses artigos do projeto indicam que o animal seria, nesse caso, um sujeito-objeto, pois da mesma forma que garante alguns tidos direitos fundamentais, haveria a instrumentalização para o trabalho visando atender às necessidades dos humanos.

Este Projeto de Lei nº 3.676 de 2012 encontra-se apensado ao Projeto de Lei nº 215 de 2007 da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Federal

Ricardo Tripoli de São Paulo, que visa criar o Código Federal de Bem-Estar Animal. Este projeto não aborda, diretamente, o estatuto jurídico dos animais, bem como não trata de sua condição como seres sencientes. Então, o apensamento do Projeto de Lei nº 3.676 de 2012 foi uma boa medida, pois poderá complementar essa parte omissa da proposta de criação do Código de Bem-Estar Animal.

No ano de 2014, o Deputado Federal Eliseu Padilha apresentou outra proposta. O Projeto de Lei nº 7.991 de 2014 da Câmara dos Deputados visando alterar o Código Civil para prever que os animais gozem de personalidade jurídica *sui generis*, tornando-os sujeitos de direitos fundamentais em reconhecimento de sua condição de seres sencientes. Este projeto encontra-se arquivado.

Uma terceira proposta para alterar a natureza jurídica dos animais é a do Projeto de Lei nº 6.799 de 2013 da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Federal Ricardo Izar, de São Paulo. Este projeto propõe a tutela dos direitos dos animais, domésticos e silvestres, conferindo-lhes regime jurídico *sui generis* e afastando a classificação como meros bens móveis. Em seu artigo 3º há a definição de que os animais devem ser tidos como sujeitos de direitos despersonalizados. E seu artigo 4º, acrescenta o artigo 79-B na Lei de Crimes Ambientais para afirmar que o disposto no artigo 82 do Código Civil não se aplica aos animais não humanos, pois sujeitos a direitos despersonalizados.

Este Projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em abril de 2018 e encaminhado ao Senado Federal. Nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei recebeu o nº 27 de 2018, de autoria da Câmara dos Deputados. Em agosto de 2019, ele foi aprovado pelo Senado Federal que, entretanto, alterou a redação do artigo 3º e acrescentou um parágrafo único, para excepcionar o disposto no *caput* os animais empregados na produção agropecuária, pesquisa científica e aos que participam de manifestações culturais registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.

Em razão dessa alteração da redação original, após a aprovação no Senado Federal, o projeto foi devolvido à Câmara dos Deputados.

A inclusão deste parágrafo único no artigo 3º do Projeto de Lei nº 6.799 de 2013 cria grave retrocesso ao avanço objetivado nesta proposta. Este artigo foi aprovado pela Câmara dos Deputados com a seguinte redação:

Art. 3º Os animais não humanos possuem natureza jurídica *sui generis* e são sujeitos de direitos despersonalizados, dos quais devem gozar e obter tutela jurisdicional em caso de violação, vedado o seu tratamento como coisa.

Já o artigo 3º do projeto de lei aprovado pelo Senado Federal a redação a seguir exposta:

Art. 3º Os animais não humanos possuem natureza jurídica *sui generis* e são sujeitos com direitos despersonalizados, dos quais devem gozar e, em caso de violação, obter tutela jurisdicional, vedado o seu tratamento como coisa.

Parágrafo Único. A tutela jurisdicional referida no *caput* não se aplica ao uso e à disposição dos animais empregados na produção agropecuária e na pesquisa científica nem aos animais que participam de manifestações culturais registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, resguardada a sua dignidade.

Na verdade, o avanço buscado pelo *caput* do artigo 3º sofreu um duro golpe com a inclusão desse parágrafo único, pois todos os animais que sofrem nessas manifestações culturais como, ferra do boi, vaquejada, rodeio e outros eventos que servem para a diversão dos animais humanos, continuaram sendo tratados como coisas e, conseqüentemente, desprotegidos. Esperamos que a Câmara dos Deputados reveja a posição do Senado Federal, rejeitando as alterações e aprovando o projeto de lei com a redação inicialmente encaminhada ao Senado Federal.

A questão das manifestações culturais registradas como bem de natureza imaterial foi incluída no artigo 225 da Constituição Federal de 1988 pela Emenda Constitucional nº 96 de 2017. Este tema será abordado de forma específica no próximo tópico.

Por fim, existe o Projeto de Lei nº 351 de 2015 do Senado Federal, de autoria do Senador Antônio Augusto Anastasia, de Minas Gerais. Este projeto teve o objetivo de alterar os artigos 82 e 83 do Código Civil, para determinar que os animais não sejam considerados coisas. Para Lourenço (2016, p. 21/22) os dois últimos projetos, de nº 6.799 de 2013 da Câmara dos Deputados e este do Senado Federal, podem criar uma situação de pouca efetividade, caso não disponham, de

forma clara, dos efetivos direitos que os animais passariam a ter com o afastamento da classificação como bens móveis.

Este Projeto de Lei nº 351 de 2015 foi aprovado no Senado Federal com algumas alterações com relação à proposta original. A redação final do projeto que foi encaminhado à Câmara dos Deputados não mais alterou o artigo 82 do Código Civil, tendo sido criado um parágrafo único para alterar o artigo 83, determinando que os animais não sejam considerados coisas. Foi acrescentada a alteração do artigo 1.313 do Código Civil, atualizando a redação para afastar a interpretação dos animais como coisas.

Na Câmara dos Deputados, este projeto recebeu o nº 3.670 de 2015, oriundo do Senado Federal, tendo recebido parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Foi interposto recurso pelo Deputado Valdir Colatto de Santa Catarina, ainda sem apreciação.

Pois bem. É possível perceber, por meio desses projetos de lei citados, uma mudança gradual de pensamento do legislativo brasileiro para reconhecer os animais como seres sencientes, de natureza jurídica *sui generis*, afastando-os da classificação de bens móveis. Apesar de se verificar, também, resistência a esse avanço, por parte do mesmo legislativo brasileiro, quando existe a possibilidade de afetar eventos com importância econômica, como as vaquejadas, rodeios e outros similares.

1.2.1 A Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 tratou do meio ambiente, de maneira específica, em seu artigo 225 afirmando que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Nesse diapasão, o § 1º, do artigo 225, diz que incumbe ao Poder Público, no intuito de assegurar a efetividade do direito garantido no *caput*, várias obrigações como, por exemplo, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, prover manejo

ecológico das espécies e ecossistemas, exigir estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra potencialmente causadora de degradação ambiental, entre outras.

Especificamente com relação ao nosso tema em estudo, temos o inciso VII, do § 1º, do artigo 225 da Constituição Federal de 1988 que afirma que compete ao Poder Público proteger a fauna, vedadas, na forma da lei, as práticas que submetam os animais a crueldade.

Do estudo do artigo 225 do Constituição Federal de 1988 percebemos que ele possui uma redação antropocentrista, principalmente o seu *caput*, buscando o benefício final para os humanos, pois, como ensina Afonso da Silva (2007, p. 837), a Constituição concebeu o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito social do homem.

Todavia, o § 1º do artigo 225, como menciona Medeiros (2013, p. 51) equilibra o antropocentrismo do *caput*, demonstrando, principalmente nos incisos I, II, III e VII, uma preocupação em integrar os seres humanos ao meio ambiente. Além do mais, como afirma Ferreira (2014, p. 45/46), mesmo sem mencionar expressamente a proteção dos animais, no *caput*, ao dispor neste princípio que todos têm direito a vida saudável, implica em dizer que, sem os animais e os demais componentes do meio ambiente, não há desenvolvimento sustentável.

Tratando do tema da abrangência da proteção do artigo 225 da Constituição Federal, Fiorillo e Ferreira (2019, p. 62) afirmam:

O art. 225 estabelece, por via de consequência, a existência de uma norma constitucional vinculada ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, assim como reafirma que todos, e não tão somente as pessoas naturais, as pessoas jurídicas de direito privado ou mesmo as pessoas jurídicas de direito público interno, são titulares desse direito, não se reportando, por conseguinte, a uma pessoa individualmente concebida, mas sim a uma coletividade de pessoas indefinidas, no sentido de destacar uma posição para além da visão individual, demarcando critério nitidamente transindividual, em que não se pretende determinar, de forma rigorosa, seus titulares.

Deve haver uma análise das dimensões dos direitos fundamentais para ampliar o princípio constitucional da dignidade, alcançando os animais não humanos e formando, segundo Silva (2009, p. 11137), uma dimensão ecológica da dignidade humana, na busca de um marco jurídico-constitucional socioambiental.

Para Sarlet e Fensterseifer (2017, p. 57) a Constituição Federal de 1988, com a redação dada pelo artigo 225, em análise conjunta com o artigo 5º, § 2º, da própria Carta Magna, sedimentou e positivou o que os autores indicaram como constitucionalismo ecológico, atribuindo ao direito ambiental o status de direito fundamental, como corolário do princípio da solidariedade.

Então, toda a matéria vinculada, direta ou indiretamente, à proteção ao ambiente deve ser considerada sobre a guarda dos direitos fundamentais. Importante destacar que o Supremo Tribunal Federal vem tendo essa interpretação, como pode ser verificado do julgamento paradigma no MS 22164 de São Paulo, que teve como relator o Ministro Celso de Mello.

A questão do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado – direito de terceira geração – princípio da solidariedade. O direito à integridade do meio ambiente – típico direito de terceira geração – constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas, num sentido verdadeiramente mais abrangente, a própria coletividade social. (...). Os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inexauribilidade. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança n. 22.164/SP, Tribunal Pleno. Impetrante: Antônio de Andrade Ribeiro Junqueira. Impetrado: Presidente da República. Relator Ministro Celso de Mello, Brasília- DF, 30 de outubro de 1995).

Com efeito, reconhecida a proteção ao meio ambiente como direito fundamental incluso no princípio constitucional da dignidade, como consequência do princípio da solidariedade, é possível perfilhar a proibição de práticas que submetam os animais à crueldade, disposta no artigo 225, § 1º, inciso VII, da Constituição federal, como parte da dimensão ecológica da dignidade humana.

Levai (2006, p. 176) afirma que o Brasil é um dos poucos países do mundo a vedar, na própria Constituição, a prática de crueldade para com os animais, além de possuir normas infraconstitucionais que tratam do tema. O problema prossegue o autor, é a diferença entre a teoria e a prática, pois determinadas condutas continuam sendo praticadas normalmente, sob o manto da manifestação cultural.

É o caso da farra do boi, do rodeio, da vaquejada e atividades semelhantes. Moraes (2019, p. 928) lembra que o Supremo Tribunal Federal, quando analisou os procedimentos utilizados na farra do boi e na rinha de galo, entendeu que a obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e difusão das manifestações, não prescinde da observância da norma constitucional que veda a prática de ato que submeta os animais à crueldade.

Além do mais, o Supremo Tribunal Federal, em outubro de 2016, no julgamento da ADI 4.983/CE, da relatoria do Ministro Marco Aurélio, entendeu pela inconstitucionalidade da Lei nº 15.299, do ano de 2013, do Estado do Ceará, que regulamentou a vaquejada como atividade desportiva e cultural.

PROCESSO OBJETIVO – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – ATUAÇÃO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO. Consoante dispõe a norma imperativa do § 3º do artigo 103 do Diploma Maior, incumbe ao Advogado-Geral da União a defesa do ato ou texto impugnado na ação direta de inconstitucionalidade, não lhe cabendo emissão de simples parecer, a ponto de vir a concluir pela pecha de inconstitucionalidade. VAQUEJADA – MANIFESTAÇÃO CULTURAL – ANIMAIS – CRUELDADE MANIFESTA – PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA – INCONSTITUCIONALIDADE. A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não prescinde da observância do disposto no inciso VII do artigo 225 da Carta Federal, o qual veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade. Discrepa da norma constitucional a denominada vaquejada. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.983/CE, Tribunal Pleno. Requerente: Procurador Geral da República. Requerido: Governador do Estado do Ceará. Relator Ministro Marco Aurélio, Brasília- DF, 06 de outubro de 2016).

Ponto importante dessa decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal é o reconhecimento de que a atividade da vaquejada é praticada por meio de atos patentes de crueldade. São situações que causam intenso sofrimento no animal, com frequentes situações de graves ferimentos, mutilações e morte.

Apesar dessa definição dada pelo Supremo Tribunal Federal, as vaquejadas continuaram ocorrendo normalmente e o Congresso Nacional se precipitou para aprovar, em junho de 2017, pouco mais de seis meses após a decisão, a Emenda Constitucional nº 96, incluindo o parágrafo sétimo no artigo 225 afirmando que não são consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, registradas como bem de

natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei que assegure o bem-estar do animal envolvido.

Esta Emenda Constitucional nº 96 é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5728/DF, de relatoria do Ministro Dias Toffoli, proposta pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, que se encontra pendente de julgamento. Entretanto, já foi emitido parecer pela Procuradoria-Geral da República pela procedência do pedido contido na ação, a fim de que seja declarada a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional.

O parecer do Ministério Público Federal, na parte meritória, entendeu que o surgimento da Emenda Constitucional nº 96 teve por motivação exclusiva contornar a declaração de inconstitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal, de leis estaduais que regulamentaram a prática da vaquejada, como a decisão da ADI 4.983/CE comentada acima. Discutiu, também, a afronta que a Emenda Constitucional nº 96 fez às limitações formais impostas ao poder constituinte de reforma, pelo artigo 69, § 4º, da Constituição Federal de 1988. É que este dispositivo veda a proposta de alteração tendente a abolir os direitos e garantias individuais. Como visto acima, o Supremo Tribunal Federal reconhece a proteção ao meio ambiente como garantia fundamental.

Continua o parecer ministerial, a partir daí, demonstrando os fundamentos que justificaram a procedência do pedido de inconstitucionalidade da lei cearense na ADI 4.983/CE, no julgamento de outubro de 2016. Explica que o fato de a Constituição Federal garantir e incentivar o exercício de direitos culturais, como a prática esportiva e a realização de eventos, não afasta a observância do disposto no inciso VII, do § 1º, do artigo 225 da Carta. Por fim, opina pela declaração de inconstitucionalidade da emenda em comento.

O Congresso Nacional regulamentou os termos do parágrafo sétimo do artigo 225 da Constituição Federal, por meio da Lei Federal nº 13.873/2019, que alterou a Lei Federal nº 13.364/2016, reconhecendo, em seu artigo 1º, o rodeio, a vaquejada, o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestações culturais nacionais, elevando essas atividades à condição de bens de natureza imaterial, integrantes do patrimônio cultural brasileiro.

É possível perceber a rapidez de atuação do legislativo federal, sempre que existe a possibilidade de a proteção aos animais afetar a atividade econômica que envolve essas tidas manifestações culturais que utilizam os animais, submetendo-os a atos de crueldade.

1.2.2 A Lei de Crimes Ambientais

A Lei Federal nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais surgiu como forma de dar uma maior efetividade à proteção ao meio ambiente determinada pela Constituição Federal de 1988. Essa norma se mostrou um grande avanço para o ordenamento jurídico nacional, sendo um ponto fulcral para o fortalecimento da preocupação da sociedade para com o meio ambiente.

Especificamente sobre o tema de nosso estudo, a Lei de Crimes Ambientais foi, também, imprescindível para a evolução dos anseios sociais em relação à proteção ao animal, fazendo com que, naturalmente, o nosso legislativo tivesse que acompanhar esse desenvolvimento. A inclusão de uma seção própria para os crimes contra a fauna, dentro do capítulo V da Lei de Crimes Ambientais, garantiu ênfase ao tema da proteção ao animal.

Apesar de ser conhecida como Lei de Crimes Ambientais, a norma também trata das infrações administrativas, entre os artigos 70 e 76. Conceitua a infração administrativa ambiental como toda a ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio-ambiente. A lei aborda, ainda, neste capítulo, as espécies de sanções administrativas, os prazos para o procedimento administrativo e a destinação dos valores arrecadados pelos pagamentos das multas por infração ambiental.

Nas disposições gerais, a norma trouxe a inovação, em seu artigo 3º, da responsabilidade penal da pessoa jurídica, independente da responsabilização da pessoa física. Possibilidade que foi corroborada pelo Supremo Tribunal Federal, como se observará no segundo capítulo deste estudo. Além disso, em seu artigo 4º,

temos a possibilidade de desconsideração da pessoa jurídica, com o fito de garantir o ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente.

No capítulo dois, a norma dispôs sobre a forma de aplicação da pena, quando da punição penal. Definiu, em seu artigo 8º, que as penas restritivas de direito são as de prestação de serviço à comunidade, interdição temporária de direitos, suspensão total ou parcial de atividades, prestação pecuniária e recolhimento domiciliar.

Discorreu, no artigo 14, de circunstâncias atenuantes genéricas, com a novidade da atenuação da pena quando o agente comprovar baixo grau de instrução ou escolaridade. Já no artigo 15 definiu as agravantes genéricas, incluindo, da mesma, forma, situações novas como, por exemplo, a prática do crime mediante abuso do direito de licença, permissão ou autorização ambiental, a prática do delito no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais.

No artigo 20 da Lei de Crimes Ambientais, há a possibilidade de a sentença penal condenatória fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pelo crime ambiental, considerando os danos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente. Esse dispositivo antecipou em dez anos o instituto que viria a ser incluído no Código de Processo Penal, pela Lei Federal nº 11.719/2008, no artigo 387, inciso IV, permitindo a fixação do valor mínimo de reparação civil nas sentenças penais condenatórias.

Com relação às penas a serem aplicadas às pessoas jurídicas condenadas por crime, o artigo 21 listou a multa, as restritivas de direito e a de prestação de serviços à comunidade. A pena restritiva de direito, de acordo com o artigo 22, poderá ser de suspensão total ou parcial de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Já a pena de prestação de serviços à comunidade foi definida pelo artigo 23, consistindo em custeio de programas e projetos ambientais, execução de obras de recuperação de áreas degradadas, manutenção de espaços públicos ou contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.

No artigo 26, a Lei 9.605/1998 afirma que todas as infrações penais previstas nesta norma são de ação penal pública incondicionada, garantindo o interesse total do Estado em apurar e punir os agentes, independente, inclusive, da vontade da vítima.

Nos casos em que couber a proposta de transação penal, com fundamento no artigo 76 da Lei Federal nº 9.099/1995, o artigo 27 impôs um requisito a mais, a prévia composição do dano ambiental, salvo nas hipóteses de comprovada impossibilidade. Para os delitos que permitam a suspensão condicional do processo, disposto no artigo 89 da Lei de Juizados Especiais, o artigo 28 da Lei de Crimes Ambientais também incluiu obrigações a mais, como o laudo de constatação de reparação do dano ambiental, como requisito para a extinção de punibilidade.

A ideia do legislador, nesses casos de transação penal e suspensão condicional do processo foi que o agente tivesse que cumprir medidas que apresentassem vinculação com a proteção ao meio ambiente e, mais especificamente, a proteção aos animais, nas hipóteses de crimes contra a fauna.

Freitas (2012, p. 362) cita o caso do procedimento nº 335/2009, da Comarca de Rio Negro, no Paraná, que analisou o crime de maus-tratos, por rinha de galo. Na transação penal firmada entre o Ministério Público e os agentes, homologada judicialmente, ficou definido que cada infrator deveria pagar a quantia de R\$ 300,00 (trezentos reais), a ser recolhida para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do município, em duas parcelas, sendo os animais abatidos e limpos, prontos para consumo. Ou seja, os animais que sofreram os maus-tratos acabaram sendo mortos. Além disso, o valor da transação penal não foi destinado a nenhuma instituição de defesa dos animais.

Então, é importante que o representante do Ministério Público, ao oferecer a transação penal ou a suspensão condicional do processo, preste atenção na especificidade da matéria, para indicar cláusulas que possam beneficiar a proteção ao meio ambiente. Da mesma forma o juiz, pois pode deixar de homologar a propositura do Ministério Público em casos semelhantes.

A partir do artigo 29, a lei começa a dispor sobre os crimes contra o meio ambiente, em seções divididas pela proteção a que se destina. No que tange ao sistema filosófico utilizado pela Lei de Crimes Ambientais, Freitas (2012, p. 53) ensina que assim como a Constituição Federal de 1988, a Lei Federal nº 9.605/1998 também possui dispositivos que buscam proteger o meio ambiente, considerado de forma autônoma, como no artigo 32 que protege os animais dos maus-tratos, e dispositivos que resguardam bens ambientais visando evitar prejuízo ao homem, como no artigo 37, inciso I, que considerado como não sendo criminoso o abate de animal para saciar a fome do agente ou de sua família.

Entre os artigos 29 e 37 temos os crimes contra a fauna. Esta seção inicia punindo as condutas de matar, perseguir, caçar, apanhar, ou utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente ou em desacordo com ela. Este tipo penal não abarca os animais domésticos ou domesticados.

Marcão (2018, p. 73) explica que são espécimes da fauna silvestre todos aqueles que pertencem às espécies nativas, migratórias, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, de acordo com o § 3º, do artigo 29. O animal doméstico é aquele que nasceu e foi criado no ambiente doméstico, em meio a um determinado núcleo familiar. E o animal domesticado é o animal amansado, adaptado à convivência humana.

O artigo 30 pune a exportação de peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização competente. A expressão em bruto significa que as peles e couros não foram manufaturados, como lembra Marcão (2018, p. 53). O artigo 31 visa punir o agente que introduzir animal no país, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida pela autoridade competente.

Já o artigo 32 traz o crime de maus-tratos que, pelo seu liame direto com o tema de nosso estudo, será abordado, de forma específica, no quarto capítulo. Entrementes, importante frisar, desde logo, a importância deste delito para a sociedade, em razão da relação direta com os animais domésticos, protegidos por este tipo penal. Medeiros (2013, p. 43) informa que, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE, cerca de 60% dos domicílios

brasileiros possuem algum animal de estimação. Não há dúvida que estamos diante de um número extremamente significativo para a sociedade.

Os artigos 33 a 36 protegem a fauna aquática, punindo a conduta de provocar o perecimento desses espécimes existentes em rios, lagos, açudes, baías ou águas jurisdicionais brasileiras, por meio de emissão de efluentes ou carreamento de materiais, ou a conduta de pesca em período proibida, lugares interditados ou mediante a utilização de explosivos ou substâncias tóxicas.

Por fim, o artigo 37 finaliza a seção dos crimes contra a fauna afastando o delito na hipótese de abate de animais quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família, para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais ou por ser nocivo o animal, quando assim caracterizado pelo órgão competente.

Na seção dos delitos contra a flora, entre os artigos 38 e 53, a Lei de Crimes Ambientais incluiu condutas que afetam as unidades de conservação, as florestas e demais formas de vegetação. É no artigo 42, por exemplo, que há a vedação a fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios. Condutas essas que, antes de Lei Federal nº 9.605/1998, eram muito comuns na região nordeste, na época de festejos juninos.

Na seção três do capítulo dos crimes contra o meio ambiente, o legislador tipificou condutas que pudessem causar poluição protegendo a saúde dos humanos, dos animais não humanos e protegendo, também, a flora como pode ser verificado no artigo 54 que pune a conduta de causar poluição de qualquer natureza que possa causar danos, ou no artigo 61 que há proibição de disseminar doença ou praga ou espécies que possam causar dano à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas.

Existem, ainda, na seção quatro, os crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural, protegendo museus, bibliotecas, pinacotecas, instalações científicas ou bens especialmente protegidos por lei, de atos que possam vir a destruí-los, inutilizá-los ou deteriorá-los. No artigo 65, por exemplo, consta a conduta de pichar edificação ou monumento urbano.

Alfim, na seção cinco, estão dispostos os delitos contra a administração pública ambiental indicando condutas que podem ser praticadas por qualquer pessoa como a inclusa no artigo 69, de obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público em questões ambientais. Bem como, também, indica condutas que podem ser praticadas apenas por funcionário público, no uso de suas funções, por exemplo, no artigo 67, punindo o agente que conceder licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais para atividades, obras ou serviços que dependam de ato autorizativo.

Pois bem. A Lei de Crimes Ambientais, certamente, se mostrou um grande avanço para a proteção ao meio ambiente e, de maneira mais particular, para a proteção aos animais. Junto com essa norma a sociedade evoluiu também, não aceitando determinadas condutas, principalmente de maus-tratos contra animais domésticos. As pessoas passaram a buscar mais a imprensa, com o objetivo de promover repercussão ao fato. Passaram a procurar os órgãos de fiscalização e investigação, com o escopo da punição aos agentes.

Naturalmente os parlamentares entenderam a necessidade de acompanhar essa evolução social, podendo, essa percepção, ser verificada com a pesquisa realizada no quarto capítulo, demonstrando e analisando projetos de lei que tratam dos direitos dos animais não humanos, mesmo que, em alguns deles, tenham como objetivo final, ainda, os humanos.

Passados mais de 20 anos do surgimento da Lei Federal nº 9.605/1998, é natural que novas ideias surjam com o intento de alterar algum dispositivo ou criar um novo tipo penal na busca por uma maior e melhor proteção. É nesse sentido que surge a ideia dessa pesquisa, de tipificar a conduta do agente que se omite em socorrer animal doméstico em situação de grave e iminente perigo, ou ferido e desamparado. E nas hipóteses em que o agente também se encontrar em risco pessoal, não pedir o socorro da autoridade pública.

1.3 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

A preocupação dos Estados e organismos internacionais com o meio ambiente se tornou mais presente e ativa a partir do ano de 1972, com a Conferência do Meio Ambiente de Estocolmo, desenvolvida pela Organização das Nações Unidas – ONU. Dessa conferência resultou a Declaração de Princípios sobre o Meio Ambiente Humano, sendo, segundo Sirvinskas (2018, p. 928), o documento mais importante, pois deu origem ao direito ambiental.

Apesar de a Conferência de Estocolmo não se referir, especificamente, aos animais, trata, em alguns princípios, da proteção à fauna. Castro, (2006, p. 16) lembra que no princípio número dois existe a expressa convicção de que os recursos naturais, incluindo-se o ar, a água, a terra, a flora e a fauna devem ser salvaguardados em benefício das gerações atuais e futuras. Já no princípio número quatro há a informação de que o homem tem responsabilidade especial em proteger e administrar, conscientemente, o patrimônio da fauna.

Em decorrência da Conferência de 1972 a Organização das Nações Unidas para a Educação – UNESCO proclamou, em Assembleia ocorrida no dia 27 de janeiro de 1978, em Bruxelas, a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, afirmando, já em seu preâmbulo, que todo animal possui direitos e o desconhecimento ou desprezo desses direitos têm levado e continuam a levar o homem a cometer crimes contra os animais e contra a natureza.

O preâmbulo continua com a informação de que a espécie humana deve respeitar a coexistência de outras espécies no mundo e que esse respeito e que a educação deve ensinar, desde a infância, a observar a compreender, a respeitar e amar os animais. Pela importância desse documento e sua vinculação com o objeto deste estudo, passaremos a discutir cada um dos catorze artigos da declaração.

Ultrapassando a parte vestibular da declaração, o artigo primeiro afirma que todos os animais nascem iguais diante da vida e possuem o mesmo direito à existência. O documento não faz qualquer especificação sobre a espécie ou importância do animal para a sociedade. Todas as espécies de animais estão incluídas neste dispositivo, seja o animal humano ou não humano.

O segundo artigo afirma que o homem, enquanto espécie animal, não possui o direito de exterminar outros animais ou explorá-los violando o direito ao

respeito que todo animal possui, devendo colocar a sua consciência à serviço dos outros animais, garantindo cuidado e proteção.

O terceiro artigo trata da proibição aos maus-tratos ou atos cruéis. Como visto em tópico anterior, ao abordarmos a proteção aos animais na Constituição Federal de 1988, ela incluiu no inciso VII do artigo 225 a vedação a atos que submetam os animais a crueldade. A preocupação dos Estados e organismos internacionais demonstra que os atos cruéis praticados pelos humanos contra os animais não humanos são situações corriqueiras em todas as sociedades. Daí a importância da declaração que indica aos países a necessidade de criar normas internas para a proteção aos animais.

O quarto artigo garante o direito dos animais pertencentes a espécies silvestres de viverem livre no seu ambiente natural e de se reproduzirem. Já o quinto artigo se preocupa com os animais domésticos ou domesticados. Ele informa que cada animal que viva, habitualmente, no ambiente do homem tem o direito de viver e crescer segundo o ritmo e as condições de vida próprias de sua espécie e que toda modificação imposta pelo homem para fins mercantis é contrária a esta direito.

O sexto artigo continua com a inquietação com o animal doméstico, afirmando que cada animal que o homem escolher para companheiro tem o direito a uma duração de vida conforme sua longevidade natural e que o abandono de um animal é um ato cruel e degradante. Extremamente importante este dispositivo, tendo em vista a relação de afetividade que o animal doméstico passa a ter com os humanos com quem convive. Essa afinidade surge, de regra, por uma escolha do humano, porém é o animal não humano quem passa a sentir o afeto de maneira natural, irrestrita e incondicional.

Com o abandono, o apego com os humanos com quem convivia permanece, porém, agora, com o sofrimento da saudade e da falta de entendimento do por que do afastamento. Realmente um ato cruel e degradante.

A preocupação com o animal que é utilizado para o trabalho está no artigo sétimo da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, determinando uma razoável limitação de tempo e intensidade de trabalho, e a uma alimentação adequada e ao repouso. No Brasil é ainda comum a utilização de tração animal para

carroças, inclusive no ambiente urbano, para transporte, por exemplo, de mercadorias e materiais de construção. Muitas das vezes as pessoas não se preocupam com a quantidade de objetos ou materiais, muito menos com a distância do trajeto, levando o animal não humano à exaustão.

Em razão disso, alguns municípios têm regulamentado a circulação dos chamados veículos de tração animal – VTA. Geralmente, essas leis municipais têm o objetivo primordial de melhor organizar o trânsito, porém terminam dispondo, de alguma forma, regras para evitar o sofrimento do animal. Essas situações podem ser verificadas, de maneira exemplificada, no município de São Paulo, com a Lei Municipal nº 14.146 de 2006, que dispõe sobre a circulação de veículos de tração animal e de animais montados, ou não, em vias do Município de São Paulo, proibindo, em seu artigo 9º, o transporte de animais recolhidos de cabeça para baixo, membros atados, ou ainda por qualquer meio que possa produzir sofrimento.

Temos, também, o exemplo do município paraibano de Campina Grande, com a Lei Municipal nº 5.212-A de 2012, que dispõe sobre os requisitos básicos para a circulação de veículos de tração animal. Esta norma proíbe, em seu artigo 4º, a utilização de animal ferido, cego, enfermo, extenuado e de fêmeas prenhas. Além disso, veda, no artigo 6º, a utilização de chicotes ou qualquer tipo de instrumento que sirva para espancar o animal.

Voltando para a Declaração Universal de Direitos dos Animais, o artigo oitavo visa proteger o animal que seja utilizado em experiências médica, científica, comercial ou qualquer outra, afirmando que técnicas substitutivas devem ser utilizadas e desenvolvidas. A Lei de Crimes Ambientais, ao dispor sobre o delito de maus-tratos, incluiu o parágrafo primeiro, no artigo 32, punindo quem realiza experiência dolorosa ou cruel, em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem métodos alternativos.

Entretanto, entendemos que esse artigo da Declaração Universal de Direitos dos Animais foi além. Ao afirmar que técnicas substitutivas devem ser utilizadas e desenvolvidas, determinou que os humanos tivessem a obrigação de buscar o incremento de métodos alternativos, evitando a inércia pela inexistência de um procedimento previamente desenvolvido.

No artigo nono há a abordagem sobre o animal que serve à alimentação. No caso dessa hipótese, o animal deve ser nutrido, alojado, transportado e morto sem que para ele resulte ansiedade ou dor. Castro (2006, p. 25) ao analisar este dispositivo, aponta que apesar das tentativas de evitar a dor e o sofrimento de animais quando do abate para venda em açougues e/ou matadouros, é certo que o máximo que se consegue é dar aos animais uma morte mais digna, inevitável em função da necessidade do homem de alimentar-se.

Artigo dez proíbe a utilização do animal para divertimento do homem, afirmando, ainda, que a exibição dos animais e os espetáculos que os utilizem são incompatíveis com a dignidade do animal. É o que acontece com as apresentações circenses, com os rodeios, as vaquejadas e espetáculos afins. Alguns Estados e Municípios estão proibindo a utilização de animais em circos.

O Estado de São Paulo, por meio da Lei Estadual nº 11.977/2005, em seu artigo 21, vedou a apresentação ou utilização de animais em espetáculos circenses. Já o Estado da Paraíba, com o surgimento da Lei Estadual nº 11.140/2018, no artigo 8º, inciso XXII, proibiu a utilização de animais de quaisquer espécies e para quaisquer fins em espetáculos circenses ou similares. Castro, (2006, p. 27), continuando seu estudo sobre a Declaração Universal de Direito dos Animais, discutindo a utilização de animais em espetáculos, aponta que a alegação de que o animal é bem tratado não possui sustentáculo, já que o atendimento às necessidades básicas do animal não representa carinho por ele, mas puro interesse econômico por seu desempenho no espetáculo. Além do mais, as técnicas de ensinamento dos animais são uma mistura de prêmios e castigos, situação bastante cruel.

O artigo onze afirma que o ato que leva à morte de um animal sem necessidade é um biocídio, ou seja, um crime contra a vida. E o artigo 12 diz que o ato que leva à morte um grande número de animais selvagens é um genocídio, por caracterizar um delito contra a espécie. Com efeito, mais importante do que as definições de biocídio e genocídio descritas nesses dispositivos é a demonstração de que o ato de levar à morte de um animal, sem necessidade, é um crime contra a vida e, não, contra o patrimônio do homem.

A vida do animal não humano deve ser protegida pelo que ela representa, pelo simples fato de sua existência, excluindo da preocupação originária as necessidades dos animais humanos.

O tratamento respeitoso ao animal morto também foi abordado nesse documento internacional, no artigo 13, acrescentando que as cenas de violência de que os animais são vítimas devem ser proibidas no cinema e na televisão, a menos que tenham a intenção de mostrar um atentado ao direito dos animais. Por fim, o artigo catorze trata das associações de proteção e de salvaguarda dos animais, afirmando que devem ter representatividade em nível de governo e que os direitos dos animais devem ser defendidos por leis, como o direito dos homens.

Neste último dispositivo há o direcionamento para que os países busquem editar legislações que tenham a finalidade de resguardar os direitos dos animais. No tópico do direito positivo nacional, deste estudo, demonstramos essa evolução das leis em nosso ordenamento jurídico que têm como objetivo, direto ou indireto, a proteção ao direito animal. Neste artigo catorze existe, também, o reconhecimento da importância das associações de proteção aos animais, em todo o mundo, ao ponto de afirmar que elas tenham participação ativa nas decisões das políticas públicas voltadas à proteção animal.

Dessa análise da Declaração Universal dos Direitos dos Animais percebe-se a vanguarda de seus dispositivos que em 1978 incluiu pensamentos e proteções que o Brasil passaria a utilizar, em suas legislações, apenas a partir dos anos dois mil. Por isso, como direcionamento geral para que os países possam basear suas normas internas e suas necessidades específicas, é um documento atual e extremamente importante.

2 CRIMES COMISSIVOS E OMISSIVOS

Como demonstrado na introdução, o presente estudo tem o fito de pesquisar a possibilidade de um novo tipo penal, a ser incluído na Lei 9.605/98, com base na conduta de omissão de socorro de animal doméstico em estado de vulnerabilidade. Nesse sentido, verifica-se, de plano, a necessidade de uma análise aprofundada acerca da classificação dos crimes que estudam a forma do comportamento do agente.

Existem os tipos penais nos quais o legislador exige do agente uma conduta positiva, uma ação, um fazer algo, para o cometimento do delito. Em outros casos, o crime traz uma conduta negativa, significando que o cidadão será punido em razão de uma omissão, de um não fazer algo que estava obrigado a praticar.

A regra é que os crimes sejam comissivos, punindo o cidadão que pratique a ação disposta no tipo penal. Excepcionalmente, o legislador tipifica alguma conduta negativa como crime, punindo a omissão, por exigir do agente a prática de determinada conduta, tendo em vista a importância do bem jurídico protegido.

No Código Penal existem alguns crimes omissivos próprios como, por exemplo, o tipo penal de omissão de socorro, do artigo 135, crime que será examinado, de forma específica, no capítulo três, pela proximidade com a conduta que o estudo em comento está realizando. Podem ser citados também como exemplos de crimes omissivos próprios no Código Penal o delito de apropriação indébita previdenciária, do artigo 168-A, de abandono material, do artigo 244, de abandono intelectual, do artigo 246, de omissão de notificação de doença, do artigo 269 e de não cancelamento de restos a pagar, do artigo 359-F.

Todos esses delitos contidos no Código Penal possuem uma característica similar que é a de o legislador exigir uma conduta negativa, uma omissão, do agente para a prática do crime.

Na Lei de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605/98, também são encontrados delitos omissivos como o § 3º do artigo 54, que tipifica a conduta de deixar de adotar

medida de precaução contra a poluição e o artigo 68 que pune a conduta de deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental. Esses crimes serão estudados no capítulo quatro.

Com efeito, os crimes omissivos próprios se diferenciam dos chamados omissivos impróprios, pois nestes, segundo Estefam (2017, p. 215), há a descrição de uma ação e o sujeito do crime responde por que estava obrigado a impedir a ocorrência do resultado e, mesmo podendo fazê-lo, omitiu-se.

Porém, antes do estudo aprofundado acerca dos crimes comissivos e omissivos, necessário fazer um apanhado histórico sobre a conduta humana, explicando sua evolução até o momento atual, como forma de permitir um melhor entendimento do tema.

2.1 DA CONDUTA HUMANA

Dentro do estudo do fato típico, a conduta é o primeiro critério a ser avaliado quando da análise de uma situação jurídica que possa vir a caracterizar uma infração penal. Além disso, essa conduta, regulada pelo direito penal, deve sempre ser um comportamento humano.

Por outro lado, é sabido que não é toda conduta humana que se torna importante para o direito penal, pois, de acordo com Martinelli e Bem (2019, p. 455), o comportamento penalmente relevante deve obedecer a critérios limitadores do poder punitivo, sempre no sentido de atender às finalidades de proteção de bens jurídicos de terceiros. Assim, se o cidadão pratica autolesão, ou mesmo tenta se suicidar, essa conduta humana não terá importância para o direito penal, ante a ausência de um risco proibido a um bem jurídico de terceiro.

Todavia, apesar de nem toda conduta humana ser penalmente relevante, o certo é que esse elemento do fato típico é essencial para a ocorrência de uma infração penal. Lembram Zaffaroni e Pierangeli (2019, p. 368) que o princípio *nullum crimen sine conducta* é uma garantia jurídica elementar, evitando que o delito

pudesse abarcar a possibilidade de penalizar o pensamento, a forma de ser ou as características pessoais.

Hungria (1955, p. 08/09), ao tratar do fato típico, ensinou:

O crime é, antes de tudo, um fato, entendendo-se por tal não só a expressão da vontade mediante ação (voluntário movimento corpóreo) ou omissão (voluntária abstenção de movimento corpóreo), como também o resultado (*effectus sceleris*), isto é, a conseqüente lesão ou periclitacão de um bem ou interesse jurídico penalmente tutelado. Não há crime sem uma vontade objetivada, sem a voluntária conduta de um homem, produtiva ou não impeditiva de uma alteração no mundo externo.

Importante frisar que a Constituição Federal de 1988 previu a possibilidade de a pessoa jurídica ser punida penalmente nas situações de afronta à ordem econômica e financeira, e à economia popular, no artigo 173, § 5º, bem como no caso de atividade lesiva ao meio ambiente, no artigo 225, § 3º. Não há previsão legal regulamentando a hipótese disposta no artigo 173 da Constituição Federal.

Entretantes, com relação à proteção ao meio ambiente, a Lei 9.605/98, em seu artigo 3º, afirma:

Art. 3º - As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Essa possibilidade inclusa em nosso ordenamento jurídico recebe críticas de alguns doutrinadores, como Bitencourt (2019, p. 317), que nomeia como obscura a previsão do artigo 225, § 3º, da Constituição Federal, afirmando que a responsabilidade penal ainda se encontra limitada à responsabilidade subjetiva e individual, tendo em vista que a conduta, como pedra angular da Teoria Geral do Crime, é produto essencialmente do homem.

Porém, lembram Mirabete e Fabbrini (2015, p. 108) que após a vigência da Lei 9.605/98, que regulamentou o dispositivo constitucional, houve a sedimentação do entendimento de possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica por crime contra o meio ambiente, quando a conduta for do representante legal ou órgão colegiado, no interesse ou benefício da entidade.

Marcão (2018, p. 19), corroborando esse entendimento, ensina:

Sem esquecer a relutância de alguns em relação à matéria, hoje, é seguro afirmar a compreensão quase unânime a respeito da possibilidade de se

instaurar persecução penal contra o ente jurídico, e se impor sanção penal nas hipóteses em que se revelar imperiosa a condenação.

Entendemos que a possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica não vai de encontro à teoria da conduta humana, já que a punição ocorrerá em decorrência de uma ação ou omissão do representante legal ou contratual, ou do órgão colegiado da pessoa jurídica, decorrente, assim, de um comportamento humano.

Além do mais, a jurisprudência tem se mostrado pacífica a respeito do tema. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça possuem o mesmo entendimento de possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica.

CRIMINAL. CRIME AMBIENTAL PRATICADO POR PESSOA JURÍDICA. RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DO ENTE COLETIVO. POSSIBILIDADE. PREVISÃO CONSTITUCIONAL REGULAMENTADA POR LEI FEDERAL. OPÇÃO POLÍTICA DO LEGISLADOR. FORMA DE PREVENÇÃO DE DANOS AO MEIO-AMBIENTE. CAPACIDADE DE AÇÃO. EXISTÊNCIA JURÍDICA. ATUAÇÃO DOS ADMINISTRADORES EM NOME E PROVEITO DA PESSOA JURÍDICA. CULPABILIDADE COMO RESPONSABILIDADE SOCIAL. CO-RESPONSABILIDADE. PENAS ADAPTADAS À NATUREZA JURÍDICA DO ENTE COLETIVO. RECURSO PROVIDO. (...). II. A Lei ambiental, regulamentando preceito constitucional, passou a prever, de forma inequívoca, a possibilidade de penalização criminal das pessoas jurídicas por danos ao meio-ambiente. III. A responsabilização penal da pessoa jurídica pela prática de delitos ambientais advém de uma escolha política, como forma não apenas de punição das condutas lesivas ao meio-ambiente, mas como forma mesmo de prevenção geral e especial. (...). VII. A pessoa jurídica só pode ser responsabilizada quando houver intervenção de uma pessoa física, que atua em nome e em benefício do ente moral. (...). XI. Não há ofensa ao princípio constitucional de que "nenhuma pena passará da pessoa do condenado...", pois é incontroversa a existência de duas pessoas distintas: uma física - que de qualquer forma contribui para a prática do delito - e uma jurídica, cada qual recebendo a punição de forma individualizada, decorrente de sua atividade lesiva. XII. A denúncia oferecida contra a pessoa jurídica de direito privado deve ser acolhida, diante de sua legitimidade para figurar no polo passivo da relação processual-penal. XIII. Recurso provido, nos termos do voto do Relator. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 564.960/SC, Quinta Turma. Recorrente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Recorrido: Auto Posto 1270 Ltda. Relator Ministro Gilson Dipp, Brasília- DF, 13 de junho de 2005).

A discussão mais específica existia com relação à necessidade, ou não, de se responsabilizar, obrigatoriamente, junto com a pessoa jurídica, a pessoa física que praticou a conduta. Marcão (2018, p. 21) reforça que o Superior Tribunal de Justiça tinha a interpretação da necessidade de imputação simultânea, exigindo que

a pessoa física fosse responsabilizada, permitindo, só então, a responsabilização da pessoa jurídica.

Todavia, o Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 548.181/PR, em Acórdão publicado em 2014, enfrentou esse tema, definindo que a persecução penal da pessoa física, como requisito para a responsabilização penal da pessoa jurídica não possuía respaldo na Constituição Federal.

EMENTA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PENAL. CRIME AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA. CONDICIONAMENTO DA AÇÃO PENAL À IDENTIFICAÇÃO E À PERSECUÇÃO CONCOMITANTE DA PESSOA FÍSICA QUE NÃO ENCONTRA AMPARO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. 1. O art. 225, § 3º, da Constituição Federal não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa. A norma constitucional não impõe a necessária dupla imputação. 2. As organizações corporativas complexas da atualidade se caracterizam pela descentralização e distribuição de atribuições e responsabilidades, sendo inerentes, a esta realidade, as dificuldades para imputar o fato ilícito a uma pessoa concreta. 3. Condicionar a aplicação do art. 225, §3º, da Carta Política a uma concreta imputação também a pessoa física implica indevida restrição da norma constitucional, expressa a intenção do constituinte originário não apenas de ampliar o alcance das sanções penais, mas também de evitar a impunidade pelos crimes ambientais frente às imensas dificuldades de individualização dos responsáveis internamente às corporações, além de reforçar a tutela do bem jurídico ambiental. (...). (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 548.181/PR, Primeira Turma. Recorrente: Ministério Público Federal. Recorrido: Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras. Relatora Ministra Rosa Weber. Brasília-DF, 30 de outubro de 2014).

A partir dessa decisão do Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça passou a acompanhar essa interpretação, afastando a necessidade da imputação da pessoa física, como requisito para a responsabilização da pessoa jurídica. Essa mudança pode ser vista na decisão do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 56.073/ES, publicada em 03 de outubro de 2018.

PROCESSO PENAL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CRIME AMBIENTAL. ART. 56, CAPUT, DA LEI N. 9.605/1998. RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA. DUPLA IMPUTAÇÃO. PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA. DESNECESSIDADE. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. EXCEPCIONALIDADE. REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP NÃO PREENCHIDOS. DENÚNCIA INEPTA. LIAME ENTRE O FATO DELITUOSO E A EMPRESA DENUNCIADA. NÃO DEMONSTRAÇÃO. RECURSO PROVIDO. 1. Após o julgamento do RE 548.181 pela Suprema Corte, a jurisprudência desta Corte consolidou-se no sentido de que é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais independentemente da responsabilização concomitante da pessoa física que a represente. (...). (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n. 56.073/ES, Quinta Turma.

Recorrente: Companhia Ultragáz S/A. Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Relator Ministro Ribeiro Dantas. Brasília-DF, 03 de outubro de 2018).

Concordamos com a posição do Supremo Tribunal Federal, pois exigir a imputação simultânea seria impor um requisito não disposto no artigo 225 da Constituição Federal, ou mesmo na Lei de Crimes Ambientais. Caso o legislador tivesse a intenção de vincular a imputação penal da pessoa física à responsabilização penal da pessoa jurídica, teria tratado desse tema na norma, devendo ser entendida essa situação como uma omissão intencional do legislador, não cabendo ao intérprete criar requisito não incluso na lei.

Por óbvio, deve o Estado, por meio do Ministério Público, sempre buscar a responsabilidade penal de todas as pessoas envolvidas, porém, no caso concreto, a dificuldade da imputação à pessoa física não deverá ser vista como impedimento à responsabilização da pessoa jurídica por crime ambiental.

Pois bem, tendo feito esse parêntese acerca da possibilidade, existente em nosso ordenamento jurídico, de a pessoa jurídica ser punida penalmente, podemos voltar ao estudo da conduta humana como requisito essencial para a análise do fato típico.

Dependendo da teoria utilizada para o estudo da conduta humana, vários elementos são tidos como essenciais. Para a teoria causal ou naturalista, de acordo com Estefam (2017, p. 213), abordada por Von Liszt e por Beling, a conduta seria mera exteriorização do pensamento, com a certeza de que o agente atuou de forma voluntária, sendo irrelevante o conteúdo de sua vontade, ou seja, o que ele queria alcançar com aquela ação.

Com efeito, ao tratar da teoria finalista, Greco (2016a, p. 251), citando Welzel, destaca que a conduta humana consciente e voluntária é um exercício de uma atividade final, indicando a preocupação com a finalidade da ação ou omissão do agente.

Martinelli e Bem (2019, p. 461), explicando com clareza a diferença entre as teorias causal e finalista, narram:

Segundo Hans Welzel, o maior representante do finalismo, a conduta humana era o exercício de atividade final e não somente causal. (...). A atividade final é uma atividade dirigida conscientemente em função do fim,

enquanto o fato causal resulta da constelação de causas existentes em cada momento. Por isso, a finalidade seria vidente e a causalidade é cega.

Já para os adeptos da teoria social da ação, deve ser acrescentado o elemento de uma conduta socialmente importante em determinada época, a ser somado com a consciência e voluntariedade, buscando uma finalidade específica. Para Estefam (2017, p. 214), apesar das contribuições de Jescheck e Wessels, essa concepção não foi bem aceita, principalmente, pelo fato de fazer com que condutas socialmente aceitas constituam irrelevantes penais, possibilitando, em última análise, na revogação de uma lei penal por um costume social.

Analisando as teorias citadas acima, verifica-se que alguns elementos são indicados como essenciais em todas elas, sendo a exteriorização do pensamento, a consciência e a vontade. A necessidade de exteriorização do pensamento indica que a simples ideia, a cogitação, não é suficiente para a caracterização de uma conduta. O Código Penal Brasileiro aborda esse tema no artigo 31, ao afirmar que o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio não são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado. Assim, há a necessidade de um movimento corpóreo positivo para a caracterização de uma conduta ou uma abstenção, quando exigida por lei uma ação.

Além disso, a ação ou omissão deve ser consciente e voluntária, sendo esses elementos, também, imprescindíveis para esse estudo da conduta humana. Então, se afasta a responsabilidade penal, por ausência de conduta, quando é demonstrada a prática de um ato inconsciente, sem condições de entender o caráter ilícito do fato ou sem a vontade do agente. Neste ponto, a doutrina cita como causas de ausência de conduta a coação física irresistível, movimentos reflexos e estados de inconsciência.

Para que a coação física irresistível afaste a conduta do agente é necessário verificar uma força física absoluta sobre o sujeito, advinda da natureza ou da ação de um terceiro. Busato (2013, p. 278), tratando do tema, ensina que os atos realizados sob a influência de força física contra a qual não se pode resistir não são imputáveis àquele que atua, por ausência de ação. Nesse caso, não se transmite a ideia de sentido de uma expressão de vontade do agente.

A segunda causa de ausência de ação e de omissão é chamada de movimentos ou atos reflexos que, segundo Bitencourt (2019, p. 312), são aqueles movimentos corpóreos determinados por estímulos dirigidos diretamente ao sistema nervoso, sem intervenção da vontade humana, como ocorre em um ataque epilético. Continua o autor abordando as causas de ausência de conduta, citando, agora, os estados de inconsciência, que é entendido como resultado de funções mentais que não funcionam adequadamente, criando uma incompatibilidade com a vontade humana. São indicados como exemplos de estado de inconsciência o sonambulismo, a hipnose e a embriaguez letárgica.

Deve-se frisar que se o agente se coloca, deliberadamente, em estado de inconsciência e vem a cometer delitos, responderá normalmente pelos atos praticados, já que o Código Penal, em seu artigo 28, inciso II, ao prever que não exclui a imputabilidade penal a embriaguez voluntária ou culposa, utilizou a teoria da *actio libera in causa*, pois, de acordo com Greco (2016a, p. 254), se a ação foi livre na causa - ato de fazer a ingestão de bebidas alcoólicas - deverá o agente ser responsabilizado pelos resultados dela decorrentes.

Posto isto, concordamos com a doutrina majoritária que abraça a teoria finalista impondo, como ensinam Zaffaroni e Pierangeli (2019, p. 372), uma conduta humana consciente e voluntária, que almeje alcançar determinada finalidade, para que possa existir repercussão na esfera penal.

Essa conduta humana consciente e voluntária se exterioriza por uma ação ou omissão do agente. Isto porque o legislador pode incluir no tipo penal uma conduta proibitiva ou uma conduta impositiva.

Na primeira hipótese, o legislador indica, no tipo penal, uma conduta que, caso alguém venha a praticá-la, causará um dano ou perigo de dano ao bem jurídico protegido. Nesses casos, segundo Greco (2016a, p. 206) se estará diante de normas proibitivas, existentes nos crimes comissivos, exigindo do agente uma ação, uma conduta positiva. Caso o agente venha a ferir animal doméstico praticará o crime de maus-tratos, disposto no artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais.

Nos crimes comissivos, a norma descreve uma conduta que afronta determinado bem jurídico, ficando o agente proibido de cometê-la. A regra em nosso

ordenamento jurídico é que o delito traga em seu bojo uma conduta positiva, um fazer algo. De forma excepcional, o crime é praticado por meio de uma omissão, um não fazer algo.

Nesses casos, como explicam Martinelli e Bem (2019, p. 433), o legislador entende que determinadas omissões são prejudiciais aos bens jurídicos tutelados, impondo ao agente específico dever de agir. Assim, nas situações apontadas na lei, se o sujeito não praticar a conduta disposta na norma, cometerá infração penal.

Os crimes omissivos possuem subdivisões, necessitando uma apreciação mais aprofundada. Com efeito, a conduta omissiva é objeto de nosso estudo, tendo em vista a análise da omissão de socorro de animal doméstico em estado de vulnerabilidade. Assim, o tema será abordado em tópico próprio.

2.2 DA CONDUTA OMISSIVA

O crime omissivo é aquele que o legislador entende como necessário impor aos agentes a prática de determinada conduta positiva, com vistas à proteção de bens jurídicos relevantes. Assim, se o agente deixa de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à pessoa ferida, estará praticando o delito de omissão de socorro, descrito no artigo 135 do Código Penal.

Os crimes omissivos se subdividem em omissivos próprios e omissivos impróprios. Os primeiros são aqueles em que está presente o chamado dever genérico de proteção, se caracterizando pela exigência legal de todos os cidadãos protegerem determinados bens jurídicos.

Como ensina Greco (2016a, p. 252), os delitos omissivos próprios:

São os que objetivamente são descritos com uma conduta negativa, de não fazer o que a lei determina, consistindo a omissão na transgressão da norma jurídica e não sendo necessário qualquer resultado naturalístico.

O artigo 135 do Código Penal, ao narrar o crime de omissão de socorro, tipifica a conduta omissiva própria, pois qualquer pessoa pode vir a praticar o referido delito. Na Lei de Crimes Ambientais encontramos exemplo de delito

omissivo próprio no § 3º do artigo 54, que tipifica a conduta de deixar de adotar medida de precaução contra a poluição.

Todavia, os crimes omissivos impróprios não podem ser praticados por qualquer pessoa, pois nesses casos, Greco (2016a, p. 253) lembra que o agente deve se encontrar na situação de garantidor, ou seja, que ele tenha a obrigação legal de agir, em razão do dever especial de proteção.

O Código Penal, em seu artigo 13, § 2º, indicou as situações em que o agente estará obrigado a agir para evitar o resultado, sob pena de responsabilização penal por crimes inicialmente comissivos.

A primeira hipótese do dispositivo acima indicado é quando o agente possui, por lei, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância. Então, a relação entre pais e filhos, entre tutores e tutelados, curadores e curatelados são situações em que está presente a obrigação de agir para evitar o resultado.

Nesses casos, o agente será punido como se tivesse agido buscando aquele fim. A mãe que deixa de alimentar seu filho recém-nascido, sabendo que outra pessoa não irá fazê-lo e ciente de que ele não pode alimentar-se, responderá pelo crime de homicídio, que é um delito comissivo.

A segunda hipótese inclusa no artigo 13, § 2º, do Código Penal existe quando o agente assume a responsabilidade de evitar o resultado. Nucci (2017, p. 150) explica que essa responsabilidade pode surgir em razão de negócios jurídicos, como a contratação de vigia para dar segurança às casas de determinado condomínio, ou de relações concretas da vida, quando, no exemplo clássico da doutrina, um exímio nadador convida o amigo para uma travessia prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência.

Nessas duas situações, se o vigia e exímio nadador não agirem para evitar o resultado, suas omissões serão penalmente relevantes.

Por fim, a terceira hipótese legal é quando o agente, por comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado. Nessa circunstância, o agente age dolosamente criando o risco e, a partir desse momento, tem a obrigação de evitar o resultado. Mais uma vez, Nucci (2017, p. 150) traz o exemplo do agente que,

sabendo que a vítima não sabe nadar, a joga em uma piscina em razão de um trote acadêmico. O agente fica obrigado a impedir o resultado, sob pena de ser responsabilizado pelo crime de homicídio, pela conduta omissiva imprópria.

Assim, para que alguém se enquadre na conduta omissiva imprópria, ele deve se encaixar em uma das situações dispostas no § 2º, do artigo 13, do Código Penal. Pois nessas hipóteses, estará presente o dever especial de proteção.

A diferenciação entre a conduta omissiva própria e a imprópria é importante para o nosso estudo, pois servirá para distinguir a responsabilização da omissão de socorro de animal doméstico, do crime de maus-tratos, disposto no artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais.

Isto porque o presente estudo possui o fito de permitir a punição para o agente que se omite em socorrer animal doméstico em estado de vulnerabilidade. Porém, o agente que é tutor do animal terá a obrigação de cuidar, socorrer, proteger e se vier a se omitir poderá ser responsabilizado pelo crime de maus-tratos, na modalidade de conduta omissiva imprópria.

Com efeito, não existe em nosso ordenamento punição penal para quem, dentro do dever geral de proteção, deixa de socorrer animal doméstico em estado de perigo. Em nossa visão, existe a necessidade de se buscar a responsabilização penal quando o agente vier a praticar a conduta omissiva própria.

Se o agente se enquadra na situação de garantidor do animal doméstico e, pela sua omissão, venha a causar ferimento nele, essa conduta já se encontra protegida pelo artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais, na modalidade de conduta omissiva imprópria.

Todavia, a omissão própria é uma conduta atípica. Objetiva-se a inclusão, na legislação ambiental, da tipificação da omissão de socorro de animal doméstico em estado de vulnerabilidade.

3 O CRIME DE OMISSÃO DE SOCORRO DISPOSTO NO CÓDIGO PENAL

O delito de omissão de socorro, disposto no artigo 135, foi incluído no Título I da parte especial do Código Penal, que trata dos crimes contra a pessoa. Mais especificamente, no Capítulo III, da periclitación da vida e da saúde.

O legislador, ao dispor acerca desse crime, teve como objetivo o amparo à vida e à saúde das pessoas, sendo esses os bens jurídicos protegidos. Mesmo que o agente não tenha praticado nenhuma conduta anterior no sentido de criar a vulnerabilidade da vítima, o fato de se omitir em auxiliá-la em determinadas circunstâncias é suficiente para a punição penal.

Ainda discorrendo sobre o bem jurídico protegido, é certo que o crime de omissão de socorro tem como um dos fundamentos para sua existência a solidariedade humana, como valor moral, impondo que o agente tenha uma conduta positiva no sentido de amparar a pessoa em estado de perigo.

Todavia, como afirma Nucci (2017, p. 829), apesar de defendido por parte da doutrina, a solidariedade humana não é o objeto jurídico protegido no crime em comento. Se assim o fosse, alguém que se omitisse em socorrer uma pessoa ferida, sem perigo para a sua integridade física, seria autora do delito de omissão de socorro, mesmo que a vítima fosse socorrida por um terceiro.

Veremos a seguir, com a análise das formas de consumação do crime, que a hipótese acima não torna o agente sujeito ativo do delito, já que com o auxílio de terceira pessoa, se mostra inexistente o risco à vida ou à saúde da pessoa humana, reais bens jurídicos resguardados.

Com efeito, apesar de não ser um bem jurídico protegido, o dever de solidariedade existe para que, em determinadas situações, o cidadão deixe de se preocupar apenas com seus direitos, sendo-lhe imposta a ação em defesa de outras pessoas, em situações específicas, asseverando Greco (2016b, p. 249), não só pela necessidade do convívio social, mas pela manutenção da própria sociedade em si.

Já no que tange ao objeto material do crime, que é aquilo sobre o que recai a conduta do agente, temos a criança abandonada ou extraviada, ou a pessoa inválida ou ferida, que se encontra desamparada.

Fazendo uma vinculação com o foco principal do estudo, verificamos que esse sentimento de solidariedade humana não deve ficar restrito a outros seres humanos. Os animais fazem parte de nossas vidas, sofrendo as consequências da interferência humana no meio ambiente.

Assim, deve fazer parte do valor moral da sociedade a proteção aos animais mais próximos aos seres humanos, impondo uma conduta positiva de amparo àqueles que se encontrem em situação de vulnerabilidade, desde que não haja possibilidade de perigo ao agente.

Tem-se como possível um dispositivo legal, determinando uma punição penal para a pessoa que se omita em socorrer animal doméstico em situação de sofrimento, de forma similar ao que foi determinado no delito de omissão de socorro disposto no artigo 135 do Código Penal. Por isso, a importância da análise detalhada deste crime, pois servirá de base para a inovação legislativa no bojo da lei de crimes ambientais.

3.1 ELEMENTARES DO CRIME

O tipo penal de omissão de socorro traz redação complexa, com duas condutas impostas ao agente, além da exposição de algumas situações em que o cidadão deve se enquadrar para ser considerado sujeito passivo do delito. As várias alternativas dispostas na norma penal exigem um cuidado primoroso no estudo das elementares objetivas deste crime.

De forma preliminar, importante explicar que uma elementar de crime é o requisito básico, primordial, para a caracterização do delito. Sem o elemento imprescindível para aquele tipo penal, ocorrerá a chamada atipicidade da conduta.

A atipicidade pode ser absoluta quando a ausência de uma elementar vier a caracterizar um indiferente penal, ou seja, inexistência de crime. A atipicidade pode ser relativa quando a falta de uma elementar do tipo fizer com que haja a caracterização de outro delito, por meio da desclassificação.

Neste momento, iremos fazer a análise dos elementos objetivos e normativos do delito, separando o estudo dos elementos subjetivos para uma segunda etapa.

O artigo 135 do Código Penal é narrado da seguinte maneira:

Art. 135 - Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.

Como dito acima, o delito em estudo traz duas condutas de natureza mandamentais, impondo uma ação por parte do cidadão, sob pena da prática de crime, na hipótese de omissão. A primeira conduta é a de deixar de prestar assistência. Então, o agente poderá ser tido como sujeito ativo do delito se não agir no sentido de oferecer ajuda.

O agente não possui obrigação de conseguir salvar a vítima, mas, sim, de atuar, de praticar uma conduta positiva no sentido de auxiliar aquela pessoa que se encontra em uma das situações expostas na norma penal.

Todavia, o agente apenas estará obrigado a agir quando puder praticar a conduta sem risco pessoal. O legislador não teve a intenção de impor uma conduta de auxiliar alguém, pondo em risco um bem jurídico seu, como a integridade física ou mesmo a vida. Nesses casos, a conduta de prestar assistência será uma escolha pessoal, sem que exista a possibilidade de punição pela omissão.

Assim, sempre que estiver demonstrada a ausência de risco pessoal, o cidadão estará obrigado a prestar assistência à criança abandonada ou extraviada.

De acordo com o art. 2º da Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, criança é aquela pessoa que não completou doze anos de idade. A partir de doze anos completos, a lei classifica a pessoa como adolescente, não se enquadrando mais como sujeito passivo do crime pelo fato de estar abandonado ou extraviado.

Segundo Mirabete e Fabbrini (2014, p. 108), como o Código Penal não fixou um limite de idade, deve ser considerada criança a pessoa que não tem condição de autodefesa por imaturidade. Entrementes, como já explicitado acima, preferimos a interpretação exposta por Greco (2016b, p. 253) de que, a partir do momento que a legislação específica definiu um critério objetivo para o termo criança, deve ele ser utilizado, inclusive visando uma melhor análise da tipicidade formal da conduta do agente.

A criança, para ser sujeito passivo do delito, deve estar abandonada ou extraviada. Por abandono deve ser entendida a situação de que seu responsável, intencionalmente, deixou a criança em algum lugar, sozinha, sem as condições de evitar o perigo criado por essa situação.

Já a expressão criança extraviada significa perdida, tendo se afastado da vigilância de seus pais, por exemplo, sem conseguir retornar ao local seguro. Importante visualizar a diferença entre abandono e extravio, já que no extravio a responsável não teve a intenção de deixar a criança só, desamparada. No caso do abandono, como ato intencional, pode vir a caracterizar o crime de abandono de incapaz, punindo aquela pessoa que, no momento, possui obrigação de guarda, vigilância ou autoridade sobre a criança.

Todavia, para o crime de omissão de socorro, a consequência é a mesma. Se o cidadão percebe que uma criança se encontra abandonada ou perdida, deve agir no sentido de auxiliá-la, sob pena de se tornar sujeito ativo do crime disposto no artigo 135 do Código Penal.

A narrativa legislativa continua com a conduta de deixar de prestar assistência à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo. Agora, o legislador protege não mais a pessoa com idade inferior a 12 anos, mas qualquer pessoa que se enquadre nas situações citadas no tipo penal.

Apesar da redação imperfeita do artigo em análise, não basta que a pessoa esteja inválida ou ferida para ser vítima. É preciso que esteja inválida e desamparada ou ferida e desamparada ou, por último, que a pessoa esteja em grave e iminente perigo. Então são três situações tipificadas em que a pessoa precisa se enquadrar para ser sujeito passivo do delito.

Como relata Masson (2013, p. 517):

Invalidez é a característica inerente à pessoa que não pode, por conta própria, praticar os atos cotidianos de um ser humano. Pode advir de problema físico ou mental. Mas não basta a invalidez. Exige-se ainda esteja a pessoa ao desamparo, isto é, incapacitada para se livrar por si só da situação de perigo.

A pessoa ferida é aquela que se encontra com sua integridade física afetada, porém precisa ficar demonstrada, da mesma forma que a situação anterior, que ela não estava em situação que possibilitasse evitar o perigo sozinha, ou seja, que estivesse desamparada.

Por fim, ainda de acordo com Masson (2013, p. 518), para caracterizar que a pessoa se encontra em grave e iminente perigo precisa ser demonstrado uma real e fundada possibilidade de causar um mal relevante em curto espaço de tempo. Deve-se frisar que, nesta hipótese, a pessoa não precisa estar inválida ou ferida.

Então, tem-se um sujeito passivo próprio, pois para poder ser vítima do crime de omissão de socorro, é necessário que seja criança, abandonada ou extraviada. Ou uma pessoa de qualquer idade que se encontre inválida e desamparada, ferida e desamparada ou em grave e iminente perigo.

Se qualquer cidadão encontrar alguma pessoa que se enquadre nas situações acima indicadas, estará ele obrigado a atuar no sentido de prestar auxílio a essa pessoa que está em estado de vulnerabilidade, desde que não haja risco pessoal ao agente.

No entanto, como frisado no início, o legislador incluiu no tipo penal duas condutas. Assim, se o agente não estiver obrigado a prestar auxílio em razão do risco pessoal, ele estará compelido a pedir socorro da autoridade pública. Esta é a segunda conduta omissiva contida no artigo 135 do Código Penal.

O sentido de autoridade pública disposto no crime de omissão de socorro é aquela pessoa, em determinada função pública, que possa, naquele caso concreto, prestar o auxílio necessitado pela vítima. Para afastar o crime, não basta entrar em contato com qualquer autoridade pública.

Conforme a explicação de Nucci (2017, p. 831), é obrigação do agente acionar a autoridade que realmente tenha a possibilidade de prestar assistência, em razão de ser inerente à função pública que exerce. Não haveria lógica em alguém presenciar um acidente automobilístico e, na impossibilidade de prestar o auxílio, entrar em contato com o Ministério Público.

Então, para a prática do delito de omissão de socorro, por meio da segunda conduta omissiva, não se enquadra apenas o agente que ficou inerte e não entrou em contato com ninguém. Mas, também, o cidadão que pediu socorro a alguma autoridade pública que não possuía qualquer vinculação com o motivo do perigo à vítima, não possuindo atribuição para atuar naquele determinado caso.

Além do mais, a obrigação de pedir socorro à autoridade pública competente apenas surgirá na hipótese de existir risco pessoal, impedindo-o de prestar o auxílio de forma direta. No conceito de risco pessoal deve se enquadrar a situação que seja tão importante quanto o perigo que a vítima está sofrendo.

Mais uma vez, Nucci (2017, p. 830) ensina:

Frise-se, no entanto, que o “risco pessoal” é inerente à integridade física do indivíduo, e não se relaciona a prejuízos de ordem material ou moral. Ex.: aquele que não presta socorro a pessoa ferida porque teme estragar o estofamento do seu veículo pelo derrame de sangue não escapa da punição.

No exemplo citado, o agente estaria praticando o crime de omissão de socorro mesmo que pedisse socorro a uma autoridade pública. Isto porque o cidadão só estará isento da conduta de prestar auxílio, surgindo a obrigação de entrar em contato com o corpo de bombeiros, por exemplo, se efetivamente existir um risco pessoal.

Desta forma, é possível perceber que o legislador, ao impor essas condutas a qualquer cidadão, teve a intenção de diminuir ao máximo possível o número de situações que justificassem a desobrigação do cidadão em prestar auxílio

a outra pessoa, em razão do sentimento de solidariedade que deve permear em toda a população.

3.2 ESTADO DE VULNERABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO

No estudo sobre os sujeitos do crime, analisa-se quem pode ser autor e vítima dos delitos, pois existem determinados tipos penais que apenas algumas pessoas, com determinadas características, podem praticá-los. Assim como, delitos específicos exigem qualidades particulares para que as pessoas possam ser vítimas deles.

Nesse contexto, a doutrina classifica os crimes como comuns, próprios e de mão própria. O crime comum é aquele que qualquer pessoa pode praticar, já que o legislador não incluiu na norma uma característica específica. A mesma análise pode ser feita com o sujeito passivo, quando qualquer pessoa pode ser vítima de determinado delito.

É o que acontece com o crime de homicídio simples, por exemplo, disposto no artigo 121, do Código Penal. Qualquer pessoa pode ser autor, bem como vítima desse crime. Assim, nesses casos, o crime é comum tanto com relação ao sujeito ativo, como ao sujeito passivo.

O delito será próprio quando o legislador indicar alguma característica especial em que o sujeito ativo ou passivo deve se enquadrar. Nesse caso, podemos citar o crime de peculato, contido no artigo 312 do Código Penal, pois impõe que o autor do crime seja funcionário público e o crime de estupro de vulnerável, disposto no artigo 217-A do Código Penal, que exige que a vítima seja menor de catorze anos.

Por fim, temos o crime de mão própria. Nesses delitos são incluídas situações mais específicas do que os crimes próprios, pois são considerados personalíssimos, não permitindo a autoria mediata ou coautoria.

Greco (2016a, p. 214), ao explicar esse tema, afirma:

O crime de mão própria, como sugere sua própria denominação, é aquele cuja execução é intransferível, indelegável, devendo ser levado a efeito pelo próprio agente, isto é, “com as próprias mãos”, para entendermos literalmente o seu significado.

Podemos citar como exemplo de crime de mão própria o delito de falso testemunho, narrado no artigo 342 do Código Penal. Apenas a própria testemunha poderá praticar a conduta de fazer afirmação falsa em um processo judicial, por exemplo.

No que tange ao delito de omissão de socorro, ele pode ser praticado por qualquer pessoa, tendo em vista que o legislador não indicou, no tipo penal, uma característica específica para o sujeito ativo. Inclusive o médico que se nega a atender vítima necessitada pode ser autor desse crime.

Já com relação ao sujeito passivo, impôs algumas características e situações que o cidadão deve se enquadrar, sob pena de não poder ser vítima desse crime. A vítima pode ser uma criança, ou seja, uma pessoa menor de doze anos que esteja perdida ou que tenha sido abandonada.

Para o legislador, o fato de uma criança estar sozinha torna-a vulnerável a situações que possam causar dano à sua saúde, integridade física ou à sua vida. Se alguém encontra uma criança, por exemplo, na praia, em uma praça, procurando e chamando pelos pais ou responsável, deve o agente prestar auxílio, agindo no sentido de fazer com que ela encontre a pessoa que procura ou levando-a a um local que ela fique em segurança, como um posto de polícia próximo.

A segunda hipótese trazida pelo legislador é quando a pessoa, de qualquer idade, se encontrar desamparada em situação de invalidez ou de ferimento. Ou, em alternativa, mesmo que não esteja inválida ou ferida, se encontre em grave e iminente perigo.

Por isso, o delito de omissão de socorro é crime próprio, com relação ao sujeito passivo. Não será qualquer pessoa, ou criança, que se enquadrará nos casos expostos na norma penal. Com efeito, o sujeito passivo precisa estar em uma situação vulnerável, uma situação de perigo. Nesse ponto, a doutrina diverge se deve estar caracterizado o perigo concreto ou abstrato nas hipóteses legislativas.

O perigo concreto é aquele que exige a demonstração da real possibilidade de dano ao bem jurídico protegido. Já nos casos de perigo abstrato, o legislador quer evitar aquela situação disposta na lei, independente da demonstração de probabilidade de afetação ao bem jurídico tutelado, pois o perigo seria presumido.

Posto isto, o questionamento que é feito é se além de a criança estar abandonada ou extraviada, seria necessária a demonstração de um perigo real no caso específico? Se seria suficiente o fato de se omitir a prestar auxílio a pessoa desamparada e inválida para a ocorrência do crime ou precisaria da comprovação de uma real possibilidade de dano?

Para Estefam (2019, p. 272), quando o sujeito passivo for criança, em situação de extravio ou abandono, não há a necessidade de ficar demonstrado um perigo real naquela situação ou localidade, pois o perigo é presumido por lei, pela evidente condição de desamparo do sujeito passivo. Já quando se estiver tratando de pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo deve ficar demonstrado o perigo concreto.

Entrementes, Masson (2013, p. 518) entende que o crime se encaixa na classificação de perigo abstrato nas hipóteses de criança abandonada ou extraviada e de pessoa inválida ou ferida, ambas ao desamparo. E que a situação de pessoa em grave e iminente perigo seria a única a caracterizar o perigo concreto.

Por outro lado, Nucci (2017, p. 832) possui a interpretação de que todas as situações expostas no tipo penal de omissão de socorro vinculadas ao fator perigo dos sujeitos passivos trazem hipóteses de perigo concreto. Para o autor, não é qualquer situação que a criança abandonada ou perdida estará com a real possibilidade de sofrer um dano pessoal. De mesma forma, a pessoa inválida ou ferida, ao desamparo. Nessa visão, além da situação de vulnerabilidade do sujeito passivo, necessário seria a demonstração de possibilidade de dano ao bem jurídico protegido da vítima.

Diante desses entendimentos doutrinários, nos posicionamos no sentido de considerar a necessidade de demonstrar o perigo concreto apenas na hipótese de pessoa em grave e iminente perigo. Nesta situação, o legislador foi expresso ao

expor a necessidade de demonstração de possibilidade de dano à integridade física ou à vida da vítima. Mesmo porque, estar-se a se falar de uma pessoa saudável, sem necessidades especiais, que precisará de auxílio apenas quando da verificação de algo prestes a ocorrer e que poderá causar um mal grave à vítima.

Todavia, nas hipóteses que tratam de criança abandonada, criança extraviada, pessoa inválida ao desamparo e pessoa ferida ao desamparo entendemos serem pressuposições de perigo abstrato, pois o perigo se encontra presumido dentro da própria situação exposta no tipo penal. A criança, pela sua tenra idade, não possui capacidade de se livrar dos perigos atinentes à situação de abandono ou extravio.

Da mesma maneira, a pessoa inválida ou ferida, pois na visão do legislador, da forma narrada no tipo legal, foram demonstradas ocasiões que o cidadão não poderia, por si só, afastar o perigo criado pela situação de desamparo. A vulnerabilidade disposta na lei, nesses casos, já é suficiente para exigir do agente o auxílio ao próximo.

Assim, entendemos que de todas as situações de vulnerabilidade dos sujeitos passivos expostas no crime de omissão de socorro apenas a que trata de pessoa em grave e iminente perigo precisa da demonstração do perigo concreto. As demais devem ser consideradas como de perigo abstrato, não necessitando de comprovação da real possibilidade de dano à integridade física ou à vida das vítimas, bastando para serem consideradas sujeitos passivos do crime a ocorrência das situações existentes na norma.

No quinto capítulo serão abordadas as situações de vulnerabilidade do animal doméstico ou domesticado, como vítima da omissão de socorro, inclusive discutindo sobre a necessidade de demonstração de perigo concreto ou abstrato para o cometimento do delito.

3.3 ELEMENTO SUBJETIVO

No estudo do fato típico, além das elementares objetivas e normativas, existe, também, a análise do chamado elemento subjetivo do tipo penal. No conceito analítico de crime, como ensinam Zaffaroni e Pierangeli (2019, p. 351) utilizando a teoria tripartida, ou seja, com três caracteres específicos, tem-se a tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Os doutrinadores ainda explicam que Hans Welzel, na década de 1930, aperfeiçoou o conceito de tipo penal complexo, abordando um aspecto objetivo e outro subjetivo.

O que foi tratado quando do estudo das elementares do crime, no item 3.1, foi o aspecto objetivo do crime de omissão de socorro. Porém, esse estudo não é suficiente para se afirmar que determinada conduta é típica. Para isso, também é necessário avaliar o aspecto subjetivo do delito que é, como regra, o dolo do agente.

Para Martinelli e Bem (2019, p. 486) o estudo do tipo penal subjetivo leva em consideração o vínculo de natureza psicológica entre a conduta humana e o resultado consequente, já que para existir responsabilidade penal, a consequência lesiva ao bem jurídico deve ser prevista e desejada pelo agente. Isto porque o dolo possui aspecto cognitivo e volitivo, ou seja, consciência e vontade de fazer algo.

De forma excepcional, existe a possibilidade de o elemento subjetivo de um crime específico abarcar a culpa, que se traduz na falta de cuidado do agente quando da prática da conduta sem a intenção de se alcançar determinado resultado. Todavia, para que exista a possibilidade de punição pela modalidade culposa, ela precisa estar descrita, de forma expressa, na lei penal. Caso contrário, a punição ocorrerá apenas com a comprovação da conduta dolosa, conforme leciona o parágrafo único do artigo 18 do Código Penal.

Este mesmo dispositivo do Estatuto Penal, em seu inciso I, traz o conceito legal de crime doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo. Já o conceito legal de crime culposos, disposto no inciso II do mesmo artigo, informa que ele ocorrerá quando o agente der causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

Com relação ao crime culposos, a punição surge não pela finalidade em alcançar o resultado, mas pela forma de o resultado ter sido alcançado. Por isso, tem-se que o elemento mais importante deste tipo de punição é a violação de um

dever de cuidado. Mirabete e Fabbrini (2015, p. 132) conceituam o crime culposo como a conduta voluntária que produz resultado ilícito não intencional, porém previsível, e excepcionalmente previsto, que podia, com a devida atenção, ser evitado.

O artigo 18 do Código Penal citou as modalidades de culpa. A imprudência se caracteriza por uma conduta positiva com a ausência dos cuidados inerentes à própria ação. Já a negligência, como ensina Greco (2016a, p. 307), é um deixar de fazer aquilo que a diligência normal impunha, dando causa a um resultado previsível, porém não querido pelo agente. Por fim, a imperícia é falta de capacidade de agir de acordo com as técnicas exigidas para o exercício de arte, profissão ou ofício.

Apesar de o Código Penal não fazer qualquer diferenciação, a doutrina divide as espécies de culpa em consciente e inconsciente. Segundo Bitencourt (2019, p. 394), a culpa consciente ocorre quando o agente, deixando de observar a diligência a que se estava obrigado, visualiza um resultado, porém confia convictamente que ele não ocorra. Já a culpa inconsciente, apesar de o resultado ser previsível, o agente, por descuido ou desatenção, não o prever, produzindo um resultado não intencional.

Importante frisar que a previsibilidade do resultado é elemento essencial para a culpa, tendo em vista que se o fato não é previsível irá haver a caracterização do caso fortuito ou da força maior.

Pois bem, o delito de omissão de socorro não trouxe no bojo de seu elemento subjetivo a modalidade culposa, permitindo a punição apenas quando o agente age de forma dolosa.

Como vista acima, o artigo 18 do Código Penal, em seu inciso I, traz o conceito legal de dolo, explanando sobre duas espécies desse elemento subjetivo. Ao falar que o agente quer o resultado, está tratando do chamado dolo direto, aquele que o agente pratica a conduta, comissiva ou omissiva, efetivamente buscando alcançar o resultado descrito no tipo penal. Na segunda parte do inciso I, do artigo 18 do Estatuto Penal, o crime também será doloso quando o agente assume o risco de produzir o resultado. Neste ponto, o legislador está tratando do dolo eventual.

Mirabete e Fabbrini (2015, p. 128) ao discorrerem sobre o tema ensinam:

Nesta hipótese, a vontade do agente não está dirigida para a obtenção do resultado; o que ele quer é algo diverso, mas, prevendo que o evento possa ocorrer, assume assim mesmo o risco de causá-lo. Essa possibilidade de ocorrência do resultado não o detém e ele pratica a conduta, consentindo no resultado. Há dolo eventual, portanto, quando o autor tem seriamente como possível a realização do tipo penal se praticar a conduta e se conforma com isso.

Com efeito, no estudo do elemento subjetivo do crime de omissão de socorro, precisa estar caracterizado o conhecimento do agente da situação legal que o exige praticar a conduta de prestar auxílio ou pedir socorro. Significa que o agente precisa saber que existe alguma criança abandonada ou perdida ou que alguma pessoa esteja inválida ou ferida, ao desamparo, ou em grave e iminente perigo.

O cidadão deparando com pelo menos uma dessas situações descritas no tipo penal passará a ter o aspecto cognitivo do elemento subjetivo e então deve decidir se terá a intenção de prestar o auxílio ou pedir o socorro, aspecto volitivo. Com a ciência da condição de vulnerabilidade da vítima e a vontade de não prestar o auxílio, apesar de não existir qualquer perigo para si, estará caracterizado o dolo do crime de omissão de socorro.

Importante frisar que o legislador não narrou qualquer finalidade específica para o dolo do agente, caracterizando o chamado dolo genérico. Assim, o motivo pelo qual ele não quer prestar o auxílio ou pedir socorro não é importante para a caracterização do crime. O agente pode se negar a prestar o auxílio porque não se preocupa com ninguém, por não ter sentimento de solidariedade ou porque não gosta da pessoa que está em situação de necessidade.

3.4 FORMAS DE CONSUMAÇÃO

Realizada a análise das elementares, objetivas e subjetivas, do crime, necessário o estudo do momento consumativo do delito. Qual a conduta que o agente deve ter para que o fato seja considerado crime consumado? Se o delito em comento permite a punição na modalidade tentada? São respostas a serem alcançadas no presente tópico.

O crime de omissão de socorro é um delito omissivo próprio, trazendo no tipo penal uma narrativa mandamental, que impõe ao cidadão uma conduta positiva, uma ação, sob pena da prática da infração penal na hipótese de omissão fora das possibilidades legislativas.

Como existem duas condutas dispostas na norma, dois são os momentos de consumação do crime. A primeira conduta é a de deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal. A partir do momento em que o agente percebe a necessidade da vítima, em quaisquer das hipóteses previstas na lei para o sujeito passivo, visualizando a ausência de risco pessoal, ele deve decidir se age no sentido de prestar auxílio ou se se omite.

Com a omissão em prestar assistência, sem a presença do risco pessoal, estará consumado o delito. Deve-se frisar que não há a necessidade de que a vítima venha a sofrer algum dano efetivo ao bem jurídico protegido. Como visto anteriormente, basta a demonstração de perigo abstrato à integridade física ou à vida da vítima. Com a diferença da situação de pessoa em grave e iminente perigo, já que nessa proposição, precisa da verificação do perigo concreto, ou seja, da demonstração da real possibilidade de dano ao bem jurídico.

Todavia, se no caso concreto ficar demonstrado o risco pessoal, ainda assim o agente estará obrigado a praticar outra conduta, que é a de pedir o socorro da autoridade pública. Nesta situação, o momento consumativo é posterior à primeira conduta, pois ele só surge quando passado o momento de prestar auxílio direto.

Assim, o agente pode consumir o delito de omissão de socorro quando decidir não prestar assistência, ausente o risco pessoal, ou quando não pedir o socorro da autoridade pública, presente o risco pessoal.

Para Greco (2016b, p. 259), se o agente deixar de prestar auxílio sem risco pessoal, porém outra pessoa vier a ajudar a vítima, não haverá crime por parte daquele que se omitiu. Isto porque com a assistência de terceira pessoa, inexistiria o perigo necessário para a ocorrência do crime. Concordamos com essa posição, desde que o auxílio da terceira pessoa venha a ocorrer no mesmo momento ou logo

após à omissão do agente, evitando, assim, a situação de perigo, seja abstrato ou concreto, que o legislador procura evitar.

Com relação à punição na modalidade tentada, é pacífica a interpretação de sua impossibilidade. É característica do crime omissivo próprio não admitir a tentativa, pois a conduta não pode ser fracionada, não permitindo a interrupção por circunstâncias alheias à vontade do agente. Como ensinam Mirabete e Fabbrini (2014, p. 111), ou o sujeito pratica o ato necessário no momento adequado e por nada responde ou deixa de fazê-lo e está consumado o delito.

3.5 DISPOSIÇÕES GERAIS

Após o estudo dos principais temas acerca do crime de omissão de socorro, disposto no artigo 135 do Código Penal, iremos abordar algumas questões influenciadas por cada ponto examinado neste capítulo. A classificação doutrinária do crime é um estudo sempre importante, pois possibilita ter uma visão geral sobre o delito em análise, em razão dos critérios utilizados.

Então, o crime de omissão de socorro é comum, com relação ao sujeito ativo, pois qualquer pessoa pode praticá-lo, já que o legislador não especificou características às quais o cidadão deve se adequar. Todavia, no que tange ao sujeito passivo, o delito é próprio porque não é qualquer pessoa que consegue ser vítima desta infração penal. O agente deve se enquadrar nas características e circunstâncias explicitadas na norma.

Além disso, com relação à forma da conduta, o delito é omissivo próprio, já que a punição surge com um não fazer por parte do agente. Com efeito, é considerado, também, monossubsistente ou unissubsistente, pois a conduta não pode ser fracionada, impedindo, dessa forma, a interrupção por circunstâncias alheias à vontade do agente e, conseqüentemente, a punição na modalidade tentada.

Ainda de acordo com a forma de comportamento, é um crime instantâneo, tendo em vista que a conduta não se prolonga no tempo. E de forma livre, porquanto o legislador não impôs uma forma da prática da conduta específica no tipo penal.

Também é tido como crime monossubjetivo ou unissubjetivo, porque pode ser praticado por uma única pessoa, diferente dos crimes de concurso necessário que exigem duas ou mais pessoas para as suas práticas como, por exemplo, a associação criminosa, contida no artigo 288 do Código Penal que impõe a união de no mínimo três pessoas. Esses crimes são chamados de plurissubjetivos.

Tratando do dano ao bem jurídico tutelado, é um crime de perigo. Dependendo da posição doutrinária, pode ser considerado de perigo concreto ou abstrato, como visto no tópico 3.2 deste capítulo. Nossa posição é de que é um crime de perigo abstrato, de regra. Com ressalva para a última hipótese disposta no artigo 135 do Código Penal, que traz uma situação de perigo concreto, ao tratar de pessoa em grave e iminente perigo.

Por fim, com relação à classificação doutrinária, é um delito apenas doloso, não permitindo a punição na modalidade culposa. Importante lembrar que trata de dolo genérico, já que não há nenhuma finalidade específica a ser alcançada pelo agente.

O preceito secundário o artigo 135 do Código Penal comina uma pena de um a seis meses ou multa. Assim, é tido como um crime de menor potencial ofensivo, sendo abarcada pelo procedimento sumaríssimo da Lei 9.099/95, Lei dos Juizados Especiais. Esta norma, em seu artigo 61, afirma que será considerado crime de menor potencial ofensivo todo delito que a pena máxima não ultrapasse dois anos.

Além disso, o artigo 135 do Código Penal possui um parágrafo único abordando duas causas de aumento de pena. Se em razão da omissão a vítima vier a ter lesão corporal de natureza grave, a pena será aumentada da metade. Se a vítima vier a falecer, a pena será triplicada. Todavia, se em função da omissão do agente a vítima vier a sofrer lesão corporal de natureza leve, não incidirá a causa de aumento de pena, por ausência de previsão legal.

Por outro lado, não é apenas no Código Penal que a omissão de socorro é punida, em nosso ordenamento jurídico. O Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503/97, no artigo 304, tipifica o comportamento do condutor do veículo que deixa de prestar imediato socorro à vítima, na ocasião de acidente de veículo automotor. Se ele não puder prestar o auxílio de forma direta, por justa causa, será também punido se não pedir socorro da autoridade pública. A pena é de seis meses a um ano ou multa.

O Estatuto do Idoso, Lei 10.741/03, também trouxe em seu bojo o crime de omissão de socorro, no artigo 97, ao narrar que será punido com detenção de seis meses a um ano quem deixar de prestar assistência, sem risco pessoal, ao idoso em situação de iminente perigo ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa. Havendo risco pessoal ou justa causa, deverá o agente pedir socorro da autoridade pública.

Segundo o artigo 1º do mesmo diploma legal, é considerado idoso a pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos.

Com efeito, pelo princípio da especialidade, se a omissão ocorrer contra idoso ou no trânsito, após acidente causado pelo condutor do veículo, serão aplicadas essas legislações especiais, em detrimento do Código Penal.

Pois bem, no quinto capítulo deste estudo, quando iremos sugerir a criação do delito de omissão de socorro de animal doméstico ou domesticado, para sua inclusão da Lei 9.605/98, lei de crimes ambientais, utilizaremos como base a forma de proteção à vida e à saúde das pessoas do artigo 135 do Código Penal para amplificar a proteção da vida e da saúde dos animais.

04 FUNDAMENTAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE NOVO DELITO

O objetivo do estudo em comento é a inclusão, na legislação ambiental penal, da tipificação da conduta de omissão de socorro de animal doméstico em estado de vulnerabilidade. Para tanto, nos capítulos anteriores, foi realizada análise acerca da natureza jurídica dos animais, um exame das formas de conduta humana, com foco nas condutas omissivas próprias e impróprias, bem como foi feita uma apreciação detalhada do crime de omissão de socorro, disposto no artigo 135 do Código Penal.

Neste capítulo, iremos analisar os delitos omissivos já existentes na Lei de Crimes Ambientais, como forma de demonstrar que o legislador, ao criar a lei especial, já se preocupou em proteger o meio ambiente de condutas omissivas.

Haverá o estudo, também, do crime de maus-tratos, disposto no artigo 32 da Lei Federal nº 9.605/98, abordando seus requisitos e suas características, diferenciando as situações de enquadramento deste tipo penal já existente, daquelas que se pretende enquadrar no novo tipo penal a ser criado.

Por último, neste capítulo existirá a abordagem de projetos de lei que tramitam nas Casas Legislativas Federais, versando sobre a proteção penal ao animal, inclusive com o foco na omissão de socorro.

Esses projetos, a nosso ver, terminam por alcançar uma proteção apenas parcial dos animais domésticos em estado de vulnerabilidade. Por isso, teremos o fito de aprimorá-los buscando a abrangência da norma necessária para uma proteção mais efetiva.

4.1 OS DELITOS OMISSIVOS DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

A Lei Federal nº 9.605/98 não ficou alheia à proteção penal ambiental por meio da tipificação de condutas omissivas. Podem ser encontrados os tipos penais

contidos no artigo 54, § 3º e no artigo 68 da legislação penal ambiental, como exemplos de delitos omissivos.

O artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais tipifica a conduta de causar poluição que possa causar danos à saúde humana, que provoque mortandade de animais ou destruição significativa da flora.

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

Sirvinskas (2018, p. 915) ensina que o conceito legal de poluição encontra-se contido no inciso III, do artigo 3º, da Lei Federal nº 6.938/81, devendo ser entendida como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, afetem desfavoravelmente a biota, afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente ou lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

Para Marcão (2018, p. 352), causar poluição, para fins deste crime, significa produzir degradação ambiental, por qualquer meio. Porém, sendo um crime de perigo, deve ter a capacidade de resultar em dano à saúde humana, que provoque a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora. Freitas (2012, p. 219) lembra que a realização de perícia é indispensável para que ateste a efetiva existência do perigo de dano.

Então, a poluição visual por meio de *outdoors*, *banners*, cartazes luminosos, utilizados em propaganda não caracterizam este crime, pelo fato de não se enquadrarem no perigo exposto no artigo.

O delito possui a punição na modalidade dolosa e culposa, em seu parágrafo primeiro. Além de instituir formas qualificadas para o crime, no parágrafo segundo. Com relação ao sujeito ativo, verifica-se que ele pode ser praticado por qualquer pessoa, já que o legislador não incluiu uma característica específica que o agente deve possuir para o cometimento do delito.

Já no que tange à forma da conduta, temos que o crime de poluição impõe, de regra, uma conduta comissiva. O agente será punido caso venha a produzir a poluição que possa resultar no perigo descrito no *caput* do artigo.

Entretantes, o parágrafo terceiro do artigo 54 tipificou a conduta omissiva, ao narrar a expressão deixar de adotar medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível, quando assim o exigir a autoridade competente. Neste caso, estamos diante de um delito omissivo próprio, já que qualquer pessoa que se enquadre nas elementares deste parágrafo do crime de poluição será punida pelo fato de não agir da forma determinada na lei.

Neste ponto, existe divergência doutrinária, pois Sirvinskas (2004, p. 197) e Prado (2005, p. 420) entendem que este dispositivo do crime de poluição cuida de crime omissivo impróprio.

Todavia, entendo que a melhor interpretação é a realizada por Marcão (2018, p. 342) e Fiorillo e Conte (2017, p. 187), no sentido de caracterizar crime omissivo próprio, já que estamos diante de um caso de dever geral de proteção.

Além do mais, o Superior Tribunal de Justiça teve a oportunidade de se debruçar sobre o tema, no julgamento do Habeas Corpus nº 58604 de São Paulo do ano de 2006, entendendo como delito omissivo próprio.

CRIMINAL. HC. CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. ATIPICIDADE DA CONDUTA. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE DELITIVA. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS, EM TESE. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO-EVIDENCIADA DE PLANO. IMPROPRIEDADE DO WRIT. INÉPCIA DA DENÚNCIA. FALHAS NÃO-VISLUMBRADAS. JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL EVIDENCIADA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. Hipótese em que a paciente foi denunciada como incurso na sanção do § 3.º, do art. 54, da Lei 9.605/98, nos termos do art. 3º da lei ecológica, porque, na qualidade de representante, superintendente e administradora das INDÚSTRIAS QUÍMICAS MATARAZZO LTDA., teria deixado de adotar medidas determinadas pela autoridade competente para evitar a propagação de dano ambiental decorrente da contaminação da área na qual se situava a Indústrias Químicas Matarazzo S.A. Conduta lesiva ao meio ambiente iniciada em razão das atividades industriais desenvolvidas pelas antigas Indústrias Químicas Matarazzo S.A entre os anos de 1932 e 1986, ressalvando-se que os efeitos desta lesão perduram até os dias atuais. (...). O tipo do § 3.º do art. 54 da Lei n.º 9.605/98 cuida de delito omissivo próprio. Tratando-se de delito de mera conduta, o simples fato de não terem sido adotados os procedimentos de cautela tendentes a evitar o possível dano configura, em princípio, o crime, mormente se demonstrado que a resistência da denunciada em tomar as devidas atitudes somente vem agravando o problema e ampliando o prejuízo ambiental, apesar de demonstrado ter esta poder de mando, considerando-se sua posição na empresa, para determinar o cumprimento das medidas exigidas pela autoridade competente, com o fim de interromper a propagação do dano ambiental. (...). Ordem denegada. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus n. 58.604/SP, Quinta Turma. Impetrante: Luiz Fernando Sá e Souza Pacheco. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relator Ministro Gilson Dipp. Brasília-DF, em 23 de outubro de 2006).

O Superior Tribunal de Justiça, atualmente, mantém o entendimento de que o § 3º do artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais cuida de crime omissivo próprio, como pode ser visto do julgamento do Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 1.341.076 do Acre, de 21 de maio de 2019.

AGRAVOS REGIMENTAIS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME AMBIENTAL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. ART. 54, § 3º, DA LEI 9.605/98. AUTORIA E MATERIALIDADE. REVISÃO. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTOS CONCRETOS. POSSIBILIDADE. AGRAVOS IMPROVIDOS. (...). 3. Enquanto o caput do art. 54 da Lei Ambiental traz crime material (resultado de poluição com danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora), seu § 3º trata do crime omissivo próprio (deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente) como perigo concreto (risco de dano ambiental grave ou irreversível). 4. A imputação dos autores não é do resultado de dano, mas de sua configuração concreta de perigo, efetivamente demonstrada - aliás, não só o perigo, como o próprio dano ambiental grave. (...). 9. Agravos regimentais

improvidos. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravos Regimentais no Agravo em Recurso Especial n. 1341076/AC, Sexta Turma. Agravantes: JBS S/A e Cassio Murilo Almeida. Agravado: Ministério Público do Estado do Acre. Relator Ministro Nefi Cordeiro. Brasília-DF, em 21 de maio de 2019).

Com efeito, a responsabilidade penal disposta no § 3º do artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais não surge em razão de o agente estar na posição de garantidor, como narrado no artigo 13 do Código Penal. Mas, sim, do dever geral de proteção incluso pelo legislador, no momento que tipificou a conduta omissiva “deixar de adotar”, sem a inclusão de uma característica para o sujeito ativo.

O artigo 68 de Lei de Crimes Ambientais traz o segundo exemplo de crime omissivo da norma especial, punindo o agente que deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental, quando tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo.

Art. 68. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de três meses a um ano, sem prejuízo da multa.

Este delito contra a administração ambiental, como ensina Bittencourt (2016, p. 164), trata de um caso de tipo penal aberto ou uma norma penal em branco, já que, em suas elementares, não são especificadas as obrigações de relevante interesse ambiental.

Ao tratar sobre o que caracterizaria o relevante interesse ambiental, Granziera (2009, p. 574) ensina:

Por interesse relevante compreende-se aquele que difere do insignificante. Porém, toda obrigação ambiental pode ser considerada relevante. A diferença entre o relevante e o irrelevante está na preocupação com a tutela penal de um bem jurídico. O que se pretende com a lei não é punir mero inadimplemento de obrigação, mas estabelecer uma punição mais severa para quem descumprir determinadas obrigações. Nesse sentido, caberia à lei definir quais obrigações ficam sujeitas à sanção penal pelo descumprimento, o que não foi feito, ficando para o Ministério Público e o Judiciário tal definição.

Assim, deverá ser feita uma análise em cada caso concreto para verificar se a obrigação legal ou contratual específica se enquadra no termo “obrigação de relevante interesse ambiental”.

Pode ser citada, como exemplo, a Lei Federal nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, ao dispor, no artigo 52, que a observância do contido no *caput* do artigo 23 e § 2º do artigo 39 desta lei é considerada obrigação de relevante interesse ambiental, para fins do artigo 68 da Lei de Crimes Ambientais.

Freitas (2012, p. 288) cita como exemplo a situação do guarda ambiental do município que assiste inerte ao abate de árvores localizadas na via pública por proprietário de imóvel, sem a autorização necessária.

O crime em comento é classificado como formal, não sendo necessária a ocorrência de resultado naturalístico para a sua consumação. O simples fato de o agente deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental caracterizará o delito, mesmo que não tenha ficado demonstrada a efetiva lesão ao meio ambiente.

Já no que tange à forma de conduta omissiva, também existe divergência doutrinária e jurisprudencial acerca de ser um crime omissivo próprio ou impróprio.

Marcão (2018, p. 511), Prado (2005, p. 539) e Fiorillo e Conte (2017, p. 212) entendem que estamos diante de um crime omissivo próprio. Contudo, a interpretação do Superior Tribunal de Justiça é de entender o delito do artigo 68 da Lei de Crimes Ambientais como omissivo impróprio, como pode ser visto do julgamento, pela Quinta Turma, do Recurso Especial nº 1.032.651 de Santa Catarina, em fevereiro de 2012.

RECURSO ESPECIAL. PENAL. CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL. ART. 68 DA LEI Nº 9.605/98. CRIME COMUM QUE PODE SER PRATICADO POR QUALQUER PESSOA INCUMBIDA DO DEVER LEGAL OU CONTRATUAL DE CUMPRIR OBRIGAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE AMBIENTAL. DENÚNCIA QUE DESCREVE, SATISFATORIAMENTE, AS CONDUTAS, EM TESE, DELITUOSAS. RECURSO PROVIDO. 1. O delito previsto no art. 68 da Lei dos Crimes Ambientais, isto é, "[d]eixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental", está inserido no rol dos crimes contra a administração pública ambiental, classificando-se como crime omissivo impróprio em que o agente deixa de praticar o ato, contrariando o dever de fazê-lo para evitar o resultado lesivo ao meio ambiente. 2. Com relação ao sujeito ativo, verifica-se que a melhor exegese conduz no sentido de que o crime pode ser praticado por qualquer pessoa incumbida desse dever legal ou contratual, não sendo exigido, como fizeram as instâncias ordinárias, tratar-se de funcionário público. 3. Recurso Especial provido para determinar o recebimento da exordial acusatória, nos termos do verbete sumular nº 709 do Supremo Tribunal Federal. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.032.651/SC, Quinta Turma. Recorrente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Recorrido: Luiz Hildeberto Uhlman. Relatora Min^a Laurita Vaz. Brasília-DF, em 28 de fevereiro de 2012).

A interpretação é mantida no julgamento do Recurso Especial nº 1.618.975 do Paraná, agora pela Sexta Turma, em março de 2017.

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. LEI N. 9.605/1998. CRIME AMBIENTAL. CAUSAR POLUIÇÃO. DEIXAR DE CUMPRIR OBRIGAÇÃO RELEVANTE. DELITOS OMISSIVOS. GARANTE. ART. 13, § 2º, DO CP. REQUISITOS OBJETIVO E SUBJETIVO. PREENCHIMENTO. ART. 225, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. 1. O patrimônio público, entendido sob a ótica de patrimônio natural, pertence a toda coletividade, sendo dever de todos, sobretudo do gestor público, o zelo por sua preservação e, portanto, a sua inobservância, de forma comissiva ou omissiva, implica conduta lesiva ao meio ambiente nos termos da Lei n. 9.605/1998 (lei de crimes ambientais). 2. A legislação que protege o ambiente, em todos os seus aspectos, tem que ser interpretada no sentido de poder propiciar uma tutela efetiva, célere e adequada, sob pena de ser frustrado o combate das condutas ilícitas que afetam o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, § 1º, da constituição da república). 3. O agente público, além de omitir-se em seu dever legal de zelar pela preservação ambiental, é capaz de condutas poluidoras, degradantes ou de qualquer forma danosas ao meio ambiente, consistente em ações ou omissões capazes de ofender os princípios constitucionais e administrativos que regem a gestão pública. 4. Para que um agente seja sujeito ativo de delito omissivo, além dos elementos objetivos do próprio tipo penal, necessário se faz o preenchimento dos elementos contidos no art. 13 do Código Penal: a situação típica ou de perigo para o bem jurídico, o poder de agir e a posição de garantidor. 5. A respeito do delito ambiental descrito no art. 68 da Lei n. 9.605/1998, faz-se necessário mencionar que se trata de crime omissivo impróprio, no qual o apontado agente, contrariando o dever legal ou contratual de fazê-lo, deixa de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental para evitar resultado danoso ao meio ambiente. 6. Não há como administrador público, in casu, eximir-se da posição de garante, razão pela qual deve ser mantida sua condenação pela prática do crime do art. 54 da Lei n. 9.605/1998. 7. Recurso Especial improvido. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.618.975/PR, Sexta Turma. Recorrente: Daniel Lucio Oliveira de Souza. Recorrido: Ministério Público Federal. Relator Min. Sebastião Reis Júnior. Brasília-DF, em 07 de março de 2017).

Esse entendimento existe pelo fato de a redação do tipo penal incluir as expressões “dever legal ou contratual”, nos remetendo ao § 2º do artigo 13 do Código Penal que trata, justamente, dos casos em que a omissão será penalmente relevante em razão do dever específico de proteção.

Com fundamento no artigo 13, § 2º do Código Penal, como já explicado no segundo capítulo, o agente poderá praticar crime comissivo quando se omitir em situação em que estava obrigado a agir para evitar o resultado.

Conseguimos identificar a diferença de redação com a comparação do § 3º do artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais. Neste dispositivo, o legislador não

especificou que a obrigação de agir decorreria de algum dever legal ou contratual. Por isso, aquele delito é omissivo próprio. Entretanto, a redação do artigo 68 da Lei Federal nº 9.605/98 ressalta que a obrigação de agir provém do dever legal ou contratual. Em razão disso, seguimos o entendimento do Superior Tribunal de Justiça ao classificar como crime omissivo impróprio.

Pois bem, da análise desses dispositivos da legislação penal ambiental, percebe-se a ausência de qualquer empecilho para a inclusão de outro crime omissivo nessa norma especial. Entendemos que evitar o sofrimento do animal doméstico deve fazer parte do poder geral de proteção da sociedade, necessitando da criação de novo tipo penal para punir quem se omitir em socorrer o animal doméstico em estado de vulnerabilidade, desde que não existe risco pessoal.

4.2 O CRIME DE MAUS-TRATOS

O delito de maus-tratos está previsto no artigo 32, da Seção I, do Capítulo V, que trata dos crimes contra a fauna, na Lei Federal nº 9.605/98.

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

A importância de examinarmos, detalhadamente, o crime de maus-tratos aos animais decorre da proximidade do objetivo principal deste estudo com a conduta omissiva imprópria do tutor do animal que se omite em socorrê-lo e, por isso, pode vir a ser punido pelo delito acima.

O crime impõe uma conduta positiva de provocar uma situação de abuso, de sofrimento físico aos animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.

O legislador entendeu por criar o conceito legal de animal silvestre, no § 3º do artigo 29 da Lei de Crimes Ambientais, afirmando que são espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras.

Assim, como lembra Sirvinskas (2018, p. 634), apesar da redação do artigo 32 permitir interpretação restritiva no sentido de que apenas os animais silvestres, como espécies do gênero animal, estariam protegidos por essa norma, tanto a doutrina como os tribunais aceitam a ampliação do conceito disposto no artigo 29, § 3º, acima citado.

Além do mais, Marcão (2018, p. 74) ao tratar do tema afirma que a intenção do legislador, no artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais, foi a de proteger todos os animais e que a melhor interpretação é a de que o dispositivo legal se refere aos animais silvestres, animais domésticos, animais domesticados, animais nativos e animais exóticos.

Então, estão protegidos pelo crime de maus-tratos os animais domésticos, que são aqueles nascidos e criados no ambiente doméstico, os animais domesticados, aqueles amansados, adaptados à convivência humana, os animais nativos, provenientes da fauna brasileira e os animais exóticos, originários da fauna estrangeira, como exemplifica Marcão (2018, p. 73).

Fiorillo e Conte (2017, p. 133) explicam que o ato abusivo pode ser caracterizado pelo esforço excessivo ou pelo seu uso inadequado. A expressão maus-tratos foi incluída pelo legislador no sentido de privar o animal de alimento ou cuidados necessários ou, ainda, quando houver tratamento com qualquer tipo de violência. Quando for praticado ato no sentido de criar ferimentos, fraturas ou contusões, estará demonstrada a conduta de ferir. Por fim, o ato de decepar ou cortar parte do corpo do animal caracterizará na expressão mutilar.

A consumação é caracterizada com a efetiva conduta de ferir, abusar, mutilar ou praticar maus-tratos no animal, como explica Freitas (2012, p. 115). A tentativa é possível, por se tratar de crime plurissubsistente, permitindo a interrupção

da conduta. Assim, quando a interrupção ocorrer por circunstância alheia à vontade do agente, ele poderá ser punido pela modalidade tentada.

Importante frisar que se o agente inicia o ato executório com a intenção de mutilar o animal, porém é impedido por terceira pessoa, ele ainda pode ser punido na modalidade consumada, caso tenha conseguido ferir o animal. Isto porque ele teria alcançado outra elementar do tipo penal.

Questão rumorosa é aquela que discute se as manifestações culturais que utilizam animais, como a farra do boi, o rodeio e a vaquejada, podem caracterizar o crime de maus-tratos. Como pontuado no primeiro capítulo, quando do estudo da proteção aos animais na Constituição Federal de 1988, a questão se encontra pendente de análise pelo Supremo Tribunal Federal.

É que a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5728/DF, de relatoria do Ministro Dias Toffoli, proposta pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, que busca o reconhecimento da inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 96, ainda não foi julgada.

Esta Emenda Constitucional incluiu o parágrafo sétimo no artigo 225 da Constituição Federal, afirmando que não são consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, como a vaquejada e o rodeio, pois consideradas manifestações culturais registradas como bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro.

A nossa expectativa é que o Supremo Tribunal Federal mantenha o mesmo entendimento do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983/CE, quando entendeu pela inconstitucionalidade da Lei nº 15.299, do ano de 2013, do Estado do Ceará, que regulamentou a vaquejada como atividade desportiva e cultural.

O § 1º, do artigo 32 afirma que será considerado maus-tratos a realização de experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins acadêmicos ou científicos. Porém, desde que haja recursos alternativos. Então, analisando de forma inversa, se ficar comprovada a inexistência de meios alternativos, a experiência dolorosa ou cruel, estará permitida.

Já o § 2º, do artigo 32 pune com uma causa de aumento de pena quando houver a morte do animal. Trata-se de hipótese de resultado preterdoloso, pois o agente age com dolo de maltratar o animal e ele, em razão dos ferimentos, vem a morrer.

Situação interessante é que não há no *caput* do artigo 32 a elementar de matar o animal. Com efeito, não existe tipo penal para quem tem a intenção inicial de por fim à vida do animal doméstico, por exemplo. Diferente do que foi posto no artigo 29 da Lei de Crimes Ambientais, que traz em sua redação a conduta de matar. Porém, este artigo é específico para animais silvestres, nativos ou em rotas migratórias.

Já foi frisado acima que o crime de maus-tratos exige uma conduta comissiva, ou seja, uma ação por parte do agente. Porém, é regra que o crime comissivo permita que ele seja cometido de forma omissiva quando o agente se enquadrar na situação de garantidor. É o chamado crime omissivo impróprio.

Então, o tutor do animal estará obrigado a agir para evitar que o animal que vive com ele seja colocado em uma situação de perigo, de sofrimento ou de fome. Sua omissão será penalmente relevante, pois será considerado garantidor, com fundamento no artigo 13, § 2º, do Código Penal, incluso no dever especial de proteção. Para o garantidor, o simples fato de se omitir é suficiente para a caracterização do delito.

Todavia, se o agente não for o tutor do animal doméstico e perceber que ele se encontra ferido, por exemplo, sua omissão não possui consequência penal. O agente não se encontra na posição de garantidor e inexistente, atualmente, legislação penal impondo o socorro de animal doméstico ferido. Essa situação seria a chamada conduta omissiva própria.

O estudo em comento pretende preencher essa lacuna legislativa, com a demonstração da necessidade de ser incluído na norma penal ambiental o crime de omissão de socorro de animal doméstico em estado de vulnerabilidade, como forma de garantir o dever genérico de proteção ao bem jurídico.

4.3 OS PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO NAS CASAS LEGISLATIVAS FEDERAIS

O aumento da preocupação da sociedade com os animais, nas mais variadas esferas, é visível e muito significativo. Isso desencadeia em mais produções doutrinárias e em decisões judiciais preocupadas em acompanhar a mudança e o anseio social, no que tange à garantia dos direitos dos animais.

Em razão da aspiração social, é possível verificar, também, o incremento da atividade legislativa federal vinculada aos direitos dos animais, seja de forma direta ou indireta.

Para o presente estudo, foi feita uma pesquisa entre o segundo semestre de 2018 e o início de 2019 buscando projetos de lei que tratassem de direitos dos animais, com foco na omissão de socorro, mesmo que de maneira subsidiária.

Havíamos encontrado, no primeiro momento da pesquisa, o Projeto de Lei nº 1.417/2015 da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Antônio Goulart dos Reis, do Estado de São Paulo, que tipifica condutas praticadas contra cães e gatos.

Porém, durante todo o ano de 2019, houve grande aumento da atividade legislativa federal tratando sobre tema. Desta forma, conseguimos encontrar o Projeto de Lei nº 1.362/2019 da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Celso Sabino de Oliveira, do Estado do Pará, que altera o Código de Trânsito Brasileiro para determinar a obrigatoriedade de prestação de socorro ao animal atropelado e/ou solicitar auxílio da autoridade competente.

Existe, também, o Projeto de Lei nº 4.964/2019 da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Frederico Borges da Costa, do Estado de Minas Gerais, que visa à obrigatoriedade de prestação de socorro a animal atropelado, alterando o artigo 32 da Lei Federal nº 9.605/98. O Projeto de Lei nº 5.892/2019 da Câmara dos Deputados, de autoria da Deputada Ednace Alves Silvestre Henrique, do Estado da Paraíba, visando à alteração do artigo 135 do Código Penal Brasileiro,

para dispor sobre a omissão de socorro a animais atropelados, demonstra a atualidade da discussão, já que é o terceiro projeto de lei que trata do tema.

Os projetos de lei citados demonstram a importância da discussão sobre a omissão de socorro de animais em nossa sociedade atual. Assim, passaremos a fazer uma análise de cada intenção legislativa indicada acima, fazendo uma vinculação direta com o nosso tema, com o fito de tornar a proposta de criação do tipo penal mais completa.

O Projeto de Lei nº 1.417/2015 da Câmara dos Deputados objetivou a tipificação de várias condutas praticadas contra cães e gatos. Dentre elas, as condutas de matar, abandonar, se omitir no socorro, promover lutas entre cães e a exposição ao perigo.

Esse projeto, apesar de interessante no sentido da busca pela proteção, possui algumas situações que merecem reanálise, em vista de uma melhor técnica legislativa. Houve a tentativa de corrigir o foco apenas para os cães e gatos, com uma emenda para acrescentar a expressão “animais silvestres”, sempre que o projeto de lei se referisse a cães e gatos. A correção não ficou boa.

Vejamos abaixo como ficou a versão final do texto do Projeto de Lei nº 1.417/2015.

Art. 1º. Esta Lei tipifica condutas que atentem contra a vida, a saúde ou a integridade física ou mental de cães, gatos e animais silvestres.

Art. 2º. Matar cão, gato ou animais silvestres:

Pena – reclusão, de dois a quatro anos.

§1º Não se configura o crime disposto neste artigo a eutanásia, realizada sem dor ou sofrimento em animal que esteja em processo agônico e irreversível;

§2º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço;

§3º Se o crime é cometido com emprego de veneno, fogo, asfixia, espancamento, arrastamento, tortura ou outro meio cruel:

Pena – reclusão, de dois a cinco anos.

Art.3º Omissão de socorro a cão, gato ou animais silvestres em grave e iminente perigo ou, na impossibilidade, deixar de comunicar a autoridade pública:

Pena – detenção, de um a dois anos.

Art. 4º Abandonar cão, gato ou animais silvestres:

Pena – detenção, de um a três anos.

Parágrafo único. Entende-se por abandono deixar o cão, gato ou animal silvestre, de que detém a propriedade, posse ou guarda, ou que está sob seus cuidados, desamparado em vias e logradouros públicos ou propriedades privadas.

Art. 5º Promover luta entre cães:

Pena – detenção, de um a três anos.

Art. 6º Expor a perigo a vida, a saúde ou a integridade física de cão, gato ou animal silvestre:

Pena – detenção, de dois a quatro anos.

Art. 7º As penas constantes desta Lei serão aumentadas em um terço quando, apesar de não resultar em morte, houver a incidência de debilidade permanente, perda de membro, órgão, sentido ou função.

Art. 8º Esta Lei passa a vigorar na data de sua publicação.

A inclusão da expressão “animais silvestres” terminou deixando os dispositivos com maior dificuldade na interpretação, pois misturou situações que não deviam estar contidas nos mesmos artigos.

O conceito de animal silvestre se encontra no artigo 29, § 3º, da Lei de Crimes Ambientais, não abarcando o conceito de animais domésticos.

Da leitura do projeto de lei, bem como da sua justificativa legislativa, percebe-se a preocupação com a proteção do animal doméstico. O fato de cães e gatos serem os animais domésticos mais comuns, não possibilita que a lei discrimine no momento de criar uma proteção mais efetiva. Além do mais, o artigo 29 da lei de Crimes Ambientais já possui a tipificação da conduta de matar animal silvestre, tornando desnecessária a inclusão no artigo 2º do projeto de lei.

A redação dos dispositivos, da maneira como está, afastam da proteção legal os animais domésticos ou domesticados que não sejam cães e gatos. Por isso, a melhor forma de redação seria com a inclusão da expressão “animais domésticos ou domesticados”.

Focando na análise do artigo 3º do referido projeto de lei, por tratar justamente da omissão de socorro, temos que a sua redação também possa ser melhorada, para uma maior proteção aos animais domésticos ou domesticados. A expressão “omissão de socorro” logo no início do artigo deve ser alterada para

“deixar de prestar assistência”. Além disso, o legislador utilizou a expressão “ou na impossibilidade” para explicar a situação de o agente não ter condições de socorrer o animal.

Porém, quais seriam essas situações que o agente poderia deixar de socorrer o animal? A redação deixou o conceito muito aberto, podendo-se criar interpretações que facilitariam a omissão em socorrer o animal necessitado. Então, seria melhor utilizar a expressão “quando possível fazê-lo sem risco pessoal”.

Desta maneira, a análise ficaria próxima daquela feita quando do estudo do delito de omissão de socorro descrito no artigo 135 do Código Penal, afastando a obrigatoriedade de auxiliar a vítima quando tiver a possibilidade real de o agente ter sua integridade física, saúde ou vida em risco.

Além do mais, a inclusão da expressão “animais silvestres” no artigo que fala de omissão de socorro, a nosso ver, se mostra inadequada. Impor à população em geral, sob pena de punição penal, dentro do dever genérico de proteção, seria criar uma norma inócua, sem aplicabilidade. Primeiro, porque os animais silvestres são aqueles que não fazem parte do convívio social de nossa sociedade, por isso muito distante das pessoas. Segundo, se a omissão de socorro for praticada por algum funcionário público de órgão de proteção e/ou defesa de animais, o agente se enquadrará na situação de garantidor e sua omissão será punida.

Terceiro, se alguém receber a autorização do órgão competente para criar algum animal silvestre, nativo ou exótico, também estará abarcado pela situação do garantidor e sua omissão terá relevância penal, independente dessa nova norma. Por fim, existe a tendência de estar presente a possibilidade de risco pessoal ao agente, em razão do ambiente e da ausência de costume do animal com o contato com os humanos.

Assim, entendemos que precisa ser encontrada uma melhor redação para a conduta de omissão de socorro disposta no artigo 3º do Projeto de Lei nº 1.417/2015, que abarque uma proteção mais ampla aos animais domésticos ou domesticados. Esse ponto será abordado no quinto capítulo.

Os Projetos de Lei nº 1.362/2019, 4.964/2019 e 5.892/2019, todos da Câmara dos Deputados, discorrem sobre a proteção ao animal atropelado e a

responsabilidade penal de quem se omite em socorrê-lo, apesar de terem abordagens um pouco diferentes. Em razão dessa similitude, os dois últimos projetos de lei foram apensados ao primeiro e serão analisados de forma conjunta.

O Projeto de Lei nº 1.362/2019 visa à alteração da Lei Federal nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro para acrescentar o artigo 304-A, com a seguinte redação:

Art. 304-A Deixar o condutor do veículo, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, de prestar imediato socorro ao animal atropelado, ou deixar de comunicar o atropelamento e solicitar auxílio da autoridade pública competente:

Pena - multa, se o fato não constituir elemento de crime mais grave.

Esta proposta de tipo penal protege apenas o animal atropelado. Significa que de todas as possibilidades de grave perigo que o animal possa sofrer em razão do contato com os seres humanos, o agente estará impelido a socorrer tão somente na hipótese de atropelamento. Além disso, não houve a especificação do animal, fazendo com que a expressão “quando possível fazê-lo sem risco pessoal” não abarque todas as possibilidades visíveis.

Caso o animal atropelado seja um animal feroz, óbvio que o agente não precisará socorrer, deverá, todavia, comunicar o atropelamento e solicitar o auxílio. Porém, se o animal atropelado for um cavalo que venha a quebrar uma perna, por exemplo. Pelo tipo de animal, pelo seu peso, o agente, apesar de não haver risco pessoal, estará incapacitado de prestar o socorro.

Outra questão é que a redação não especificou se o condutor do veículo foi o responsável pelo atropelamento ou se a obrigação de socorrer o animal atropelado cairá, também, sobre o agente que vier trafegando no momento do acidente, mas que não se envolveu nele.

Essa discussão é importante, pois o artigo 13, § 2º, alínea “c”, do Código Penal afirma que a omissão será penalmente relevante quando o agente devia e podia agir para evitar o resultado que, com seu comportamento anterior, criou o risco de sua ocorrência. Assim, se o condutor do veículo automotor deu causa ao atropelamento, ele já estará obrigado a prestar socorro ao animal, sob pena de responsabilização penal pela conduta omissiva imprópria.

Já o Projeto de Lei nº 4.964/2019 busca a inclusão de um § 3º, no artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais, que trata do delito de maus-tratos, com a seguinte redação:

§3º Incorre nas mesmas penas quem, dolosa ou culposamente, atropelar animais, bem como o cidadão que der causa à omissão de socorro a animais vítimas de atropelamento.

Neste caso, a proposta legislativa é de alterar a Lei de Crimes Ambientais e, não, o Código de Trânsito Brasileiro, todavia, mais uma vez, focando apenas no socorro do animal atropelado. A expressão “incorre nas mesmas penas quem” equivale o disposto nesse § 3º ao crime de maus-tratos, indicando duas formas de conduta. A primeira para quem, dolosa ou culposamente, atropelar animais. Interessante a inclusão da modalidade de culpa no crime do artigo 32, já que inexistente na redação original. Entrementes, desnecessária a indicação do dolo, pois já abarcado pela conduta do *caput* do artigo.

A segunda conduta é definida para quem der causa à omissão de socorro a animais vítimas de atropelamento. Essa redação ficou dúbia. O legislador quis se referir ao agente que se omite ou ao agente que impede que outra pessoa preste assistência, dando causa à omissão? A lógica é que tenha tido a intenção de punir a primeira situação, porém a lei penal deve ser a mais clara possível.

Além disso, assim como no Projeto de Lei nº 1.362/2019, não houve a especificação do tipo de animal, permitindo a interpretação de que qualquer animal atropelado tenha que ser socorrido pelo cidadão comum, mesmo que seja um animal feroz. Também não foi incluída qualquer informação de possibilidade de afastamento do crime em caso de risco pessoal.

Por fim, focando na proteção ao animal atropelado, temos o Projeto de Lei nº 5.892/2019 que visa à alteração no Código Penal Brasileiro, para criar o § 2º no artigo 135, que dispõe sobre o crime de omissão de socorro.

Neste caso, o legislador pensou em uma redação bem direta, narrando que: “Incorre nas mesmas penas quem deixar de socorrer, na forma do *caput*, animal atropelado”. Entendo que, dentre esses três projetos que tiveram por objetivo a proteção ao animal atropelado, este é o melhor, pois aproveitou todos os requisitos já bem postos pelo delito de omissão de socorro do Código Penal e analisados no

capítulo três deste estudo. Apesar de não ter especificado o tipo de animal, criando os mesmos problemas dos projetos anteriores.

Todavia, como já afirmado, o projeto de lei deveria ter aproveitado para proteger os animais domésticos ou domesticados em todas as situações de grave e iminente perigo. Assim, estes três projetos que tratam da omissão de socorro a animal atropelado não afetam o nosso estudo, já que nossa intenção é discorrer sobre uma situação bem mais ampla. Ao contrário, reforça a importância e a atualidade do tema em comento.

A despeito das discordâncias apresentadas, é muito importante o fato de o Congresso Nacional estar discutindo o direito dos animais, demonstrando que acompanha, nesse ponto, a evolução e os anseios sociais.

Entendemos ser possível a apresentação de uma proposta que englobe todas as situações acima indicadas e ainda possa abranger outras questões com o fito de garantir uma maior e melhor proteção ao animal doméstico em estado de vulnerabilidade.

5 PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO NOVO DELITO

Neste último capítulo iremos fazer o liame entre a fundamentação teórica demonstrada nos tópicos anteriores e o objetivo principal deste estudo, qual seja, a criação de um novo tipo penal, a ser incluído na Lei de Crimes Ambientais, punindo a conduta de omissão de socorro de animal doméstico em estado de vulnerabilidade.

Foi demonstrado que a Constituição Federal, no artigo 225, ultrapassa a limitação antropocentrista do seu *caput* para, no § 1º e principalmente no inciso VII, evidenciar uma preocupação voltada ao biocentrismo, vedando qualquer prática que possa submeter os animais a crueldade.

Além da importante evolução da proteção ao animal não humano com o surgimento da Lei de Crimes Ambientais, foi evidenciada, também, o desenvolvimento da movimentação do legislativo brasileiro, seja em normas já sancionadas, seja em projetos de lei em tramitação, no sentido de buscar uma maior proteção ao meio ambiente e, especificamente, aos animais. Apesar de, em momento de conflito com interesses econômicos, tenham existido retrocessos legislativos pontuais.

A necessidade do estudo dos crimes comissivos e omissivos existiu em razão da importância de se diferenciar a responsabilidade do agente em razão de uma conduta positiva ou negativa. Para aquele que age, intencionalmente, agredindo um animal, já existe tipificação penal, artigo 32 de Lei Federal nº 9.605/1998. Inclusive em casos de omissão imprópria, quando o agente se encontra na posição de garantidor, poderá ele ser enquadrado no crime de maus-tratos, caso tenha responsabilidade para com o animal.

Porém, a omissão própria, aquela praticada por um terceiro que não seja o tutor do animal, é atípica, surgindo a necessidade de um novo tipo penal que abarque essa forma de conduta humana.

O delito que se busca criar é bem próximo do crime de omissão de socorro disposto no artigo 135 do Código Penal, tendo baseado nosso estudo na

investigação das elementares ideais do crime para a proteção efetiva do animal doméstico que esteja em uma situação de vulnerabilidade.

Por outro lado, não será o primeiro tipo penal omissivo na Lei de Crimes Ambientais. Vimos que os delitos existentes nos artigos 54, § 3º e 68 da lei especial trazem a punição para a conduta omissiva, significando que o legislador já se preocupou, anteriormente, com a tipificação de comportamento negativo do agente na esfera ambiental penal.

Assim, a partir de agora, iremos investigar todos os requisitos necessários para a formatação do novo delito, abordando o bem jurídico protegido, as formas de conduta, os animais protegidos e as situações de vulnerabilidade, o momento consumativo do crime, indicando, por fim, a redação, que se espera, ideal do tipo penal, com seus preceitos primário e secundário.

5.1 BEM JURÍDICO PROTEGIDO

Os crimes ambientais existentes em nosso ordenamento jurídico possuem como bem jurídico protegido o próprio meio ambiente, pertencendo, como ensina Freitas (2012, p. 39) à categoria dos bens jurídicos coletivos, afetando a toda coletividade, estando vinculada às necessidades existenciais dos sujeitos, como a vida, a saúde, a segurança, entre outros.

A necessidade da proteção a esse bem jurídico advém da Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 225, garantiu o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo.

O nosso ordenamento jurídico, ao tratar da relação de disponibilidade do indivíduo com o meio ambiente protegido pelo Estado, revelou seu interesse em tipificar as condutas que possam afetá-lo, alcançando o reconhecimento dos bens jurídicos penalmente tutelados, como expõem Zaffaroni e Pierangeli (2019, p. 414).

Com efeito, aproveitando os ensinamentos de Martinelli e Bem (2019, p. 116/118), o meio ambiente se mostra um elemento essencial dentre as apreciações humanas éticas, estéticas e sociais, elevando-o ao grau máximo de proteção pela intervenção do direito penal. Se o bem jurídico é responsável pela interação social entre a norma penal e a realidade fática, é certo que a aspiração social pela tutela ao meio ambiente deve ser sempre atualizada, mantendo o estudo pela compreensão do que se quer proteger e como deve se dar essa proteção.

Os delitos ambientais que visam proteger os animais caminham nesse mesmo sentido, sendo o meio ambiente o bem jurídico tutelado e os animais seriam os objetos materiais do crime, ou seja, aquilo sobre o que recai a conduta do agente, como ensinado por Marcão (2018, p. 71/72), na análise do crime de maus-tratos, disposto no artigo 32 de Lei de Crimes Ambientais. A doutrina faz a ligação entre a proteção penal ao meio ambiente por meio da fauna, com a proteção penal isolada ao animal.

Todavia, entendemos ser possível avançar na análise do bem jurídico, pensando o animal doméstico como elemento central da proteção, tendo em vista ser um sujeito de direitos. Utilizando-se da função político-criminal do bem jurídico, o animal doméstico pode ser elevado ao que Martinelli e Bem (2019, p. 117/118) chamaram de uma unidade valiosa, ou seja, elementos que são bons para o indivíduo e para a sociedade na busca da paz social, incluindo-os nos valores cuja proteção pelo direito penal é necessária.

Essa discussão se mostra importante em razão do entendimento, demonstrado por Prado (2014, p. 218), de que os animais domésticos não estariam inclusos na proteção constitucional, pois não integrariam o meio ambiente, ante uma possível ausência de função ecológica. Portanto, importante diferenciar a intervenção jurídico-penal do meio ambiente, por meio da proteção à fauna, daquela que protege, particularmente, o animal doméstico.

Neto (2017, p. 167/169), em sua pesquisa sobre a tutela penal dos animais, explica que os valores relacionados à tutela do animal, individualmente considerado, diferenciam-se dos valores que pautam a tutela da fauna. O primeiro se distancia do referencial humano, pois quando alguém maltrata um cachorro, por exemplo, o equilíbrio natural do ecossistema, do meio ambiente, continua intacto. Já

a tutela penal da fauna está interligada com o referencial humano, tendo em vista que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à sadia qualidade de vida, considerando a importância do equilíbrio ecológico, com a preservação da flora e da fauna. Assim, o interesse humano está diretamente projetado na tutela penal da fauna, enquanto que a tutela penal do animal, individualmente considerado, possui autonomia em relação ao interesse humano.

Martinelli e Bem (2019, p. 142/143) explicam que há quem entenda que os delitos que protegem os animais, resguardam, na verdade, bem jurídico indireto do ser humano que seria o sentimento de revolta quando se tem conhecimento de atos cruéis contra animais. Todavia, continuam os autores, esse suposto sentimento coletivo de solidariedade encobre um pensamento paternalista, relacionado intrinsecamente com aspectos morais humanos, punindo o agente apenas para garantir o bem-estar de outras pessoas, atingidas em seus sentimentos de piedade e respeito para com os animais não humanos.

Apesar de reconhecer a importância desses sentimentos dos humanos de compaixão, clemência e respeito para com os animais, entendo que eles devem ser protegidos penalmente, simplesmente, por serem seres vivos sencientes. No primeiro capítulo desta pesquisa, abordamos o tema da natureza jurídica dos animais, demonstrando a capacidade de sofrimento deles e, por isso, devem ser considerados sujeitos de direito.

Não é que o animal não humano deva ser considerado, ele próprio, o bem jurídico protegido. Como afirma Neto (2017, p. 180), o animal não é o bem jurídico, mas o bem jurídico é de titularidade do animal. Da mesma forma que a capacidade de sofrimento não é um bem jurídico, mas um fundamento para o reconhecimento da titularidade de direitos.

Como sujeitos de direitos, os animais são titulares dos bens jurídicos vida, integridade física e saúde. No caso do crime de homicídio disposto no artigo 121 do Código Penal o homem não é o bem jurídico tutelado, mas sua vida, sendo ele objeto material do delito e titular do bem protegido. Nos crimes contra animais domésticos, deve-se analisar da mesma forma. A vida, a integridade física e a saúde dos animais são os bens jurídicos protegidos, sendo o animal o titular desses bens tutelados pelo direito penal.

No delito de maus-tratos não é o sentimento humano de compaixão que é protegido, da mesma forma que não é o meio ambiente que é resguardado. A proteção é à integridade física do animal.

Pois bem. Estando em busca da tipificação da conduta de omissão de socorro de animal doméstico em estado de vulnerabilidade, objetiva-se proteger, nesses casos, a saúde, a integridade física e até mesmo, a vida do animal doméstico. Assim como o artigo 135 do Código Penal protege a vida, a integridade física e a saúde das pessoas, como o crime de omissão de socorro.

Passaremos a analisar os animais que estarão protegidos pelo novo tipo penal e em quais situações estará caracterizada a vulnerabilidade, demonstrando a necessidade de uma conduta positiva do agente para tentar evitar o dano ao bem jurídico protegido.

5.2 ANIMAIS DOMÉSTICOS OU DOMESTICADOS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE

Desde o início de nossa pesquisa entendemos necessário especificar que aqueles que estariam protegidos pela proposta do tipo penal de omissão de socorro seriam os animais domésticos, em razão de terem suas vidas adaptadas à forma de viver dos humanos, seus costumes, recebendo os benefícios, mas, também, sendo prejudicados em razão dessa proximidade.

No capítulo anterior, quando do estudo do crime de maus-tratos, vimos que os animais domésticos são aqueles que nasceram e foram criados no ambiente doméstico, dentro de casa, em meio a um determinado núcleo familiar, como apontado por Marcão (2019, p. 73). Já os animais domesticados, segundo o conceito de Freitas (2012, p. 114), são os que vivem em estado selvagem, mas vêm a adaptar-se à vida em companhia dos seres humanos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA define no anexo 01 da Portaria nº 93/1998, quais são os animais domésticos para fins de operacionalização da Autarquia. Nesta lista estão

os animais sempre lembrados pelas pessoas como animais domésticos, como cães, gatos, porcos, cavalos, galinhas, hamsters, mas são indicadas, também, as abelhas, camelos, canários-belga, Lhamas, entre outros.

Os animais domésticos, habituados por gerações com a vida do homem, terminam por sofrer com os perigos que existem apenas em razão desse estilo de vida. Atropelamentos, agressões, abandonos, aprisionados em um imóvel desabitado ou terreno baldio sem água ou comida suficiente, são alguns exemplos de situações que os animais domésticos passam em razão do convívio com o humano.

Os animais silvestres que forem domesticados podem passar pelas mesmas situações, por isso a necessidade de equiparação com os animais domésticos, para fins de proteção penal. A Lei Federal nº 5.197/1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, afirma em seu artigo 1º que os animais que compõem a fauna silvestre são de propriedade da União, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha. Então, para que alguém possa ter, em sua residência, um animal silvestre precisa da autorização do Poder Público.

A título de exemplo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA editou a Instrução Normativa nº 18/2011 estabelecendo critérios para a comercialização e criação amadora de aves exóticas.

Na verdade, estamos tratando de um enorme número de animais que passariam a ser mais protegidos com a punição para a conduta de omissão de socorro. Medeiros (2013, p. 43) informa que, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE, cerca de 60% dos domicílios brasileiros possuem algum animal de estimação. Naquele período já estaríamos falando de milhões de animais.

O Instituto Pet Brasil (2019) divulgou dados atualizados sobre a população de animais domésticos em todo o território nacional. De acordo com números levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e atualizados pelo setor de inteligência comercial do próprio instituto, seriam 139,3 milhões de animais de estimação, entre cães, gatos, aves, peixes, répteis e

pequenos mamíferos no Brasil. Não há como afastar a importância de se proteger quase 140 milhões de seres vivos.

Além do mais, ainda temos que pensar nos animais abandonados. O Conselho Federal de Medicina Veterinária (2019) divulgou estimativa de 30 milhões de animais abandonados no Brasil, na sua grande maioria entre cães e gatos. Estes animais abandonados estão mais suscetíveis às situações de vulnerabilidade, em razão de estarem em situação de rua, expostos aos perigos que a vida urbana os proporciona.

Com relação ao estado de vulnerabilidade que deve ser incluído nas elementares do novo tipo penal, verificamos a importância da indicação de situações claras e objetivas, evitando que uma redação aberta possa justificar ausência de punições nos casos concretos.

Quando do estudo, no terceiro capítulo, do crime de omissão de socorro disposto no artigo 135 do Código Penal vimos que o legislador utilizou situações em que a vítima, criança ou pessoa de qualquer idade, estaria em situação de vulnerabilidade, necessitando a proteção penal. Entendemos que pode ser feita uma correlação dessas situações com a omissão de socorro de animal doméstico, especificamente daquelas dispostas para a pessoa de qualquer idade.

É que o artigo 135 do Código Penal trata da situação da criança abandonada ou extraviada, em razão de se entender que uma pessoa menor de 12 anos estaria em situação de vulnerabilidade já na hipótese de se encontrar em uma dessas situações. Porém, cremos as situações de abandono ou extravio, por si só, não deixam o animal não humano em estado de vulnerabilidade. Assim, não serão consideradas para a criação do tipo penal.

Todavia, as outras situações contidas no artigo 135 do Código Penal podem ser analisadas quanto à adaptabilidade à omissão de socorro de animais domésticos. A hipótese de o animal doméstico se encontrar ferido e desamparado caracteriza o estado de vulnerabilidade que se busca evitar.

O animal doméstico ferido é aquele que se encontra com sua integridade física afetada. Mas ele precisa estar também desamparado, ou seja, sem que esteja recebendo a ajuda ou o cuidado de alguém. Outra situação de vulnerabilidade é a de

o animal doméstico se encontrar em grave e iminente perigo. Nessa hipótese, deve ficar demonstrada uma real e fundada possibilidade de o animal sofrer um mal relevante em curto espaço de tempo. Seria uma situação independente da condição de ferido.

Assim, podemos visualizar, nesse momento, uma parte das elementares do novo tipo penal, focando no animal doméstico ou domesticado ferido e desamparado ou em grave e iminente perigo. Dessa maneira, esperamos alcançar, após a definição da redação completa do novo tipo penal, uma proteção efetiva à vida, integridade física e à saúde dos animais domésticos ou domesticados.

5.3 REDAÇÃO DO NOVO TIPO PENAL

A intenção da presente pesquisa é propor um novo tipo penal para a conduta, atualmente atípica, de omissão de socorro de animal doméstico em estado de vulnerabilidade. No tópico anterior, demonstramos a necessidade de o animal que nasce e convive diariamente com os humanos ser protegido dos perigos causados por essa proximidade. Verificamos, também, que o animal domesticado precisa ser equiparado ao doméstico para fins de proteção penal.

Definimos, da mesma forma, que a situação de o animal doméstico se encontrar ferido e desamparado ou em grave e iminente perigo são hipóteses de vulnerabilidade a serem incluídas no novo delito.

Tendo como base essas premissas, entendemos que o tipo penal de omissão de socorro de animal doméstico deve ter as seguintes elementares, em seu preceito primário:

Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à animal doméstico ou domesticado ferido e desamparado ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.

Desta maneira, pensamos que passará a existir uma proteção penal efetiva para a vida, a integridade física e a saúde dos animais domésticos e domesticados. O apoio do artigo 135 do Código Penal, utilizando uma redação

próxima, tem como fundamento o fato de a sociedade, bem como o próprio legislador, estar habituada com esta forma de responsabilidade imposta ao agente na proteção aos bens jurídicos dos humanos, já que o crime de omissão de socorro se encontra, há muito, tipificada na lei penal geral.

Conseqüentemente, essa redação facilitará o entendimento e a interpretação da sociedade e, somados ao anseio social de proteção aos animais domésticos, a entrada do novo tipo penal no ordenamento jurídico pátrio poderá ocorrer sem maiores contratemplos.

Então, o tipo penal terá duas condutas que poderão ser praticadas pelo agente. Ele poderá cometer o crime deixando de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, ou quando não pedir o socorro da autoridade pública, na hipótese de existir a situação de risco pessoal.

A conduta de deixar de prestar assistência estará caracterizada quando o agente se omitir em agir no sentido auxiliar aquele animal doméstico ou domesticado que se encontrar nas situações expostas na norma. O agente não terá a obrigação de conseguir salvar o animal, evitando a sua morte, por exemplo. Mas será compelido a atuar, de maneira positiva, praticando uma ação no sentido de auxiliar o animal.

Por óbvio, o agente só estará obrigado a agir dessa maneira na hipótese da inexistência de situação de risco pessoal. O perigo de risco pessoal deve ser algo real, plausível de acontecer e, não, uma conjectura completamente hipotética, sem respaldo fático. Além disso, Nucci (2017, p. 830) ao tratar da questão do risco pessoal no crime de omissão de socorro do artigo 135 do Código Penal, afirma que esse risco está ligado ao perigo à integridade física do agente, não podendo ele deixar de prestar assistência à vítima pelo risco de prejuízos de ordem material ou moral.

Entendemos que deve ser utilizada a mesma interpretação no caso em comento, não se enquadrando na excludente da primeira conduta quando o agente deixar de prestar assistência por receio de ter um gasto financeiro com seu veículo, por exemplo.

Assim, ausente a situação de risco pessoal, o agente tem a obrigação de prestar assistência a animal doméstico ou domesticado ferido e desamparado ou a animal doméstico ou domesticado em grave e iminente perigo. Como já dito anteriormente, animal doméstico é aquele nascido e criado junto com a companhia do animal humano, enquanto que o domesticado é aquele que vive no ambiente selvagem, mas vem a se adaptar ao ambiente dos seres humanos.

Entretanto, a situação de risco pessoal pode ser causada pelo próprio animal a ser socorrido que, em razão do ferimento, por exemplo, pode estar arisco ou bravo, não aceitando a ajuda do agente.

Todavia, presente a situação de risco pessoal ao agente, ele ainda terá a obrigação de agir, agora, no sentido de comunicar a autoridade pública responsável por esse tipo de atendimento, solicitando o auxílio. Com efeito, se o agente não fizer contato com a autoridade, estará cometendo o crime em razão do enquadramento da segunda conduta omissiva.

Mirabete e Fabbrini (2014, p. 110) ao analisarem a segunda conduta do artigo 135 do Código Penal afirmam que a autoridade pública a ser contatada é aquela que possui atribuição para atuar no caso específico. No caso em apreço, já que estamos tratando de resgate de animal, deve o agente entrar em contato o centro de zoonoses da sua região ou mesmo com a polícia militar ambiental, não existindo grandes dificuldades para isso, tendo em vista que se utiliza para esse fim o número 190, que é a forma de contato geral da polícia militar em cada Estado.

Com relação ao bem jurídico protegido do futuro tipo penal, entendemos, como visto no primeiro tópico deste capítulo, que não deve ser o meio ambiente. Os bens jurídicos tutelados são a vida, integridade física e a saúde, sendo os animais domésticos e domesticados os titulares desses bens jurídicos, como sujeitos de direito que são. Já o objeto material será o animal em situação de vulnerabilidade a quem o agente deixa de prestar o auxílio ou de pedir o socorro da autoridade pública.

No que tange aos sujeitos do delito, a omissão de socorro poderá ser praticada por qualquer pessoa, sendo um crime comum para o sujeito ativo, já que não existirá nenhuma qualidade específica em que o agente precisará se enquadrar.

O sujeito passivo é o animal doméstico ou domesticado que se encontra nas situações de vulnerabilidade dispostas no tipo penal, devendo ser considerado um delito próprio, nesse ponto.

O elemento subjetivo é o dolo, ou seja, a intenção de se omitir em auxiliar o animal doméstico ou domesticado, com o conhecimento de que ele se encontra em uma situação de vulnerabilidade. Não se admitirá modalidade culposa.

A consumação se dará no momento em que o agente se omitir em praticar uma das condutas exigidas no tipo penal. Entretanto, como existem duas situações de vulnerabilidade, vão existir, também, momentos consumativos diferentes. Isto porque o delito será considerado um crime de perigo, daqueles que não exigem o efetivo dano ao bem jurídico protegido para a sua consumação.

Porém, como já visto no terceiro capítulo, o crime de perigo é subdividido em perigo concreto e abstrato. No crime de perigo concreto, para que exista a possibilidade de consumação, deve estar caracterizada a real possibilidade de dano ao bem jurídico protegido. É o que ocorrerá com a situação do animal doméstico ou domesticado em grave e iminente perigo. No crime de perigo abstrato, não há a necessidade de demonstração efetiva possibilidade de dano, pois o legislador quer evitar aquela situação já disposta na norma, como a circunstância do animal doméstico ou domesticado ferido e desamparado.

Posto isto, o delito de omissão de socorro de animal doméstico trará a modalidade de perigo concreto, quando o animal estiver em grave e iminente perigo, e a de perigo abstrato, quando o sujeito passivo estiver ferido e desamparado.

Como lembra Masson (2013, p. 518) é característica do crime omissivo próprio não admitir a tentativa, tendo em vista a impossibilidade de fracionamento da conduta do agente. Assim, ou ele será punido pelo crime na modalidade consumada ou não haverá punição.

Desta forma, foi possível ter uma visão geral do novo tipo penal a ser incluído na Lei de Crimes Ambientais, não só com a redação proposta, mas com a análise das elementares, bem jurídico protegido, sujeitos do crime, elemento subjetivo e consumação.

Definido o preceito primário do crime de omissão de socorro de animal doméstico, precisamos deliberar sobre o preceito secundário, ou seja, a pena imposta ao agente que praticar a referida infração penal.

O artigo 33 do Código Penal estabeleceu dois tipos de penas privativas de liberdade. A pena de reclusão, na qual poderá ser determinado ao apenado o início do cumprimento em regime fechado, semiaberto ou aberto e a pena de detenção, na qual o apenado poderá iniciar seu cumprimento no regime semiaberto ou aberto.

O crime de omissão de socorro do artigo 135 do Código Penal impõe a pena de detenção, de um a seis meses, ou multa. O crime de maus-tratos do artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais definiu a pena de detenção, de três meses a um ano, e multa.

Fazendo uma correlação com esses dois tipos penais, entendo plausível que a pena do crime de omissão de socorro de animal doméstico também seja de detenção, a mais branda das penas privativas de liberdade, como corolário do princípio da proporcionalidade.

Com relação à quantidade, em abstrato, da pena privativa de liberdade deve-se buscar uma definição que alcance a teoria unificadora dialética de Claus Roxin, lembrada por Martinelli e Bem (2019, p. 717) em que, na modalidade de prevenção geral, a pena se legitima como instrumento de orientação de condutas futuras aos outros membros da sociedade. Enquanto que na modalidade de prevenção especial, a pena é vista como vetor de contenção de reiteração delitiva pelo agente.

É possível perceber, pelas penas do crime de omissão de socorro do Código Penal e do crime de maus-tratos da Lei de Crimes Ambientais, que para os parâmetros atuais, existe uma falta de alcance das prevenções geral e especial. Situação justificável, pois a pena imposta para o crime de omissão de socorro é a mesma desde a entrada em vigor do Código Penal em dezembro de 1940. Porém, a aplicação de uma pena alternativa de detenção, de uma a seis meses, ou multa se mostra defasada e sem os caracteres de orientação e contenção.

A situação também se justifica para a pena do crime de maus-tratos. Entendemos que o progresso para o nosso ordenamento jurídico foi produzido, primeiramente, com a vigência da própria norma de crimes ambientais, devendo o legislador, em um segundo momento, se preocupar em atualizar a legislação de acordo com o avanço do anseio popular. Isso se reflete, naturalmente, com o aumento de pena para as condutas típicas que hoje causam mais repulsa na sociedade do que antes. Visualizamos essa situação com o crime de maus-tratos que possui a pena de detenção, de três meses a um ano, e multa.

Assim, continuando com a correlação entre os crimes de omissão de socorro do Código Penal e de maus-tratos da Lei de Crimes Ambientais para se definir a pena deste novo delito, porém tendo em mente a defasagem de seus preceitos secundários, entendemos ser proporcional a imposição da pena de detenção, de três meses a um ano, e multa para o crime de omissão de socorro de animal doméstico ou domesticado em estado de vulnerabilidade.

Na expectativa que o legislador possa atualizar a pena do crime de maus-tratos, pois, a nosso ver, se encontrar em desacordo com os anseios sociais.

Além disso, tanto o crime de omissão de socorro do Código Penal quanto o delito de maus-tratos da Lei de Crimes Ambientais, possuem causas de aumento de pena para as hipóteses de morte do ser humano e do animal, respectivamente. Também entendemos plausível a inclusão de uma causa de aumento de pena quando da ocorrência de um resultado mais gravoso.

Então, se em razão da omissão de socorro de animal doméstico ou domesticado em estado de vulnerabilidade vier a ocorrer a morte do sujeito passivo, deverá a pena inicial ser aplicada em dobro, como resultado do crime preterdoloso.

Por fim, como questão de técnica legislativa, entendemos que este novo delito deve ser incluído na Lei de Crimes Ambientais, em um artigo logo após o crime de maus-tratos, criando o dispositivo 32-A nesta legislação especial.

Desta maneira, conseguimos alcançar a redação final da proposta de tipo penal para a conduta de omissão de socorro de animal doméstico em estado de vulnerabilidade.

Art. 32-A. Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à animal doméstico ou domesticado ferido e desamparado ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. A pena é aplicada em dobro se da omissão resulta a morte do animal.

A intenção desta pesquisa foi a de evidenciar a necessidade de incluir, em nosso ordenamento jurídico, a tipificação da conduta de omissão de socorro de animal doméstico em estado de vulnerabilidade.

Entendemos que o objetivo foi alcançado com a definição da redação final do crime, mas não só por isso. Tão importante quanto encontrar uma redação clara e objetiva, é comprovar os fundamentos para a existência do tipo penal, neste caso, com a demonstração de que os animais domésticos devem ser considerados sujeitos de direito e titulares dos bens jurídicos protegidos, independente da intenção de proteger o sentimento de compaixão dos humanos ou o meio ambiente, tendo as pessoas como escopo final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em comento teve o objetivo principal de propor a criação de um novo tipo penal, incluindo-o na Lei de Crimes Ambientais, punindo a omissão de socorro de animal doméstico em estado de vulnerabilidade. A norma ambiental penal foi de grande avanço para o nosso ordenamento jurídico, pois fez com que a sociedade progredisse em relação à preocupação com o meio ambiente.

No âmbito do estudo do meio ambiente, está a proteção aos animais. Foi percebido que a Lei Federal 9.605/98, na Seção I do Capítulo V, ao tipificar algumas condutas contra a fauna, deixou a lacuna para a conduta de omissão de socorro. O delito de maus-tratos, contido no artigo 32, pune quem praticar ato de abuso, ferimento ou mutilação em animal silvestre, doméstico ou domesticado, nativo ou exótico.

Porém, para o agente que, não estando na posição de garantidor da situação, deixar de prestar assistência a animal doméstico ofendido, sem que exista risco pessoal, não sofre nenhuma punição, já que não se enquadra em nenhum tipo penal existente.

Para ser possível a propositura do novo tipo penal, foi feito um estudo que passou pela natureza jurídica dos animais, pelos crimes comissivos e omissivos, pelo crime de omissão de socorro disposto no Código Penal, bem como por outros fundamentos que fornecem sustentáculo à criação da nova infração penal.

Para tanto, no primeiro capítulo, na abordagem da natureza jurídica dos animais, estudamos a forma de evolução do direito natural com o enfoque das teorias filosóficas do direito dos animais. Neste ponto da pesquisa foi percebido o confronto das ideias de Immanuel Kant, Francis Bacon e outros filósofos que entendiam que no estudo da moral os animais não humanos estariam excluídos, por não possuírem autoconsciência e os pensamentos de Jeremy Bentham, David Hume, entre outros, que pensavam os animais não humanos como sujeitos de direito pela capacidade de sentir dor e prazer.

Passando pelas correntes da ética ambiental, do antropocentrismo radical ao ecocentrismo, foi verificada a necessidade de se reconhecer os animais não humanos como seres sencientes, detentores de direitos e, por isso, com a possibilidade figurarem no polo passivo de delitos, não como acessórios dos humanos, mas, sim, porque devem se protegidos pelo que são, em razão de sua própria existência.

Após, houve a abordagem histórica do direito positivo nacional sobre os animais, demonstrando a evolução da legislação infraconstitucional desde o início do século XX até a atualidade, bem como as possíveis alterações que tramitam nas casas legislativas federais. No estudo do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, foi evidenciada a preocupação do legislador constituinte originário com o meio ambiente, inclusive como direito fundamental incluso no princípio da dignidade, e, especificamente, o cuidado constitucional com a proteção aos animais proibindo prática de atos que os submetam a crueldade.

Por fim, no primeiro capítulo, foi feita uma análise geral dos delitos contra a fauna da Lei de Crimes Ambientais e da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, documento da Organização das Nações Unidas para a Educação – UNESCO corroborando, em Assembleia ocorrida no dia 27 de janeiro de 1978, a preocupação dos organismos internacionais com a proteção aos animais.

O segundo capítulo foi reservado para o estudo dos crimes comissivos e omissivos. Nele foram abordadas as teorias sobre a conduta humana, com seus respectivos requisitos, explicando que a teoria predominante é a finalista, impondo uma conduta humana consciente e voluntária, que almeje alcançar determinada finalidade, para que possa existir repercussão na esfera penal. Essa conduta humana pode ser uma ação ou omissão.

O crime comissivo é aquele que exige uma conduta positiva do agente. Enquanto que o crime omissivo é praticado no momento em que o agente deixa de agir quando estava obrigado a fazê-lo. Nesse ponto, importante a diferenciação realizada entre os crimes omissivos próprios e impróprios. O delito omissivo impróprio é aquele que dispõe sobre uma conduta comissiva, narrando o que não se pode praticar, porém permite o seu cometimento por omissão, quando o agente se

encontra na posição de garantidor, como o crime de maus-tratos do artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais, por exemplo.

Já o crime omissivo próprio traz, em suas elementares, a conduta que o agente está obrigado a praticar e na hipótese de se omitir estará cometendo o delito. Temos, como modelo, o crime de omissão de socorro do artigo 135 do Código Penal.

No terceiro capítulo, foi feito o estudo aprofundado do delito de omissão de socorro disposto no Código Penal, em razão da proximidade com a conduta que se buscou tipificar na Lei de Crimes Ambientais. Então, foram analisadas as elementares do tipo, o elemento subjetivo, a forma de consumação, demonstrando a importância de especificar, com clareza, os sujeitos passivos e suas respectivas situações de vulnerabilidade. Essas informações foram importantes para a definição do novo tipo penal.

O quarto capítulo foi utilizado para demonstrar a existência de fundamentos para a tipificação da conduta pretendida. Foi demonstrado que a Lei de Crimes Ambientais já possui, em seu bojo, o delito omissivo do artigo 54, § 3º, que pune quem deixar de adotar medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível, quando determinado pela autoridade competente, e o crime omissivo do artigo 68 que penitencia o agente que deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental, quando tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo.

A análise aprofundada do crime de maus-tratos também serviu para fundamentar a criação do tipo penal de omissão de socorro de animal doméstico em estado de vulnerabilidade. Além de comprovar a atipicidade da conduta estudada, evidenciou a preocupação da lei penal ambiental com a vedação constitucional de práticas que submetam os animais à crueldade.

Enfim, no último tópico do quarto capítulo, foi evidenciada a intensa atividade legislativa tratando sobre a proteção aos animais domésticos, com vários projetos de lei em tramitação, provando a atualidade da pesquisa. Cada proposta legislativa tinha um foco específico de proteção. Conseguimos fazer uma análise

dessas propostas, visualizando o que poderia ser melhorada em cada uma, para que nossa proposta pudesse abarcar as principais formas de proteção.

O quinto capítulo foi destinado à resolução do objetivo principal da pesquisa, com a definição da redação do novo tipo penal de omissão de socorro de animal doméstico em estado de vulnerabilidade. Para tanto, foi realizada uma discussão acerca do bem jurídico a ser protegido. Entendemos que o bem tutelado não deve ser o meio ambiente ou mesmo o sentimento de solidariedade humano, mas, sim, a vida, integridade física e a saúde dos animais domésticos, como sujeitos de direito.

Além disso, foram definidos os animais protegidos, igualando a situação do animal domesticado ao doméstico, para fins do crime de omissão de socorro, bem como especificadas as situações de vulnerabilidade desses animais.

Assim, concluímos que deve ser crime a conduta de deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à animal doméstico ou domesticado ferido e desamparado ou em grave e iminente perigo. Bem como, na hipótese de ficar configurado o risco pessoal, não pedir, nesse caso, o socorro da autoridade pública. Com pena de detenção, de três meses a um ano, além da multa. Incluindo, ainda, uma causa de aumento de pena para o caso de morte do animal, em razão da omissão.

REFERÊNCIAS

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Manual de Direito Penal**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

BELING, Ernst Von. **Esquema de Direito Penal**. Campinas, SP: Servanda Editora, 2010.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. **Tratado de Direito Penal: parte geral, volume I**. 25ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

_____. **Tratado de Direito Penal: parte especial, volume II**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BITTENCOURT, Sidney. **Comentários à Lei de Crimes Contra o Meio Ambiente e suas Infrações Administrativas**. 4ª ed. Leme, SP: Editora JH Mizuno, 2016.

BUSATO, Paulo César. **Direito Penal**. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de out. de 1988, Brasília, DF.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dez. de 1940. **Código Penal**, Brasília, DF.

_____. Decreto-Lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**, Brasília, DF.

_____. Decreto-Lei n. 5.894, de 20 de outubro de 1943. **Código de Caça**, Brasília, DF.

_____. Decreto-Lei n. 221, de 28 de fev. de 1967. **Proteção e Estímulos à Pesca**, Brasília, DF.

BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de jan. de 1916. **Código Civil**, Brasília, DF.

_____. Lei n. 5.197, de 03 de jan. de 1967. **Proteção à Fauna**, Brasília, DF.

_____. Lei n. 6.638, de 08 de maio de 1979. **Estabelece Normas para a Prática Didático-Científica da Vivissecção de Animais**, Brasília, DF.

_____. Lei n. 6.938, de 31 de ago. de 1981. **Política Nacional do Meio Ambiente**, Brasília, DF.

_____. Lei n. 7.173, de 14 de dez. de 1983. **Dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de Jardins Zoológicos**, Brasília, DF.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de jul. de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Brasília, DF.

_____. Lei n. 9.099, de 26 de set. de 1995. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais**, Brasília, DF.

_____. Lei n. 9.503, de 23 de set. de 1997. **Código de Trânsito Brasileiro**, Brasília, DF.

_____. Lei n. 9.605, de 12 de fev. de 1998. **Lei de Crimes Ambientais**, Brasília, DF.

_____. Lei n. 10.406, de 10 de jan. de 2002. **Código Civil**, Brasília, DF.

_____. Lei n. 10.741, de 1º de out. de 2003. **Estatuto do Idoso**, Brasília, DF.

_____. Lei n. 11.794, de 08 de out. de 2008. **Estabelece Procedimentos para o Uso Científico de Animais**, Brasília, DF.

_____. Lei n. 11.959, de 29 de jun. de 2009. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca**, Brasília, DF.

_____. Lei n. 12.305, de 02 de ago. de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, Brasília, DF.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 215, de 15 de fev. de 2007. **Institui o Código Federal de Bem-Estar Animal**, Brasília, DF.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 3.676, de 12 de abr. de 2012. **Institui o Estatuto dos Animais**, Brasília, DF.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 6.799, de 20 de nov. de 2013. **Acrescenta Parágrafo Único ao Art. 82 do Código Civil para Dispor sobre a Natureza Jurídica dos Animais Domésticos e Silvestres**, Brasília, DF.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 7.991, de 24 de set. de 2014. **Propõe a Criação de uma Personalidade Jurídica “Sui Generis” em Reconhecimento a senciência nos Animais**, Brasília, DF.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 1.417, de 06 de mai. de 2015. **Tipifica Condutas Praticadas contra Cães, Gatos e Animais Silvestres**, Brasília, DF.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 3.670, de 18 de nov. de 2015. **Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para Determinar que os Animais não Sejam Considerados Coisas**, Brasília, DF.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 1.362, de 12 de mar. de 2019. **Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a obrigatoriedade de prestação de socorro ao animal atropelado e/ou solicitar o auxílio da autoridade competente**, Brasília, DF.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 4.964, de 11 de set. de 2019. **Determina Obrigações e Impõe Sanções em Caso de Atropelamento de Animais**, Brasília, DF.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 5.436, de 08 de out. de 2019. **Veda, em Todo Território Nacional, a Proibição do Fornecimento de Alimentação a Animais Abandonados**, Brasília, DF.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 5.892, de 26 de set. de 2019. **Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940, para Dispor sobre a Omissão de Socorro a Animais Atropelados**, Brasília, DF.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei n. 351, de 10 de jun. de 2015. **Acrescenta Parágrafo Único ao Art. 82, e Inciso IV ao Art. 83 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 (Código Civil), para Determinar que os Animais não serão Considerados Coisas**, Brasília, DF.

_____. Senado Federal. Projeto de Lei n. 27, de 09 de mai. de 2018. **Acrescenta Dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a Natureza Jurídica dos Animais Não Humanos**, Brasília, DF.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 564.960/SC**, Quinta Turma. Recorrente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Recorrido: Auto Posto 1270 Ltda. Relator Ministro GILSON DIPP, Brasília- DF, 13 de junho de 2005. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=628637&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em: 06 de agosto de 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n. 56.073/ES**, Quinta Turma. Recorrente: Companhia Ultragáz S/A. Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Relator Ministro Ribeiro Dantas. Brasília-DF, 03 de outubro de 2018. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=56073&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em 06 de agosto de 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus n. 58.604/SP**, Quinta Turma. Impetrante: Luiz Fernando Sá e Souza Pacheco. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relator Ministro Gilson Dipp. Brasília-DF, em 23 de outubro de 2006. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=58604&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em 22 de fevereiro de 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Agravos Regimentais no Agravo em Recurso Especial n. 1341076/AC**, Sexta Turma. Agravantes: JBS S/A e Cassio Murilo Almeida. Agravado: Ministério Público do Estado do Acre. Relator Ministro Nefi Cordeiro. Brasília-DF, em 21 de maio de 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1341076&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em 23 de fevereiro de 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 1.032.651/SC**, Quinta Turma. Recorrente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Recorrido: Luiz Hildeberto Uhlman. Relatora Min^a Laurita Vaz. Brasília-DF, em 28 de fevereiro de 2012. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1032651&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em 23 de fevereiro de 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 1.618.975/PR**, Sexta Turma. Recorrente: Daniel Lucio Oliveira de Souza. Recorrido: Ministério Público Federal. Relator Min. Sebastião Reis Júnior. Brasília-DF, em 07 de março de 2017. Disponível em:

<<https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1618975&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 548181/PR**, Primeira Turma. Recorrente: Ministério Público Federal. Recorrido: Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras. Relatora Ministra Rosa Weber. Brasília-DF, 30 de outubro de 2014. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28548181%2EENUME%2E+OU+548181%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/y54fw5qz>>. Acesso em: 06 de agosto de 2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Mandado de Segurança n. 22.164/SP**, Tribunal Pleno. Impetrante: Antônio de Andrade Ribeiro Junqueira. Impetrado: Presidente da República. Relator Ministro Celso de Mello, Brasília-DF, 30 de outubro de 1995. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%2822164%2EENUME%2E+OU+22164%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/y5rb3kob>>. Acesso em: 31 de março de 2020.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.983/CE**, Tribunal Pleno. Requerente: Procurador Geral da República. Requerido: Governador do Estado do Ceará. Relator Ministro Marco Aurélio, Brasília-DF, 06 de outubro de 2016. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%284983%2EENUME%2E+OU+4983%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/y4lcpygm>>. Acesso em: 31 de março de 2020.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.728/DF**, Tribunal Pleno. Requerente: Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal. Requerido: Mesa da Câmara dos Deputados, Mesa do Senado Federal. Relator Ministro Dias Toffoli, Brasília-DF, 13 de junho de 2017. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=5728&processo=5728>>. Acesso em 10 de abril de 2020.

CASTRO, João Marcos Adede Y. **Direito dos Animais na Legislação Brasileira**. Porto Alegre, RS: Editora Sergio Antônio Fabris, 2006.

CAMBRIDGE UNIVERDITY. **The Cambridge Declaration on Consciousness**. 2012. Disponível em:

<<http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>>. Acesso em 26 de março de 2020.

CAMPINA GRANDE. Lei n. 5.212-A, de 29 de ago. de 2012. **Dispõe sobre os Requisitos Básicos para a Circulação de Veículos de Tração Animal – VTA no Município de Campina Grande**, Campina Grande, PB.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. **Proteção Animal Mundial Premia as Melhores Iniciativas de Cuidado com Cães e Gatos nas Cidades da**

América Latina. 2019. Disponível em:

<<http://portal.cfmv.gov.br/noticia/index/id/6091/secao/6>>. Acesso em 08 de abril de 2020.

ESTEFAM, André. **Direito Penal: parte geral, volume I.** 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. **Direito Penal: parte especial, volume II.** 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

FERREIRA, Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães. **A Proteção aos Animais e o Direito: O Status Jurídico dos Animais como Sujeitos de Direito.** Curitiba: Juruá, 2014.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; CONTE, Christiany Pegorari. **Crimes Ambientais.** 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. **Tutela Jurídica dos Animais de Estimação em Face do Direito Constitucional Brasileiro.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

FREITAS, Gilberto Passos de; FREITAS, Vladimir Passos de. **Crimes Contra a Natureza.** 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental.** São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Direito Ambiental.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte geral, volume I.** 18ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

_____. **Curso de Direito Penal: parte especial, volume II.** 13ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: parte geral.** 17ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal: volume I, tomo 2º.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1955.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Portaria n. 93, de 07 de jul. de 1998. **Listagem de Fauna Considerada Doméstica para Fins de Operacionalização do IBAMA.** Disponível em:

<https://www.ibama.gov.br/phocadownload/fauna/fauna_exotica/1998_portaria_ibama_093-1998_anexo_1_lista_fauna_domestica.pdf>. Acesso em 16 de abril de 2020.

_____. Instrução Normativa n. 18, de 30 de dez. de 2011. **Criação Amadora de Aves Exóticas.** Disponível em:

<https://www.ibama.gov.br/phocadownload/fauna/fauna_exotica/2011_ibama_in_18_2011_altera_%20in_03_2011_criacao_fauna_exotica2.pdf>. Acesso em 16 de abril de 2020.

INSTITUTO PET. **Censo Pet: 139,3 Milhões de Animais de Estimação no Brasil**. Editora Stilo. 2019. Disponível em: <<https://www.editorastilo.com.br/censo-pet-1393-milhoes-de-animais-de-estimacao-no-brasil/>>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

JAKOBS, Günther. **Tratado de Direito Penal: Teoria do Injusto Penal e Culpabilidade**. Belo Horizonte, MG: Del Rey Editora, 2009.

JUINOR, Ivo Basílio da Costa. **Direito dos Animais: o jusnaturalismo como fonte de justificação**. 2012. Disponível em: <https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:dHyIST0oLBMJ:scholar.google.com/+jusnaturalismo+moderno+e+o+direito+dos+animais&hl=pt-PT&as_sdt=0,5>. Acesso em 26 de março de 2020.

LEVAI, Laerte Fernando. **Crueldade Consentida: crítica à razão antropocêntrica**. Revista Brasileira de Direito Animal, 2006. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10246>>. Acesso em 21 de março de 2020.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Direito dos Animais: fundamentação e novas perspectivas**. Porto Alegre, RS: Editora Sergio Antônio Fabris, 2008.

_____. **As Propostas de Alteração do Estatuto Jurídico dos Animais em Tramitação no Congresso Nacional Brasileiro**. 2016. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/pub/da/da_a2016v7n1/da_a2016v7n1a3.pdf>. Acesso em 28 de março de 2020.

MACHADO, Lourival Gomes. **Tomás Antônio Gonzaga e o Direito Natural**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MARCÃO, Renato. **Crimes Ambientais**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MARTINELLI, João Paulo Orsini; BEM, Leonardo Schmitt de. **Lições Fundamentais de Direito Penal**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MASSON, Cleber. **Código Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Direito dos Animais**. Porto Alegre, RS: Editora Livraria do Advogado, 2013.

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal: parte geral, volume I**. 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. **Manual de Direito Penal: parte especial, volume II**. 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 35 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: parte geral**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

NETO, João Alves Teixeira. **Tutela Penal de Animais: uma compreensão onto-antropológica**. Porto Alegre, RS: Editora Livraria do Advogado, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

OLIVEIRA, Gabriela Dias de. **A Teoria dos Direitos Animais Humanos e Não-Humanos, de Tom Regan**. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/viewFile/14917/13584>>. Acesso em 26 de março de 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Princípios sobre o Meio-Ambiente Humano**. 1972. Disponível em: <<https://legal.un.org/avl/ha/dunche/dunche.html>>. Acesso em 08 de abril de 2020.

_____. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. 1978. Disponível em: <<http://www.esdaw.eu/unesco.html>>. Acesso em 08 de abril de 2020.

PARAÍBA. Lei n. 11.140, de 08 de jun. de 2018. **Institui o Código de Direito e Bem-Estar Animal do Estado da Paraíba**, João Pessoa, PB.

PRADO, Luiz Regis. **Direito Penal do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Tratado de Direito Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SALEME, Edson Ricardo. **Direito Constitucional**. 3ª ed. Barueri: Manole, 2020.

SÃO PAULO. Lei n. 11.977, de 25 de ago. de 2005. **Institui o Código de Proteção aos Animais do Estado**, São Paulo, SP.

SÃO PAULO. Lei n. 14.146, de 11 de abr. de 2006. **Dispõe sobre a Circulação de Veículos de Tração Animal e de Animais Montados, ou não, em Vias do Município de São Paulo**, São Paulo, SP.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental**. 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

SILVA, José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, Tagore Trajano de Almeida. **Teoria da Constituição: Direito Animal e Pós-Humanismo**. Revista do Instituto do Direito Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2013. Disponível em:

<https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2352075>. Acesso em 21 de março de 2020.

_____. Tagore Trajano da Almeida. **Fundamentos do Direito Animal Constitucional**. Anais do XVIII Congresso Nacional do COMPEDI, 2009. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2352085>. Acesso em 31 de março de 2020.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 16ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

_____. **Tutela Penal do Meio Ambiente**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 13ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.